



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

LUANA GLEYCE SOUZA DA SILVA

**ADOLESCÊNCIA E VIOLÊNCIA: UM ESTUDO DA MEDIDA SOCIO-
EDUCATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO A COMUNIDADE
NO MUNICÍPIO DO NATAL**

Natal/ RN
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

LUANA GLEYCE SOUZA DA SILVA

**ADOLESCÊNCIA E VIOLÊNCIA: UM ESTUDO DA MEDIDA SOCIO-
EDUCATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO A COMUNIDADE
NO MUNICÍPIO DO NATAL**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a Denise Câmara de Carvalho

Natal/RN
2009

Catálogo da Publicação na Fonte. UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA
Divisão de Serviços Técnicos

Silva, Luana Gleyce Souza da.

Adolescência e violência: um estudo da medida sócio-educativa de prestação de serviço a comunidade no município do Natal / Luana Gleyce Souza da Silva. - Natal, 2009.

145f.

Orientadora: Prof^ª. Dr.^ª Denise Câmara de Carvalho.

Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

1. Serviço Social - Dissertação. 2. Políticas públicas – Dissertação. 3. Violência Juvenil - Dissertação. 4. Adolescência - Dissertação. 5. Família – Dissertação. I. Carvalho, Denise Câmara de. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 364 (043.3)

LUANA GLEYCE SOUZA DA SILVA

**ADOLESCÊNCIA E VIOLÊNCIA: UM ESTUDO DA MEDIDA SOCIO-
EDUCATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO A COMUNIDADE
NO MUNICÍPIO DO NATAL**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Aprovado em: ____/____/2009.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a Dr^a Denise Câmara de Carvalho (Orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Prof^a Dr^a Claudia Maria Costa Gomes (Membro Titular)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Prof^a Pós-Dr^a Severina Garcia de Araújo (Membro Titular)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Prof^a Dr^a Iris Maria de Oliveira (Membro Suplente)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Somente em Deus, ó minha alma espera silenciosa, porque Dele vem a minha esperança. Só Ele é a minha rocha, a minha salvação e o meu alto refúgio. Salmos, 62:5-6

Ao meu Deus que não aparta de mim a sua graça e refrigera-me a alma.

AGRADECIMENTOS

Finalizar esta etapa da minha vida é motivo de muita alegria, pois o caminho percorrido foi marcado por muitas tensões e reflexões que contribuíram para o meu crescimento pessoal e profissional. Nesta trajetória pessoas especiais colaboraram e por isso dedico a todas o meu sincero agradecimento.

Agradeço a Deus pelo dom da vida, pela força concedida, por me apoiar com saúde, família e amigos e por ter tornado possível a concretização de um objetivo.

A meus pais, fonte de amor e apoio incondicional, que compartilham dos meus ideais, meu eterno agradecimento.

Aos tios, primos e demais familiares pelo carinho e apoio em todos os momentos.

A Denise, orientadora deste trabalho, agradeço a amizade, a compreensão e os ensinamentos compartilhados.

Ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social pelo incentivo e respeito, especialmente aos professores, agradeço a dedicação e as ricas contribuições que subsidiaram a construção deste trabalho.

Às professoras examinadoras Claudia Maria, Severina Garcia e Iris Maria sinônimo de conhecimento e sensibilidade, por terem aceitado gentilmente o convite e pelos apontamentos para a finalização desta Dissertação.

A Coordenadora do Programa de Medidas sócio-educativas em meio aberto Rosângela, aos socioeducadores e aos profissionais das instituições parceiras, pela paciência e atenção, pela permissão para adentrar em seus espaços institucionais e pela disponibilidade em transmitir informações que foram essenciais para apreender o tema pesquisado.

Aos amigos pelas palavras de incentivo, pelas alegrias e pela mão estendida nos momentos difíceis desta trajetória, especialmente a Suzana e Débora, amigas de longa data e fundamentais nesse processo, agradeço o incentivo e o carinho.

A todas as colegas da turma 2006.1 do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela companhia em sala de aula, pelas alegrias, troca de experiências e pelas boas lembranças que guardo comigo.

A Kénia Costa, Assessora de Recursos Humanos da Empresa Transportes Guanabara, pelo incentivo e compreensão, a Sara pelo zelo e atenção na transcrição das entrevistas e na realização do abstract e a José Junior pela tabulação dos dados.

Aos adolescentes e seus familiares, pela atenção e por permitir adentrar em sua intimidade e compartilhar suas experiências de vida. A riqueza de cada depoimento nos fez apreender o valor da simplicidade e a existência de sonhos e esperança que se renovam diante de uma realidade excludente e desigual.

Por fim, reitero o agradecimento a Deus, pois a Ele devo o que sou e o que tenho e a todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

Nós vos pedimos com insistência nunca digam –

Isso é natural

diante dos acontecimentos de cada dia

numa época em que reina a confusão

em que corre o sangue

em que ordena-se a desordem

em que o arbítrio tem força de lei

em que a humanidade se desumaniza

não digam, nunca – isso é natural.

Bertold Brecht

RESUMO

O presente trabalho visa privilegiar reflexões a respeito da violência juvenil e o alcance da medida sócio-educativa de Prestação de Serviço a Comunidade. Entende-se que a violência juvenil é um fenômeno inserido no contexto do sistema capitalista, respaldado no projeto neoliberal. Neste sentido, torna-se imprescindível uma análise histórica, evidenciando os mecanismos econômicos, políticos, sociais e culturais que determinam a natureza da violência juvenil. Com esse fim, procura-se entender os elementos que acarretam mudanças no mundo do trabalho, na esfera do Estado e das políticas públicas, que acabam aprofundando as desigualdades sociais. Nesta perspectiva, entende-se que existe uma relação entre a violência, enquanto uma das inúmeras manifestações da questão social na sociedade e os determinantes macroestruturais que levam os adolescentes a uma situação de risco social. Este estudo privilegiou a pesquisa quali-quantitativa, utilizando como procedimentos teórico-metodológicos as técnicas de observação, entrevistas e pesquisa documental. O universo foi definido a partir de amostra intencional no total de 22 entrevistados e a pesquisa de campo foi realizada no período entre Agosto e Outubro de 2008, abrangendo adolescentes e os representantes de suas famílias, técnicos e a Coordenadora, os quais subsidiaram a análise dos limites e do alcance do Programa de medida socioeducativa de Prestação de Serviço a Comunidade no município do Natal. Os resultados dessa investigação indicam a necessidade de se desenvolver junto aos adolescentes autores de atos infracionais um sistema de atendimento que tenha como fundamento a formação profissional, o respeito aos direitos humanos e a conquista da cidadania, levando-se em consideração que as crianças e adolescentes são concebidos como pessoas em desenvolvimento, sujeitos de direitos e destinatários de proteção integral, sendo responsabilidade do Estado, da sociedade e da família garantir o desenvolvimento integral da criança e do adolescente.

Palavras chaves: adolescência; família; violência; políticas públicas.

ABSTRACT

This Project was built to reflect about juvenile violence and the socio-educational's range of community services provision. It is known that the juvenile violence is a phenomenon inserted on the capitalism system, backed on neo liberal project. Though, it is essential a historical analysis, showing the economical, political, social and cultural mechanisms which determine the juvenile violence personality. On this way, it is seek understand the elements that leads on work world changes, on the State and public politics sphere, that deepens social dissimilarities. On this propose, it is known that there is a relation among the violence, while one of many manifestations of social question on society and the macroestructuals' determinant that lead the teenager to a social rick situation. This research focused on a inquiry quail-quantitative, using the theoric-metodological procedures of observation, interview and documental quest techniques. The universe had been defined by the intentional sample of 22 interviewed on total, during August and October 2008, covering adolescents and their relatives, technical and the coordinator, which subsidized the Socio educational program of community services provision from Natal analysis of limits and their range. The results of this investigation indicate the necessity of development, with the teenagers authors of infringement acts, a care system that is grounded on a professional formation, respect on human rights and citizenship conquest, regarding that children and teenagers are designed as people on development, that have theirs rights and integral protection, being the State, society and family responsibility assure the integral development of them.

Keywords: adolescence, teenager, family, violence and public politics.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distribuição dos adolescentes e profissionais por unidade de atendimento.....	72
Quadro 2 – Caracterização dos adolescentes quanto ao sexo, Idade, cor, Estado civil e escolaridade.....	75
Quadro 3 – Idade dos pais em relação a sua escolaridade.....	76
Quadro 4 – Renda Familiar em relação ao Tipo de vínculo de Trabalho dos pais.....	78
Quadro 5 – Renda familiar em relação à Escolaridade dos pais.....	79
Quadro 6 – Escolaridade dos adolescentes em relação a prática do Trabalho Infantil.....	80
Quadro 7 – Idade dos adolescentes em relação ao consumo de drogas.....	81
Quadro 8 – Escolaridade dos adolescentes em relação ao Ato Infracional	84
Quadro 9 – Distribuição dos Processos recebidos das medidas de LA e PSC e ambas em 2008 no Programa de medida sócio-educativa em meio aberto.....	86
Quadro 10 – Caracterização dos socieducadores quanto ao sexo, Idade, escolaridade, área de formação e zona da cidade em que atuam.....	87
Quadro 11 – Caracterização dos orientadores das instituições parceiras quanto ao sexo, Idade, escolaridade, área de formação e zona da cidade em que atuam.....	94
Quadro 12 – Ordem de importância da família, trabalho, estudo, lazer e religião na vida dos adolescentes.....	101

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** – Caracterização dos Tipos de drogas consumidas pelos adolescentes.....82
- Gráfico 2** – Dificuldades enfrentadas na execução da Medida de Prestação de Serviço a Comunidade na concepção dos socioeducadores.....90
- Gráfico 3** – Dificuldades enfrentadas na execução da Medida de Prestação de Serviço a Comunidade na concepção dos orientadores as Instituições parceiras.....96
- Gráfico 4** – Caracterização das mudanças na vida dos adolescentes.....100
- Gráfico 5** – Profissão que os adolescentes pretendem seguir no futuro.....103

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABMP – Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da Infância e Juventude

ABRINQ – Associação dos Fabricantes de brinquedos

ASG – Auxiliar de Serviços Gerais

CAPs – Centros de Apoio Psicossocial

CEASA – Central de Abastecimento do Rio Grande do Norte

CEDUC – Centro Educacional Pitimbú

CF – Constituição Federal

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CONAETI – Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ENODC – Escritório das Nações Unidas contra drogas e crimes (sigla em Inglês)

FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

FEBEM – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor

FONACRIAD – Fórum Nacional de Organizações Governamentais de Atendimento à Criança e ao Adolescente

FUNDAC – Fundação Estadual da Criança e do Adolescente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LA – Liberdade Assistida

LBA – Legião Brasileira de Assistência

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PAIF – Programa de Atenção Integral à Família

PEMSEMA – Programa de Execução de Medidas Sócio-Educativas: possibilitando novos caminhos

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PM – Polícia Militar

PSC – Prestação de Serviço a Comunidade

SAM – Serviço de Assistência ao Menor

SEDH – Secretaria Especial dos Direitos Humanos

SPDCA – Subsecretaria Especial de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente

SETHAS – Secretaria de Trabalho, Habitação e Assistência Social

SEMTAS – Secretaria de Trabalho e Assistência Social

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo

SEMURB – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo

S.O.S – Save Our Souls (sigla em Inglês)

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 O PANORAMA DA VIOLÊNCIA NO BRASIL	22
2.1. A SITUAÇÃO DA FAMÍLIA E DO ADOLESCENTE NA CONJUNTURA BRASILEIRA.....	27
2.2. DE VÍTIMAS À AUTORES DE VIOLÊNCIA: A VIOLAÇÃO DE DIREITOS DA POPULAÇÃO INFANTO-JUVENIL.....	40
2.3 A REDUÇÃO DA IMPUTABILIDADE PENAL – ALTERNATIVA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA JUVENIL?	47
3 INFÂNCIA E JUVENTUDE: O RECONHECIMENTO DAS SUAS PARTICULARIDADES	53
3.1. A ADOLESCÊNCIA E SUAS CARACTERÍSTICAS.....	55
3.2 A TRAJETÓRIA DA LEGISLAÇÃO ACERCA DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA: DO CÓDIO DE MENORES AO ECA	57
3.3 A GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA SOCIEDADE CAPITALISTA.....	64
4 A POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA: A TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE DO ESTADO PARA O MUNICÍPIO DO NATAL/RN DA GESTÃO DAS MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS EM MEIO ABERTO	67
4.1 A EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO A COMUNIDADE EM NATAL SOB A GESTÃO DO ESTADO.....	70
4.2 A MEDIDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO A COMUNIDADE: LIMITES E POSSIBILIDADES NA EXECUÇÃO.....	72
5 CONSIDERAÇÕES APROXIMATIVAS	106
6 REFERÊNCIAS	111
APÊNDICES	120
ANEXOS	135

1 INTRODUÇÃO

A hegemonia do sistema capitalista propicia um amplo processo de mudanças que incide sobre o mundo do trabalho, na esfera do Estado e das Políticas Públicas, configurando um quadro de desemprego estrutural, flexibilização das relações trabalhistas e uma política ofensiva que restringe direitos sociais.

Este cenário implica no novo trato da questão social que se aguça, devido à reestruturação no mundo da produção de bens e serviços, a precarização do trabalho em consonância com a erosão do sistema de proteção social e a emergência de práticas filantrópicas e privadas, que acabam aprofundando as desigualdades sociais.

Nesta conjuntura, a violência em todas as suas manifestações, se apresenta como um dos maiores problemas no Brasil, tanto quanto a fome, a miséria, as precárias condições da saúde, educação pública, habitação, dentre outras graves dificuldades que afetam principalmente as condições de vida das classes subalternas, que conforme define Yazbek (1996, p. 66) se constituem em “sujeitos mergulhados no social, na trama de reciprocidade que constituem as relações sociais e que vivenciam a pobreza e a subalternidade resultantes direta das relações de poder instituídas na sociedade capitalista”.

A sociedade encontra-se como que aterrorizada diante do clima de insegurança devido o desenfreado aumento da violência, a qual atinge as diversas classes sociais e vem ganhando crescente visibilidade no cenário nacional por meio dos meios de comunicação de massa.

Enquanto uma particularidade da questão social na área infanto-juvenil, os casos de violência praticados por crianças e adolescentes vem causando perplexidade na população. A problemática merece uma atenção especial e deve ser analisada no contexto da sociedade brasileira, pois o adolescente autor de ato infracional não deve ser tratado em sua individualidade, mas sim, deve ser pensado enquanto sujeito, inserido em um contexto sócio-cultural determinado.

Portanto, no intuito de ultrapassar os níveis usuais da explicação e questionar a dinâmica social posta, partimos de uma perspectiva histórica de totalidade, considerando os determinantes econômicos, políticos, sociais e

culturais que incidem no aumento da violência, uma vez que as crianças e os adolescentes são extremamente afetados pelo processo de globalização, seja como vítimas de violência, por meio do trabalho infantil, do abuso e exploração sexual, pela violência doméstica. Contudo, apesar de constantemente terem seus direitos humanos e sociais violados, são os atos de violência praticados por crianças e adolescentes que ganham maior visibilidade na sociedade.

Estes acontecimentos repercutem na mídia e mobilizam a opinião pública, suscitando críticas às leis vigentes na área da infância e da juventude, tanto que recentemente a violência juvenil tornou-se o tema central de grandes discussões. No ano de 2003, observamos que uma parcela da sociedade demonstrou toda sua intolerância com os adolescentes que cometem atos infracionais através do movimento pela redução da maioridade penal.

A tentativa de diminuição da maioridade penal de 18 anos para 16 anos, mobilizou a sociedade em torno desta problemática e denota que os indivíduos que apóiam o projeto entendem o ato infracional de forma descontextualizada, considerando como solução para o problema o encarceramento de adolescentes em instituições que oferecem péssimas condições de atendimento e sobrevivência numa perspectiva de negação dos direitos humanos.

É importante ressaltar, que associado a relevância social e a pertinência do debate atual que envolve a questão, o interesse pela temática se deu no exercício da prática profissional como Assistente Social no Programa de Atenção Integral a Família (PAIF), na unidade do bairro do Pajuçara no município do Natal, sendo este Programa do Governo Federal.

Este programa recebeu dois¹ adolescentes que estavam em processo de cumprimento da medida de prestação de serviço a comunidade. A partir dessa experiência participando do processo de execução da medida, percebemos que a mesma era entendida pelos adolescentes e pelos técnicos da instituição parceira que acompanhavam sua aplicação, exclusivamente como uma forma de punição e não como um processo educativo, fato este que nos suscitou questionamentos que tornaram-se escopo para a realização deste estudo.

¹ O Programa de Medida de Prestação de Serviço a Comunidade no ano de 2006 firmou parceria com o Programa de Atenção a Família, encaminhando 2 adolescentes para a unidade de Pajuçara, 2 para salinas e 2 para Comunidade da África (bairro da Redinha) para o cumprimento da medida.

Para a apreensão da problemática em sua historicidade, é preciso que se retome aspectos fundantes da questão, tais como a necessidade de reformular a legislação dirigida às crianças e aos adolescentes. A Constituição Federal de 1988 constituiu-se um marco significativo no que tange a proposta baseada na noção de cidadania, pois a infância e adolescência foram contempladas com novo modelo de ação nas políticas públicas resultantes de ampla mobilização social de organizações governamentais e não-governamentais que questionavam a situação de vida e de trabalho de crianças e adolescentes, os quais viviam num quadro de pobreza que atingia de modo mais perverso as famílias trabalhadoras de baixa renda.

Promulgada a Constituição de 1988, iniciou-se a elaboração e a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, através da Lei n 8.069, de 13 de junho de 1990. Ocorre, que o novo ordenamento jurídico e político instituído pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) expressa um avanço legal com respeito a infância e a juventude, repudiando o caráter estritamente punitivo-repressivo e preconceituoso do Código de Menores e adota o paradigma da proteção integral, o reconhecimento da condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e sujeitos de direitos.

Nesta perspectiva, o ECA aponta novas formas de atendimento aos adolescentes que infringiram as normas jurídicas estabelecidas, pois os mesmos não podem ficar impunes e isentos das sanções. Contudo, deve ser tratado de forma diferente dos adultos conforme prevê o artigo 228 da Constituição Federal, o qual afirma que "são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitando-se às normas de legislação especial".

Os adolescentes autores de atos infracionais estão sujeitos a medidas protetivas e sócio-educativas, conforme seu grau de desenvolvimento psicossocial e a gravidade da infração. Mas, a expectativa não é de punição apenas, mas que se constitua um processo educativo objetivando evitar que o adolescente volte a praticar outros atos infracionais e venha a tornar-se um adulto criminoso.

Dentre as medidas sócio-educativas elencadas no Art. 112 do ECA, o presente estudo tem como foco a medida de Prestação de Serviço a Comunidade, tendo em vista que esta propõe um caráter sócio-educativo por

meio da integração adolescente, família e comunidade no processo educativo com o objetivo de possibilitar as condições para que o adolescente vivencie seu processo de formação como ser social.

No estado do Rio Grande do Norte, a Fundação Estadual da Criança e do Adolescente (FUNDAC) criada pela Lei 6.682 de 11/08/1994 e entidade sucessora da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM), vinculada a Secretaria de Trabalho, Habitação e Assistência Social (SETHAS) era responsável pelo atendimento aos adolescentes tidos como autores de atos infracionais, executando as medidas sócio-educativas por meio do Programa de Proteção Jurídico-Social.

Todavia, atendendo a normativa nacional a partir de 01 de Janeiro de 2008 a municipalização da execução das medidas socio-educativas em meio aberto tornou-se uma realidade, conforme preconiza o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

A sistematização da proposta do Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo partiu das iniciativas do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), criado pela Lei Federal n.º 8.242, de 12 de outubro de 1991. O documento prevê que tanto as medidas sócio-educativas quanto o atendimento inicial ao adolescente autor de ato infracional devem ser executados no limite geográfico do município, de modo a fortalecer o contato e o protagonismo da comunidade e da família do adolescente atendido.

A finalidade do SINASE é o enfrentamento de situações de violência e de vítimas de violação de direitos no cumprimento de medidas, tendo em vista que reafirma a diretriz do Estatuto sobre a natureza pedagógica da medida sócio-educativa baseada na garantia dos direitos humanos.

Assim, prioriza as medidas em meio aberto (prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida) em detrimento das restritivas de liberdade (semiliberdade e internação em estabelecimento educacional).

Nesta direção, este estudo enfoca a execução da medida de prestação de serviço à comunidade no enfrentamento do ato infracional, analisando se a abordagem adotada na aplicação parte da perspectiva meramente da punição ou está proporcionando uma abordagem sócio-educativa calcada na garantia dos direitos. Muito embora vale ressaltar, que consideramos na nossa análise os

determinantes que possivelmente condicionam os adolescentes à prática do ato infracional e incidem diretamente na execução das medidas sócio-educativas.

A investigação parte da perspectiva crítico-dialética, pressupondo analisar os fenômenos sociais em seu complexo e contraditório processo de produção e reprodução, situando-os na realidade social sob o ponto de vista da totalidade.

Portanto, para apreendermos como se manifesta a problemática na realidade, ou seja, aspectos que permitem analisar os significados, experiências e implicações do ato infracional e da medida sócio-educativa na vida dos sujeitos envolvidos tornou-se necessário o uso de alguns recursos metodológicos. Estes, inseridos no âmbito da pesquisa qualitativa, permitiram romper com a visão fragmentada e aparente da temática, pois segundo Yamamoto (2005, p. 56)

a pesquisa da realidade social torna-se um recurso fundamental de propostas de trabalho e para a ultrapassagem de um discurso genérico, que não dá conta das situações particulares. Essa pode ser uma trilha fértil para se pensar as relações entre indivíduo e sociedade, entre a vida material e a subjetividade, envolvendo a cultura, o imaginário e a consciência.

O enfoque crítico com base na perspectiva qualitativa não despreza os aspectos quantitativos que subsidiam a análise, pois como nos mostra Martinelli (1999) a relação da pesquisa quantitativa com a qualitativa deve ser de complementaridade e não de oposição, tendo em vista que a associação da pesquisa quantitativa e qualitativa possibilita um maior entendimento da realidade e aprofunda o conhecimento.

Como forma de nortear a pesquisa algumas questões foram elencadas: A medida sócio-educativa está possibilitando ao adolescente repensar a prática do ato infracional? Está possibilitando a integração família x adolescente x comunidade? As instituições parceiras estão oferecendo atividades compatíveis com as habilidades dos adolescentes? As ações desenvolvidas possuem um cunho sócio-educativo, possibilitando a garantia do direito previsto no Estatuto da criança e do adolescente?

Procurando responder a tais questionamentos, realizamos os seguintes procedimentos:

1) Revisão de Literatura, a fim de compreendermos a temática da criança e do adolescente, especialmente a questão do ato infracional e das medidas sócio-educativas;

2) Pesquisa documental, na qual analisamos os processos arquivados, relatórios, fichas de cadastro individual, a fim de coletar informações que contribuíram para o entendimento da problemática em questão.

3) Pesquisa de Campo, realizada no período de Agosto e Outubro de 2008 por meio da aplicação do roteiro de entrevista semi-estruturada. Os entrevistados foram selecionados a partir das quatro regiões administrativas que conformam o perímetro urbano da cidade do Natal (Norte, Leste, Oeste, Sul). No universo de 522 adolescentes atendidos pela medida socioeducativa de Prestação de Serviço a Comunidade, decidimos por uma amostra intencional, considerando o critério de participação dos adolescentes por zonas da cidade, além de suas famílias e técnicos, totalizando 22 entrevistados: 8 adolescentes autores de ato infracional, 4 técnicos das instituições parceiras, dentre estes Assistentes Sociais, Psicólogo e Professor, 4 socioeducadores do Programa de Medidas sócio-educativas em meio aberto, 1 Assistente Social, a Coordenadora do Programa e 4 representantes das famílias dos adolescentes.

A metodologia utilizada nos permitiu a caracterização do universo pesquisado contribuindo para a construção do perfil do adolescente e das famílias envolvidas, enfatizando os seguintes critérios: a faixa etária, escolaridade, renda familiar, ocupação dos pais, natureza dos atos infracionais, informações subjetivas, entre outros.

Partimos do recorte temporal de 2007 a 2008 e o lócus da investigação foi o Programa de Execução de Medidas Sócio-educativas em Meio Aberto – Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade: Possibilitando novos caminhos (PEMSEMA), localizado na Rua Manoel Miranda, 1860, Bairro Quintas, Natal/RN e realizamos entrevistas nas instituições parceiras, como escolas, postos de saúde e no CRAS – Centro de Referência da Assistência Social.

No sentido de trazer à tona o movimento do real, face ao objeto estudado, o trabalho enfoca os resultados da pesquisa, exposição contida nas seções a seguir:

Na seção 2 tratamos da situação da família e do adolescente na conjuntura brasileira, enfatizando a problemática da violência no Brasil e o cenário de insegurança em que vive a sociedade, destacando os determinantes econômicos, políticos e sociais que incidem na prática do ato infracional e inserem milhares de famílias numa realidade excludente, especialmente crianças e adolescentes. Ainda abordamos a polêmica sobre a redução da maioridade penal, reforçando que esta alternativa expressa um retrocesso dos direitos sociais, pois os adolescentes sobrevivem em instituições com precárias condições de vida num contexto de violação dos direitos humanos.

Na seção 3 abordamos o percurso do reconhecimento das particularidades da infância e juventude, salientando as características da fase da adolescência, enquanto momento da vida que necessita de atenção especial. Assim como, situamos a historicidade da legislação concernente à criança e ao adolescente, os avanços legais conquistados para este segmento da população e os entraves da garantia de direitos na sociedade capitalista.

Na seção 3, com base na análise dos fundamentos da medida sócio-educativa de prestação de serviço a comunidade expomos os resultados da pesquisa, ressaltando o cotidiano dos adolescentes e de suas famílias, as implicações do ato infracional, as percepções e expectativas dos sujeitos envolvidos, dentre eles profissionais, adolescentes e familiares. É importante enfatizar que esta análise ocorreu no período de transição, pois a partir de janeiro de 2008 foi transferido do Estado para o município a responsabilidade na gestão das medidas socio-educativas em meio aberto a fim de dar concretude aos princípios estabelecidos no Estatuto da criança e do adolescente, no Sistema Único de Assistência Social - SUAS e no Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo – SINASE.

Nas considerações aproximativas deste estudo buscamos sintetizar os avanços e entraves da medida de prestação de serviço a comunidade numa perspectiva de garantia de direitos, reforçando que o enfoque neste estudo torna-se relevante para enriquecer o debate na área da criança e do adolescente. Visamos contribuir para o desvendamento da natureza dos elementos que conduzem a prática do ato infracional, suas repercussões na vida dos adolescentes e de seus familiares e proporcionar uma compreensão mais clara

acerca das determinações objetivas e subjetivas que dificultam a efetivação da proposta pedagógica prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente no tocante à medida de prestação de serviço a comunidade.

2 O PANORAMA DA VIOLÊNCIA NO BRASIL

A violência sempre esteve presente em diferentes períodos históricos, materializando-se em suas particularidades em cada forma de sociabilidade. Atualmente, distintas formas de violência vêm se intensificando e na forma em que vêm se apresentando está intrinsecamente vinculada à sociabilidade capitalista marcada pela contradição como um dos determinantes inerentes à reprodução das relações sociais.

O acirramento das desigualdades sociais torna a sociedade cada vez mais complexa e a violência expressa-se como uma das inúmeras manifestações da questão social, que como nos mostra lamamoto (2005, p. 27) esta é

apreendida como o conjunto de expressões das desigualdades da sociedade Capitalista madura, que tem como raiz comum: a produção social cada vez mais coletiva, à medida que o trabalho torna-se cada vez mais social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

No Brasil vem-se observando, que os planos econômicos das duas últimas décadas do século XX e no início do século XXI, não respondem às necessidades sócio-econômicas das classes subalternas, pois a economia brasileira continua favorecendo a riqueza de uma minoria e a miséria de muitos.

Uma explosão contínua de violência tem marcado a vida social brasileira, resultante da consolidação e expansão do capitalismo, pois a concentração nas áreas urbanas, as migrações do campo, o avanço da tecnologia, a flexibilidade nas contratações são alguns dos determinantes que fomentam o aumento da população excedente, o qual tem sua entrada no mercado de trabalho submetida a variações da demanda. Portanto, “a acumulação capitalista cria um exército industrial de reserva; pela pressão dos salários, impõe níveis precários de reprodução da força de trabalho e abre, ao mesmo tempo a possibilidade da delinqüência”. (QUEIROZ, 1987, p. 26)

Podemos ainda explicitar, como determinantes da violência, o enfraquecimento da condição salarial, do reconhecimento dos direitos sociais e das políticas públicas que remetem a sociedade a um processo de negação dos direitos sociais arduamente conquistados, na medida em que prospera a defesa de um “Estado mínimo” que tem sua ação reduzida na esfera social e favorece o

mercado, por meio da implementação de políticas focalistas que apenas minimizam os impactos dos problemas sociais. Ainda observamos as distorções de valores éticos e morais e ao crescimento da impunidade, principalmente dos adolescentes provenientes de famílias abastardas que tem seus delitos camuflados.

Desse modo, o problema da violência não se remete à ausência somente de políticas públicas na área de segurança, pois os elementos acima citados evidenciam que são múltiplas as determinações da violência. Não por acaso, verificamos nos noticiários o crescente número de crimes praticados que leva a população a uma situação de insegurança e a constatação de um sistema penitenciário falido.

A expressão da barbárie da violência desenha-se no cotidiano da sociedade brasileira através dos assaltos, massacres, chacinas, linchamentos, assassinatos, expressando a desvalorização da vida humana, a naturalização da violência e a carência de limites, na qual a busca de satisfação imediata das necessidades pessoais manifesta uma completa desconsideração pelo outro.

Faleiros (2004, p. 81) expõe o sentido da banalização pelo coletivo quando afirma que “A violência é a negação do outro, do outro enquanto sujeito de direitos, sujeito de palavra, sujeito de respeito, sujeito de consideração”.

Ao longo do tempo o conceito de violência tem adquirido novos significados, pois as transformações na natureza das relações sociais e nas percepções dos direitos humanos levaram a uma nova conceituação sobre os fatos violentos que antes eram considerados práticas comuns e naturais.

Ainda observamos uma dificuldade para definir o que se nomeia como violência em virtude da multiplicidade de modalidades (física, psicológica, simbólica, direta, indireta) que podem apresentar-se de forma isolada ou associada, mas compartilhamos da concepção de Waiselfisz (1998) quando afirma que violência tem como elementos de consenso para sua compreensão a noção de coerção ou força, danos a indivíduos e a grupos sociais inseridos em determinada classe ou categoria social, gênero, orientação sexual ou etnia. O autor ainda reforça que

Há violência quando, em uma situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos

a um ou mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais. (WAISELFISZ apud MICHAUD, 1989, p.16)

Neto (1999) destaca que a violência policial é um outro tipo de violência que vem preocupando os cidadãos, porque é praticada por agentes do Estado que têm obrigação constitucional de garantir a segurança pública, a quem a sociedade confia a responsabilidade do controle da violência. Ainda acrescenta, que

os casos de violência policial, ainda que isolados, alimentam um sentimento de descontrole e insegurança que dificulta qualquer tentativa de controle e pode até contribuir para a escalada de outras formas de violência. A violência policial, principalmente quando os responsáveis não são identificados e punidos, é percebida como um sintoma de problemas graves de organização e funcionamento das polícias. (NETO, 1999, p. 131)

O relatório anual da organização não governamental (ONG) de direitos humanos Human Rights Watch caracteriza a violência policial como um "problema crônico" no Brasil.² A ONG estima que 50 mil pessoas são vítimas de homicídio por ano no País e ainda qualifica de desumanas as condições dos presídios brasileiros, critica práticas de trabalho forçado e denuncia casos de violência rural. Segundo a ONG, moradores de áreas urbanas são vítimas tanto do crime organizado quanto do abuso de forças de segurança.

A ONG aponta o Rio de Janeiro como um dos principais focos da violência, por causa do tráfico de drogas e da ação das milícias. Conforme o relatório, entre janeiro e junho de 2008, 757 pessoas foram mortas pela polícia do Rio, uma média de quatro por dia.

O Jornal Tribuna do Norte (06/02/09)³ destaca o levantamento feito pela Coordenadoria de Direitos Humanos e Defesa das Minorias que mostra a escalada de homicídios na cidade do Natal. Em se tratando de números, o ano de

² Informações retiradas do site: [www.yahoo.com.br/noticias/manchetes-violencia-policial-problema-cronico no Brasil.html](http://www.yahoo.com.br/noticias/manchetes-violencia-policial-problema-cronico-no-brasil.html) - Acessado em 14/01/09.

³ Informações retiradas da reportagem "Violência: da zona oeste para Norte" publicada em 06/02/09.

2004 registrou 304 homicídios enquanto em 2008 foram 500. Na avaliação do Coordenador, esses números apontam o processo de exclusão sócio-econômica e o envolvimento com o crime organizado por meio das drogas.

Dentre algumas manchetes⁴ sobre a violência, destacamos o caso do menino João Roberto de 4 anos, ocorrido em Julho de 2008. O crime ocorreu após uma perseguição pelas ruas do bairro da Tijuca no Rio de Janeiro, quando dois policiais teriam confundido o veículo onde estavam João Roberto, a mãe e o irmão, com o de assaltantes e fizeram disparos. Um dos tiros atingiu a criança na nuca.

Em um processo disciplinar, a Polícia Militar concluiu pela expulsão do cabo William de Paula. Este foi julgado pela Justiça do Rio de Janeiro, em dezembro do ano passado e foi inocentado pelo Júri popular da acusação de homicídio doloso, quando há a intenção de matar. Como os jurados só decidem a respeito de crimes contra a vida, o juiz condenou o PM a dois anos de prisão pelo crime de lesão corporal sofrido pela mãe do menino, Alessandra Soares. O Ministério Público recorreu da absolvição. O outro policial envolvido, ainda aguarda o julgamento e está de licença da corporação.

Em Natal, a pesquisa realizada pela UFRN⁵ junto aos moradores das favelas, vilas, áreas de risco, loteamentos irregulares nas quatro regiões urbanas da cidade, em relação à vulnerabilidade das crianças, dos jovens e adultos, destaca que os entrevistados, quando indagados se confiavam na polícia, pronunciaram-se em nome dos 5.723 residentes das áreas pesquisadas, expressando que 67,25% “não confiam na polícia”. O dado demonstra que há real insegurança, não somente em termos dos riscos aos quais o ser social está exposto, como à violência nas ruas. Ainda revela como estes percebem a

⁴ In: www.estadao.com.br/noticias/geral,cabo-envolvido-no-caso-joao-roberto-e-expulso-da-pm,306150,0.htm – Acessado em 12/01/09

⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. A Condição de pobreza e exclusão social da população de Natal: relatório de pesquisa. UFRN. Departamento de Serviço Social. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Base de Pesquisa: Trabalho, Ética e Direitos. – Natal, RN, 2005.

violência e afirma que este fenômeno vem materializando-se nas comunidades e a população está perdendo o sentimento de indignação.

O índice de 85,90% dos 1.319 entrevistados que mencionaram não terem sofrido violência demonstra que a violência é entendida principalmente como agressão física, pois os entrevistados não identificam que a falta ou a carência das necessidades básicas do ser social constituem-se graves violações aos direitos humanos. A fome, a miséria, a falta de trabalho, a falta de acesso a uma educação de qualidade e a existência de moradia precária vêm se naturalizando na população pesquisada.

A situação da infância e da juventude e das suas famílias inseridas no contexto de inserção competitiva do Brasil na economia globalizada, níveis intoleráveis de desigualdades sociais e desrespeito aos direitos humanos, configura um dos graves problemas propulsores do aumento da violência na sociedade brasileira. Waiselfisz (1998, p. 133) acrescenta que

A violência também encontra um excelente caldo de cultivo na apatia, na falta de projeto de futuro, na ausência de perspectivas, na quebra dos valores de tolerância e solidariedade, fatos que fazem parte da crise de significações de nossa modernidade.

Portanto, é importante analisar os determinantes que permeiam o cotidiano de milhares de famílias brasileiras, onde emerge a violência sofrida ou praticada por crianças e adolescentes em virtude do consumo e tráfico de drogas, das armas de fogo, das difíceis condições de sobrevivência, da alta concentração de renda, da impunidade, da mídia, do consumismo ou ainda da combinação de todos esses elementos. Destacando a necessidade de uma atenção peculiar do poder público, principalmente acerca das medidas de enfrentamento no caso específico da violência juvenil e os entraves na execução das medidas sócio-educativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

2.1 A SITUAÇÃO DA FAMÍLIA E DO ADOLESCENTE NA CONJUNTURA BRASILEIRA

Compreender o contexto no qual está inserida a infância, a juventude e suas famílias nos remete a análise da sociedade capitalista a partir da contradição entre capital/trabalho e o embate entre as classes que pertencem ao modo capitalista de produção. É importante partimos da perspectiva histórica, apreendendo a amplitude das mudanças ocorridas que favorecem o agravamento das múltiplas expressões da questão social e o alcance das medidas de enfrentamento, enfatizando o papel do Estado nesse processo histórico.

De acordo com Antunes (2005), na década de 1980 os países do capitalismo avançado sofreram profundas transformações no mundo do trabalho, modificando as relações de trabalho e produção do capital. Pois, a partir do início dos anos 70 do século XX, emerge uma grande crise estrutural do capital que atinge as economias dos países capitalistas centrais, com repercussões em âmbito mundial.

Os elementos que compõem essa crise são complexos e possuem dimensões tão amplas que o capital tem exacerbado a sua lógica destrutiva e alienadora no processo produtivo, acarretando múltiplas conseqüências. Mas, como forma de enfrentar tal crise o capital executa um processo de reestruturação produtiva visando recuperar a sua reprodução por meio do grande avanço tecnológico, na robótica, na microeletrônica, da superação do modelo taylorismo/fordismo⁶ e através da implantação de novas formas de acumulação,

⁶ Antunes (1995:17) explicita a definição de fordismo e taylorismo, fazendo referência ao século XX, especialmente o pós-guerra: “entendemos o fordismo fundamentalmente como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro fordista e produção em série taylorista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo-fábrica, entre outras dimensões. Menos do que um modelo de organização societal que abrangeria igualmente esferas ampliadas da sociedade, compreendemos o fordismo como o processo de trabalho que, junto com o taylorismo, predominou na grande indústria capitalista ao longo deste século”.

principalmente o modelo toyotismo⁷ que assume uma posição hegemônica e ocasiona transformações no processo de trabalho.

Em busca da produtividade surgem, assim, novos processos de trabalho como a acumulação flexível voltada para o crescimento e este apoiado na exploração do trabalho vivo, dinâmica tecnológica e organizacional, visando a flexibilização da produção, dos processos de trabalho, mercados e padrões de consumo. Para tanto, surge um trabalhador polivalente, tendo em vista que o trabalhador manual não dá conta da exigência de qualificação do novo trabalho das indústrias que exige maior qualificação.

As alterações em curso no mundo do trabalho provocam um grande impacto nos países de capitalismo avançado e mais tardiamente nos países em desenvolvimento que possuem um parque industrial, a exemplo do Brasil. As grandes mudanças são gestadas nas condições materiais de reprodução do capital e na subjetividade da “classe que vive do trabalho”, na medida em que as condições de vida e a base política-ideológica da classe trabalhadora são afetadas.

Mediante a redução do operariado industrial, o mundo do trabalho passa a se caracterizar pela intensa desregulamentação dos direitos dos trabalhadores, expansão do trabalho assalariado no setor de serviços, incorporação do grande contingente de mulheres no processo produtivo, ampliação do trabalho temporário, parcial, terceirizado, vinculados a economia informal, processo esse considerado por Antunes (2005) como “subproletarização do trabalhador fabril”.

Portanto, a classe trabalhadora torna-se mais fragmentada, complexa e heterogênea marcada pelo retrocesso da ação dos sindicatos, bem como pela ótica do mercado e da produtividade que subjuga o ideário do trabalhador à lógica do capital.

Neste contexto, as desigualdades tornam-se presentes na sociedade resultantes das relações de produção do sistema capitalista que dividem os homens em proprietários e não-proprietários dos meios de produção. Portanto, a

⁷A fase inicial do Toyotismo ocorreu no final dos anos de 1950 e teve origem no período de pós-guerra no Japão e foi introduzido na indústria automobilística, trazendo modificações que passaram a exigir novos padrões de gestão da força de trabalho mediado pelos círculos de controle de qualidade (CCQ), aproveitamento do tempo através do *just-time*, gerência participativa.

sociedade é dividida em classes antagônicas, as relações sociais são mercantilizadas e a força de trabalho transforma-se em mercadoria pela condição de trabalho assalariado.

Marx (1983) preconiza que a posse dos meios de produção, sob a forma legal de propriedade privada, faz com que os trabalhadores, a fim de assegurar a sobrevivência, tenham de vender sua força de trabalho ao empresário capitalista, o qual se apropria do produto do trabalho de seus operários. Portanto, esta se transforma em mercadoria e passa a ser trocada pelo salário, tornando-se um apêndice após o estabelecimento da maquinaria, na medida em que esta é meio para produzir mais valia. Esta é entendida como a quantidade de valor produzido pelo trabalhador além do tempo de trabalho necessário, isto é, do tempo de trabalho necessário para produzir um valor igual ao que recebe sob a forma de salário.

Nessa perspectiva, podemos identificar que a base do modo de produção capitalista se fundamenta na oposição e nas relações de exploração da classe dos proprietários – a burguesia – sobre a dos trabalhadores – o proletariado, por meio da venda da força de trabalho ao empresário capitalista.

Consequentemente é estabelecido o caráter contraditório do capitalismo que se manifesta no fato de que o crescimento dos meios de produção em vez de se traduzir pela elevação do nível de vida dos trabalhadores leva a um processo de pauperização. Porque o sistema de proteção, garantias sociais e a estabilização da ordem do emprego tornam-se pontos questionáveis, pois em nome da competitividade esses elementos surgem como obstáculos para a mobilização do capital.

Em face disso, cresce aceleradamente a instabilidade no trabalho e a precarização, que se tornam determinantes nas relações entre capital e trabalho e atingem diferentes categorias de trabalhadores.

Diante do esgotamento do modo de produção capitalista a partir da década de 1980, a reorganização do capitalismo fez-se necessário para superar sua crise estrutural e assegurar o processo de acumulação. Com essa finalidade, as teses neoliberais passam a vigorar e segundo Frigoto (1995, p. 80-81):

Fundamentalmente, a tese neoliberal (que não é unívoca) postula a retirada do Estado da economia - idéia do estado Mínimo-; a restrição

dos ganhos de produtividade e garantias de emprego e estabilidade de emprego; a volta das leis de mercado sem restrições; o aumento das taxas de juros para aumentar a poupança e arrefecer o consumo; a diminuição dos impostos sobre o capital e diminuição dos gastos e receitas públicas e, conseqüentemente, dos investimentos em políticas sociais.

O ideário neoliberal penetra nos países de terceiro mundo por meio da imposição do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI) para que implementem as orientações do chamado “Consenso de Washington”⁸.

A implantação do neoliberalismo associado ao fenômeno da globalização, o qual tem como objetivo fazer de toda comunidade mundial um grande e único mercado, permitiu a concretização e a maturidade do movimento de internacionalização do capital e a dominância da lógica mercantil, ou seja, o mercado livre, no qual o capital cria mobilidade e desterritorialização.

No Brasil a adoção do ideário neoliberal toma forma a partir de 1990 no governo do Presidente Collor de Mello. Contudo, a iniciativa de Collor foi interrompida pelo seu impeachment, mas Fernando Henrique Cardoso eleito em 1994 deu continuidade ao projeto neoliberal, propiciando o seu pleno desenvolvimento.

As conseqüências da política econômica representaram um desmonte para o país, o emergindo numa grave crise, em pleno processo recessivo, submetido diretamente ao controle do Fundo Monetário Internacional (FMI), tendo privatizado quase todas as suas empresas estatais e gerado um nível de desemprego alarmante e crescente, com uma evidente queda da renda salarial média, e com acentuada deteriorização dos serviços públicos de saúde, de educação, de assistência, de previdência, de moradia.

⁸ O Consenso de Washington reúne um conjunto de medidas - que se compõe de dez regras básicas - formulado em novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras baseadas em Washington, como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, fundamentadas num texto do economista John Williamson, do International Institute for Economy, e que se tornou a política oficial do Fundo Monetário Internacional em 1990, quando passou a ser “receitado” para promover o “ajustamento macroeconômico” dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades. In: www.wikipedia.org/wiki/Consenso_de_Washington acessado em 23/05/08.

A sociedade passou a ser organizada a partir da ótica da mundialização do capital, das exigências da concorrência e da competitividade, apresentando-se como um processo excludente e seletivo que conduz a uma modificação na relação entre Estado, mercado e organização social.

Montaño (1999) afirma que os efeitos dessa conjuntura político-econômica são desastrosos, pois se agravam os desequilíbrios estruturais, encurtando recursos, aumentando as necessidades por proteção e reduzindo o campo estatal de garantia universal da cidadania. Logo, na medida em que o Estado representa os interesses do capitalismo, a lógica do capital se choca com a lógica dos serviços públicos, dado que o Estado visa reduzir despesas, principalmente gastos sociais, afirmando que os serviços públicos organizados com princípios de universalidade e gratuidade, superdimensionam o gasto estatal.

Assim, os mecanismos de enfrentamento da crise do capital orientados nos postulados neoliberais e sustentados na revalorização do mercado como instrumento de regulação econômica, a redução da ação do Estado através da diminuição dos gastos estatais, a emergência do Estado mínimo e a desnacionalização das empresas (privatizações), têm gerado determinações sobre o processo de alteração do padrão de resposta as seqüelas da questão social.

Nesse processo de retirada do Estado do trato universal dos problemas sociais, através da precarização, focalização e descentralização da atividade estatal e a paralela ampliação da atividade social privada (filantrópica ou mercantil) e o desmonte do conjunto de medidas de proteção social vigente, acabam por aprofundar e ampliar as disparidades sociais.

Atrelado a esse processo ocorre a transferência de parcela da prestação de serviços sociais para a sociedade civil, sendo a expressão mais visível a expansão do terceiro setor⁹, o qual incide diretamente no espaço ocupacional de várias categorias profissionais.

Netto (2004) afirma que o terceiro setor é o espaço privilegiado da intervenção de agências expressivas da sociedade civil e potencia a força política

⁹ Montaño (1999, p. 66) define o terceiro setor como: "conjunto de instituições, ONGs, fundações, etc, que desempenhando funções publicas, encontram-se fora do Estado, no espaço de interseção entre este e o mercado, porem sem declarar fins lucrativos".

de comando do capital numa clara intencionalidade de hegemonia, bem como encontra-se

Situado no próprio processo de reestruturação do Estado como uma instância diversa deste e da esfera mercantil, o terceiro setor tem se revelado um importante instrumento do projeto capitalista de corta ao limite as funções estatais legitimadora, mostrando-se não só compatível, mas funcional à reestruturação comandada pelo capital, ademais de haver claros indícios sobre o papel de desmobilização democrático-popular desempenhado pelas ONGs (2004, p. 74-75)

Ao se estabelecer a “parceria” entre a sociedade civil e o Estado ocorre um deslocamento da esfera pública para a esfera privada em detrimento das lutas e direitos conquistados. As políticas sociais no âmbito do Estado passam a se constituir objeto de iniciativas governamentais impulsionadas por interesses clientelistas ou objeto de solidariedade individual. Essas ações voluntárias baseada no discurso da solidariedade e ajuda mútua são válidas porque minimizam a questão social, mas são medidas paliativas que não atingem a raiz dos problemas sociais, ou seja, a estrutura social.

Nessa direção, as múltiplas desigualdades têm sido enfrentadas através das organizações privadas que atreladas ao Estado implementam programas focalizados, descentralizados e seletivos de combate à pobreza e as desigualdades sociais. O Estado se mantém presente nesse processo enquanto incentivador e promotor do arcabouço ideológico que torna possível a efetivação do seu objetivo de transferência parcial de suas responsabilidades para a sociedade civil.

De acordo com o IBGE (2007) o Brasil tem uma população 183.987.291 habitantes, desta 51.534.406 está concentrada na região Nordeste. O Mapa de Pobreza e Desigualdade do ano de 2003 produzido pelo IBGE comprova que 77% dos municípios nordestinos tinham mais da metade de sua população vivendo na pobreza, porém a desigualdade era menos intensa. Em relação ao Brasil, observamos no mapa a tendência de concentração de maior incidência da pobreza em municípios de menor porte, já a desigualdade é maior nos municípios mais populosos. No caso extremo estavam os 13 municípios brasileiros com mais de um milhão de habitantes: não havia município com mais de 50% de pobres, mas a desigualdade acima de 40% abrangia todo o grupo.

Vista numa perspectiva histórica, percebemos que as transformações engendradas afetam de forma profunda a sociedade e por isso agravam-se os antagonismos sociais, na qual os mecanismos de exclusão são mais heterogêneos e mais complexos em face do retrocesso do perfil distributivo do país e da reestruturação da produção.

Prates (2006, p. 94) citando informações do trabalho¹⁰ realizado pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul constata que

O Brasil consegue ser o pior país da América do Sul em termos de mortalidade infantil, sendo superado apenas pela Bolívia. Dentre 175 países, encontramos-nos no 63º lugar no que diz respeito à mortalidade infantil de menores de cinco anos. Além disso, somos o país com maior concentração de renda do mundo, onde 10% dos mais ricos possuem 50% da renda nacional. Em se tratando de desenvolvimento humano, ocupávamos em 1999 a constrangedora septuagésima nona colocação dentre os países, ou seja, há em torno de trinta e dois milhões de crianças e adolescentes vivendo em situação de miséria absoluta.

Portanto, os mecanismos de enfrentamento da crise do capital remetem a sociedade a um cenário de profundas desigualdades sociais, evidenciando elementos que fomentam a vulnerabilidade social, sendo a violência alguns dos efeitos.

Na conjuntura atual a problemática da violência juvenil não pode ser analisada de forma isolada. As trajetórias de vida de cada adolescente são em grande parte definidas pelas condições econômicas, as questões culturais e familiares nas quais estão inseridos, se constituindo num conjunto de relações que influem na dinâmica da violência. Assim, as condições de vida de crianças e adolescentes estão imbricadas com a condição de classe de sua família. O depoimento da Coordenadora do Programa de medidas socioeducativas em meio aberto, entrevistada em nossa investigação reitera essa assertiva:

o ato infracional não isolado, ele acontece dentro de um contexto maior que parte da sociedade não observa. As condições sócio- econômicas deles são difíceis, a maioria deles vive numa condição sócio- econômica beirando a indigência, da miséria pra indigência, tem de todas as classes, mas o grande contingente são famílias muito pobres, de novos arranjos familiares, de mães que tem companheiros e junta os filhos dela com os filhos dele, de mães sozinhas, de avó que cria o neto, de

¹⁰ In: Relatório Azul. "Garantias e violações dos Direitos Humanos no RS". Assembléia Legislativa, Comissão de Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, 1998/1999. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1999.

irmãos que vivem sozinhos. Então, tem uma série de arranjos, bem complicados de trabalhar e a questão das drogas também é muito forte. (Entrevista realizada em 03/04/08)

Pochmann (1999) reforça que as determinações sócio-econômicas acentuam as inseguranças principalmente em sociedades em que a sociabilidade esteve baseada no trabalho, bem como ocasionam uma grande tensão entre a população pauperizada, que se encontra inserida num contexto de degradação no uso e remuneração da força de trabalho. Destaca que existem grandes disparidades entre o desenvolvimento econômico e o desempenho social, denotando um traço inerente a dinâmica e a natureza do capital que acentua as desigualdades sociais.

A reduzida parcela de empregos regulares gerados e a insuficiência das políticas públicas deixam sem alternativas de uma vida digna parte da população que possui tão somente a mão-de-obra para oferecer ao mercado de trabalho. Por isso, ocorre a redução no padrão de vida da classe trabalhadora que se encontra em situações de desemprego, ocupações autônomas e formas precárias de ocupação (sem proteção da legislação trabalhista e continuidade).

Segundo Carvalho (1995) a família brasileira tem passado por um processo de empobrecimento devido a globalização e os conseqüentes ajustes econômicos ocorridos, fato estes que produzem efeitos sobre a dinâmica familiar, alterando sua composição e as relações de poder intrafamiliares.

A família é um espaço privilegiado de agregação, socialização, possui papel econômico e de reprodução ideológica. Pode estabelecer vínculos afetivos e fortalecer o sentimento de proteção e de apoio, permitindo o desenvolvimento sadio da criança e do adolescente, tanto no aspecto psicológico quanto no físico. (Prates, 2006)

Mas, ocorre em larga escala que a família pode atuar de forma prejudicial para o processo de desenvolvimento dos sujeitos, criando situações de violência que podem repercutir em criminalidade como conseqüência das tendências desse grupo. Por isso, a família é uma instituição contraditória não medida que não é espaço somente de consenso e virtudes e sim também de discórdia e tensão.

Afinal, a família, como toda e qualquer instituição social, deve ser encarada como uma unidade simultaneamente forte e fraca. Forte, porque ela é de fato *lócus* privilegiado de solidariedades, no qual os indivíduos podem encontrar refúgio contra o desamparo e a insegurança da existência. Forte ainda, porque é nela que se dá, de regra, a reprodução humana, a socialização das crianças e a transmissão de ensinamentos que perduram pela vida inteira das pessoas. Mas, ela também é frágil, pelo fato de não estar livre de despotismo, violências, confinamentos, desencontros e rupturas. (PEREIRA-PEREIRA, 2004, p. 36-37)

Cada família possui sua própria dinâmica, que por sua vez é afetada pela situação socioeconômica do país e do modo pelo qual o Estado enfrenta às demandas sociais por meio de suas políticas e programas, levando em consideração as especificidades deste núcleo. Por isso, não podemos entender a família somente em seus aspectos internos, mas é preciso apreendê-la a partir da questão mais ampla, inserida no conflito de classes e nas determinações da realidade social.

No contexto da distribuição de renda desigual e da pobreza, a família é a grande penalizada, pois as pressões cotidianas se reproduzem de forma nefasta. Os sujeitos e vínculos são fragilizados, gerando comportamentos agressivos, expressos no uso freqüente do álcool, drogas, da violência contra a mulher e contra a criança e do abandono. Associado a estes elementos as mudanças gestadas na organização do núcleo familiar torna difícil eleger a família como fonte privilegiada de proteção.

Considerando que esses fatores desagregam o núcleo familiar e gera uma multiplicidade de arranjos internos, pois notamos que a família nuclear – “composta de um casal legalmente unido, com dois ou três filhos, na qual o homem assumia os encargos de provisão e a mulher, as tarefas do lar [...]” (Pereira-Pereira, 2004: 38) vem sendo substituída pelas famílias monoparentais, a qual identifica a mulher, em alguns casos, como principal responsável pelo sustento da família e pelo grupo familiar agregado de parentes.

Cada vez mais as mulheres são chefes de família, participam do mercado de trabalho e continuam acumulando a maioria das tarefas domésticas. Em 13 anos, o total de famílias formadas por casais com filhos e chefiadas por mulheres

cresceu 10 vezes, passando de 3,4%, ou 247.795 famílias, em 1993, para 14,2%, ou 2.235.233 lares, em 2006.¹¹

Por vezes, nas famílias das classes subalternas o trabalho produz ganhos insuficientes para atender as necessidades básicas e por isso as famílias extensas são mantidas pela dependência afetiva e financeira, pois visando a sobrevivência existe uma ajuda mútua, principalmente em situações de privação material.

Ressaltamos que as formas como a família vêm se estruturando no mundo contemporâneo, a partir das grandes mudanças já mencionadas, e as diferenças étnico-culturais presentes na sociedade brasileira não permitem o paradigma de família regular e família irregular, tendo em vista que as condições de vida da população são afetadas pelas transformações econômicas, sociais, políticas e culturais e engendram a formação de novos arranjos familiares.

As famílias, e principalmente o contingente infanto-juvenil são amplamente afetados pelo quadro de miséria, pois estes são dependentes das suas famílias, as quais não possuem meios de assegurar o atendimento às necessidades básicas e perecem com o descaso do Estado para garantir a efetivação dos seus direitos.

Conseqüentemente, a pobreza se generaliza no país, especialmente nas áreas metropolitanas, onde as populações vivem em situações precárias de habitação, em favelas, nas periferias, excluída de bens e serviços. O Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil elaborado pelo IBGE (2003) revela que a taxa de urbanização do Rio Grande do Norte cresceu 6,14%, passando de 69,10% em 1991 para 73,35% em 2000, pois a população urbana passou de 1.669.267 em 1991 para 2.036.673 em 2000.

Segundo o Anuário Natal de 2007 realizado pela SEMURB - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, em que traz uma radiografia da cidade do Natal enfatizando a questão ambiental, os aspectos físicos, biológicos, históricos, sócio-econômicos e políticos, ressalta que a cidade do Natal é

¹¹ Informações retiradas do site: www.diariodenatal.com.br acessado em 09/09/08 na matéria "Família chefiadas por mulheres aumentaram dez vezes em 13 anos".

segregada, pois a preocupação do poder público não é realizar uma ordenação do espaço urbano. A idéia da cidade moderna mascara o desejo, por parte das elites, de construir o muro da exclusão, escondendo a crescente favelização na cidade, processo esse chamado por Rolnik (2002) de exclusão territorial.

A autora afirma que a exclusão territorial consiste numa característica comum a todas as cidades brasileiras: o contraste entre uma menor parte da cidade que possui condições urbanísticas e a outra cuja infra-estrutura é incompleta e o urbanismo praticamente inexistente. Corroborando a afirmação anterior esclarece que “Parte importante do funcionamento das cidades é a própria política urbana, que no Brasil – como quase tudo – foi intensamente utilizada como instrumento de exclusão e perpetuação de privilégios e desigualdades” (ROLNIK, 2002, p 53).

Neste contexto, milhares de famílias, especialmente crianças e adolescentes, perecem com a ausência de condições dignas de saúde, educação, habitação, alimentação, ausência de oportunidades de lazer e acesso a cultura, a falta de perspectivas de formação profissional dos pais, sendo expostas a situações inadequadas que põem em risco o seu desenvolvimento sadio.

A pesquisa realizada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN revela que a taxa de desocupação dos jovens indigentes na faixa entre 15 a 24 anos cresceu de 17% em 1993 para 29% em 2002, enquanto a taxa de pobres nesta mesma faixa etária subiu de 15% em 1993 para 23% em 2002. Conclui que, do total da população entrevistada que habita nas áreas periféricas de Natal-RN, 55,21%; são crianças, adolescentes e jovens, revelando que esta se constitui realmente a parcela mais atingida pela desigualdade.

Os dados expressam a realidade perversa em que o Estado por sua omissão com a esfera social, insere a população. Este que deveria ser aliado das famílias proporcionando apoio para o desempenho das suas responsabilidades tem negligenciado a família brasileira. Pois, historicamente o Estado, por meio das políticas sociais, tem tratado a pobreza numa perspectiva de autoritarismo, tutela dos dominantes e subalternidade dos dominados desenvolvendo ações incapazes de alterar a situação de pobreza de parte da população. As ações de fortalecimento das famílias oferecem somente transferência de renda e/ou

programa de geração de emprego e renda, não incorporando as dimensões de emancipação financeira e promoção social.

Segundo Mioto (2004) o Estado tem colocado em pauta o discurso sobre a importância da família no contexto da vida social, pois ela tem sido valorizada cada vez mais no âmbito das propostas de enfrentamento as situações de sofrimento e abandono de milhares de crianças e adolescentes, através de programas geralmente denominados de orientação e apoio sociofamiliar, a citar o PAIF – Programa de Atenção Integral da Família que está inserido na rede de proteção do Centro de Referência da Assistência Social e o Bolsa-Família.

Esses programas tem se proliferado no início dos anos 1990 em virtude de pressões de organismos internacionais e estão previstos no ECA visando garantir o direito da convivência familiar e comunitária. Porém, muitas vezes o discurso homogêneo de justiça e cidadania acerca destes programas trazem embutidos princípios assistencialistas e normatizadores da vida familiar.

Em 2004 o Governo Federal na gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou o Programa Bolsa-Família¹² que beneficia famílias em situação de pobreza. Este foi incorporado ao Ministério do Desenvolvimento Social e representa uma nova gestão e execução dos programas da área social que visam a transferência de renda com condicionalidades na esfera federal.

De acordo com dados do Ministério de Desenvolvimento Social, em Janeiro de 2009 no Rio Grande do Norte foram contempladas com o Benefício 291.004 famílias em 167 municípios e particularmente em Natal foram atendidas 43.747 famílias.

Apesar dos investimentos nessa área, o desempenho final não tem conseguido eliminar a condição de vulnerabilidade das famílias em situação de pobreza. O Programa Bolsa-Família não tem conseguido assegurar o direito à segurança alimentar e nutricional da população mais vulnerável a fome, ao passo que a erradicação da extrema pobreza se torna uma utopia.

¹² O Programa reúne, os já existentes, Bolsa-escola, Programa Fome Zero, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e o Cadastramento Único. O PETI se manteve inalterado, permanecendo vinculado ao novo MDS, sem incorporá-lo ao Programa Bolsa-Família. As famílias atendidas devem possuir renda per capita mensal de R\$ 60,01 a R\$ 120,00 e extrema pobreza com renda por pessoa de até R\$ 60,00, de acordo a Lei 10836, de 09 de Janeiro de 2004 e o Decreto n 5.209, de 17 de Setembro de 2004.

A pauperização propicia que as famílias passem a depender quase que exclusivamente de recursos de entidades assistenciais, inserindo seus membros a um processo de degradação e perda da identidade de trabalhador cidadão. (Prates, 2006)

Somamos isto a mobilização da criança que precocemente se insere no mercado do trabalho em ocupações informais e suprime de sua vida o acesso à escola e ao lazer. Do ponto de vista de Cenise Monte Vicente (1998), como as ações de enfrentamento da pobreza são marcadas pelo assistencialismo, as crianças em situação de rua estão inseridas no mesmo patamar de miséria de suas famílias e de suas comunidades. Mas, é preciso não confundir abandono com pobreza, pois em relação as crianças em “situação de rua”, muitas destas possuem vínculos familiares baseados na afetividade. Entretanto, convivem excessivamente com o ambiente da rua em virtude da necessidade de garantir a própria sobrevivência e de seus familiares.

Por vezes a sociedade parece atribuir a culpa da situação de sofrimento e abandono de crianças e adolescentes a seus familiares, desconsiderando a conjuntura do nosso país. Gomes (1995, p. 61) esclarece que

Temos a impressão de que a miséria, a vida precária e deplorável de um grupo familiar e, sobretudo, o abandono de crianças é fruto da irresponsabilidade do casal. Porém, a evidência parece inequívoca: à criança abandonada, objeto da violência alheia, civil ou militar, correspondem famílias abandonadas, objeto primeiro da violência social, institucionalizada.

O ideal seria que as políticas sociais fossem calcadas numa política de erradicação da pobreza a fim de possibilitar o desenvolvimento de condições para a auto-sustentação do grupo familiar, pois milhares de crianças e adolescentes teriam seus direitos garantidos e a base para um futuro promissor.

Percebemos que independente da configuração familiar e da classe social a dinâmica da família é atingida pelas contradições sociais. Em seu bojo, cresce o percentual de um grave problema que vem assolando o cotidiano de algumas famílias: a violência, em todas as suas manifestações, que afeta diretamente a vida de crianças e adolescentes quer seja na condição de vítima ou como agentes de violência na sociedade brasileira.

2.2 DE VÍTIMAS A AUTORES DE VIOLÊNCIA: A VIOLAÇÃO DE DIREITOS DA POPULAÇÃO INFANTO-JUVENIL

O cotidiano das famílias analisado no item anterior fundamentam o entendimento sobre a situação das crianças e dos adolescentes vítimas ou autores de violência na sociedade brasileira.

A História revela que a vida de milhares de crianças e adolescentes é marcada pela tolerância da sociedade com as mais diversas formas de violência, porque representam a parcela mais exposta à violação de direitos pela ação ou omissão da família, do Estado e da sociedade. Isto revela uma verdadeira apartação entre as conquistas jurídicas institucionais e a eficácia das políticas sociais para efetivar a proteção integral.

Segundo dados do Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF) 18 mil crianças e adolescentes são agredidos por dia no Brasil, totalizando 6,6 milhões por ano. Em Natal, o SOS Criança registra diariamente cerca de 15 ligações que relatam os mais variados tipos de violências sofridas por crianças e adolescentes¹³.

Waiselfisz (1998) revela que a mortalidade juvenil derivada de situações que envolvem diversas modalidades de violência é um fato altamente preocupante. A mortalidade entre os jovens tem mudado sua configuração, surgindo novos padrões de mortalidade, pois as epidemias e doenças infecciosas que eram as principais causas de morte entre os jovens foram substituídas pelas “causas externas”, principalmente os acidentes de trânsito e os homicídios, responsáveis por 67,4% das mortes dos jovens.

O Jornal Tribuna do Norte (06/02/09) destaca que o aumento da violência em Natal, apontando que no ano de 2008, 73 assassinatos vitimaram jovens na faixa etária de 16 a 20 anos. Em nossa investigação, a Coordenadora do Programa de medida sócio-educativa, nos relatou que no mesmo ano foram registradas 14 mortes dentre os adolescentes atendidos.

Waiselfisz (1998) acrescenta que

¹³ Informações retiradas do site: www.diariodenatal.com.br acessado em 12/03/09, na matéria “Violência doméstica atinge mais de 6 milhões de crianças por ano”.

Nem toda, nem sequer a grande maioria das violências cotidianas terminam em morte; mas a morte representa o grau de violência extremo. Da mesma forma que as taxas de mortalidade infantil não falam só do volume de óbitos de crianças; indicam também a existência (ou a ausência) de infra-estrutura de atendimento, epidemias, condições de higiene, mecanismo culturais, políticos e sociais de tratamento das crianças, etc. As taxas de mortalidade juvenil, e especificamente as atribuíveis a causas violentas, portanto, nos falam também de modos de sociabilidade, de circunstâncias políticas e econômicas, de mecanismo de negação da cidadania. (WAISELFISZ, 1998, P. 13-14)

Os direitos violados não permitem que crianças e adolescentes tenham a dignidade humana garantida, ou seja, direito à alimentação, saúde, educação, moradia, lazer, segurança. Assim, convivem no cotidiano com situações graves e freqüentes de riscos sociais como a exploração e abuso sexual, o trabalho infantil, a evasão escolar, a violência doméstica, física, o envolvimento com drogas, dentre outros agravantes que comprometem o seu desenvolvimento sadio.

Entre os graves problemas a serem superados no país está a erradicação do trabalho infantil. O objetivo de crianças e adolescente, na maioria dos casos, é contribuir para a subsistência da família. Mas, vale ressaltar que a partir de 1999, passou a vigorar no país uma nova idade mínima¹⁴ para o trabalho, determinando a proibição de qualquer trabalho aos menores de 16 anos, exceto na condição de aprendiz a partir dos 14 anos. O depoimento do adolescente Bruno, de 17 anos, entrevistado em nosso estudo¹⁵, confirma a prática do trabalho infantil:

Comecei a trabalhar com 13 anos, ajudando meu pai. Hoje ele trabalha no CEASA cuidando das frutas, lá em uma loja. Daí descarrego caminhão mais ele e o dono me paga um dinheiro, tem vez que ganho R\$ 50,00 ou 100,00 pro mês, por que eu trabalho um dia sim e outro não.

Conforme o Plano Nacional de Prevenção e erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente¹⁶, em 2002 o Brasil tinha um contingente de cerca de 3 milhões de trabalhadores infantis em situação ilegal, representando 8,2 % de taxa de trabalho infantil. Em termos absolutos, o maior

¹⁴ A idade mínima foi alterada pela Emenda Constitucional n 20, de 8 de dezembro de 1998,

¹⁵ Entrevista realizada em 28/08/08.

¹⁶ Publicado em 2004, esse plano foi criado pela Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI) – sob a Coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego, agregando contribuições de organizações governamentais, com destaque especial para a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

número de trabalhadores infantis se encontra na região Nordeste, que possui 1,1 milhão (37,1% do universo no Brasil). Em segundo lugar, está a Região Sudeste, com 690 mil trabalhadores, ou 23% do universo.

Para minimizar o problema o governo lançou o PETI¹⁷ com o objetivo de repassar aos estados e municípios recursos para o pagamento de bolsas e para a manutenção de jornadas ampliadas, visando retirar as crianças do trabalho e mantê-las na escola. O Programa atua sobre o fortalecimento das famílias das crianças trabalhadora, especialmente com a implementação de programas de geração de emprego e renda.

O plano nacional ainda ressalta que em 2004, mais de 810 mil crianças foram atendidas pelo PETI, em mais de 2.600 municípios de todas as unidades da Federação. Mensalmente, o Programa desembolsa pouco mais de 37 milhões de reais para o pagamento das bolsas e garantir o funcionamento das jornadas ampliadas. Cada família recebe R\$ 25,00 por criança, na zona rural, e R\$ 40,00 na zona urbana.

Contudo, o governo enfrenta dificuldades para gerenciar e executar o PETI, pois sabemos que existe o desvio de bolsas em nível local para crianças que não atendem ao perfil, enquanto muitas aguardam para serem contempladas com o benefício.

O abuso sexual também é outra faceta da violência que ocorre quando um adulto usa uma criança ou um adolescente para se satisfazer sexualmente por meio da violência física ou de ameaças. O abusador, muitas vezes um membro da família, é em princípio aquele que tem a obrigação social e legal de proteger a criança.

Outro fato alarmante é o crescimento da exploração sexual de crianças e adolescentes. Dados do S.O.S Criança Natal revelam que foram 366 denúncias de abuso e exploração sexual no primeiro trimestre de 2002 contra 149, no mesmo período de 2001¹⁸.

A exploração sexual constitui-se numa grave violação dos direitos da pessoa em processo de desenvolvimento e tem como fator determinante as difíceis condições socioeconômicas provenientes do processo de globalização,

¹⁷ O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil foi lançado em 1996 pelo então Ministério da Previdência e Assistência Social, por meio da Secretaria de Estado de Assistência social.

¹⁸ In: Caderno Vivo Brincantões-Crianças e Adolescentes, Natal-Rn, Outubro de 2003.

articulando-se principalmente a atividades econômicas por meio do turismo sexual. Este integra uma rede de exploração global e local, pois faz parte de uma lógica econômica do crime organizado e é mais visível em cidades turísticas. É freqüente a participação de um aliciador, ou seja, aquele que comercializa as crianças e adolescentes. Segundo o S.O.S Criança Natal houve um aumento de 222% nesses casos, com denúncias de envolvimento de aliciadores. Foram 89 casos em 2001 contra 198 em 2002.

A violência em geral traz um grande prejuízo para o desenvolvimento da criança, mas o tipo de exploração sexual desperta a criança para o sexo de maneira deturpada e lhe acarreta medo, culpa e a criança carrega as marcas psicológicas desse abuso para o resto da vida.

Além do trabalho infantil e da exploração e abuso sexual podemos somar a violência física sofrida pelas crianças e adolescentes. Comumente, observamos nos noticiários casos de crianças abandonadas, assassinadas e torturadas e o mais chocante é quando os agressores são os próprios familiares.

Um caso que comoveu o país foi a morte da menina Isabela Nardoni, de 5 anos jogada da janela do 6º andar, no qual o pai e a madrasta são os supostos culpados. Ao lado desse caso tenebroso, a Revista Veja¹⁹ descreve outras barbaridades que despontam nos noticiários: em 2008 um menino de 9 anos foi marcado com um ferro em brasa por dois trabalhadores de uma fazenda no interior de Goiás. Em Goiânia, uma empresária torturava cotidianamente uma menina de 12 anos, dentre as seqüelas, a garota teve dentes quebrados e ficou com necrose sob as unhas das mãos. Em 2006 um bebê foi resgatado com vida da Lagoa da Pampulha, em Belo Horizonte, pois a mãe a jogou na água envolta em um saco plástico.

Esses são apenas alguns exemplos de casos de violência em que crianças e adolescentes são vítimas, mas a imagem divulgada nos meios de comunicação tem destacado o envolvimento de adolescentes com a criminalidade. Todavia, é importante ressaltar que “a prática do ato infracional não é incorporada como inerente à sua identidade, mas vista como uma circunstância de vida que pode ser modificada” (VOLPI, 1997, p. 7).

¹⁹ Informações retiradas da Reportagem “Quando o mal triunfa” publicada em 09 de Abril de 2008, p. 89-93.

A sociedade parece se sensibilizar com mais freqüência quando se trata de defender vítimas, que possíveis agressores infanto-juvenis, embora conforme a legislação os adolescentes autores de atos infracionais tenham direitos e deveres iguais. Porém, uma parcela da sociedade tem dificuldade de reconhecer no agressor um ser social que necessita de atenção e cuidados.

Abramovay (2002) aponta que a relação entre juventude e violência, portanto, é percebida como o produto de dinâmicas sociais, pautadas por desigualdades de oportunidades, segregações, uma inserção deficitária na educação e no mercado de trabalho, a separação dos espaços públicos de sociabilidade e a ausência de oportunidades de lazer, formação ética e cultural.

Esses elementos concorrem para aprofundar a questão social, ou seja, ampliar a situação de desigualdades sociais, pois o acesso negado aos jovens a processos básicos restringe a capacidade de formação e torna-se fonte de vulnerabilidade, dificultando aos jovens aproveitar as oportunidades, quer provenientes do Estado, do mercado ou da sociedade.

Os jovens se tornam vítimas desta violência que impera hoje na sociedade que também os tornam vulneráveis e propensos a agir com violência, sendo a pobreza, o desemprego, as transformações ocorridas na família, a falta de escolarização ou o ensino de baixa qualidade, o trabalho precoce, o envolvimento com drogas por meio do consumo ou tráfico, a utilização do álcool os possíveis determinantes da violência juvenil.

Observamos que as modificações a nível global têm repercussões também no indivíduo ao transformar seus valores, de modo que comumente os adolescentes sofrem influências da mídia que utiliza a persuasão na imposição de padrões de comportamento, veiculados como naturais, propiciando o fortalecimento da sociedade de consumo. Dentre outros motivos, a necessidade de possuir torna os adolescentes vítimas de pressões sociais e vulneráveis ao mundo do crime, principalmente através da drogadição. Os jovens se inserem no circuito das drogas muito cedo, remetendo a infância o início do consumo quer seja pela influência de amigos ou por outros motivos, conforme nos mostra o relato do adolescente Hélio, de 16 anos, entrevistado em nossa investigação²⁰

²⁰ Entrevista realizada em 28/10/08.

Eu usei drogas, mas faz é tempo já, eu tinha 13 anos. Usei maconha, mas usei só uma vez e não quis mais. Só usei porque eu estava numa festa, aí eu estava bêbado, então peguei e fui inventar porque meus amigos estavam usando também, mas eu não gostei e não uso mais não. Não sabia fumar direito, meus amigos me ensinaram. A sensação foi engraçada, o cara parece que está em outro mundo.

No Brasil, o tráfico de entorpecentes é um problema de segurança pública, pois a oferta de drogas ilícitas cresce assustadoramente e atinge todo o tipo de público. Em 2006 eram mais de 200 milhões de usuários de drogas no mundo segundo o Relatório Mundial de Drogas do Escritório das Nações Unidas Contra Drogas e Crimes (UNODC, na sigla em inglês). Isso representa cerca de 5% da população entre 15 e 64 anos.

O consumo de cocaína e maconha aumentou em 2006. Também cresceu o tráfico de cocaína, especialmente na região Sudeste. Entre os países da América do Sul (com 6,7 milhões de usuários de maconha) foi no Brasil, segundo o relatório, que ocorreu o maior aumento do consumo da droga, a maior parte vinda do Paraguai, porque a produção brasileira de maconha não é suficiente para suprir a demanda. O relatório mostra que a heroína tem no mundo 11 milhões de usuários, dos quais, 600 mil são brasileiros²¹.

Entre os jovens, a relação que envolve o tráfico de entorpecentes atinge

Desde as camadas mais abastadas e o consumo em escala razoável de drogas como forma de diversão, até as classes menos favorecidas, que têm no tráfico a confiança que teoricamente deveriam depositar no Estado, tais como proteção, de auxílio, de segurança e de respeito, mas que não o fazem em razão de saberem que, na prática, representam um contingente excluído e indesejável na sociedade. (PRATES, 2006, 69)

O autor reforça que os altos índices de desemprego e a situação de miséria em que se encontram milhares de famílias facilitam a atuação do crime organizado, sendo o público adolescente alvo fácil dos cartéis do tóxico em virtude da sua inexperiência e da instabilidade emocional. Estes além de consumidores podem passar a cumprir o papel de trabalhadores no ciclo da droga, tendo em vista que a mão-de-obra barata se torna cada vez mais atrativa

²¹ Informações retiradas do site <http://pessoas.hsw.uol.com.br/trafico-de-drogas.htm> - Acessado em 27/01/09.

para os traficantes, representando para aqueles que fazem a distribuição, os chamados “aviões”, um meio de subsistência ou uma forma de trabalhar em troca de droga para o próprio consumo.

Conforme dados do IBGE (2007) o Rio Grande do Norte tem uma população de 3.013.74 (Três milhões, treze mil e setenta e quatro) pessoas, deste quantitativo 410.737 (quatrocentos e dez mil e setecentos e trinta e sete) são adolescentes na faixa de 12 à 18 anos e o que observamos é a existência de duas situações extremas vivenciadas por esse segmento.

-Excesso de oferta – para os 10% da população que tem condições de buscar e obter o que deseja por meio do consumismo, buscando mais ter (possuir) do que ser (existir). Há uma tendência muito grande a posse, o valor está naquilo que cada um possui e não no que cada um oferece.

-Excesso de escassez - para grande parte da população de jovens e crianças que não têm a mínima condição de manutenção e que buscam a qualquer preço sua sobrevivência. (VASCONCELLOS, 1997, p. 114).

Apesar da autora afirmar que grande parte dos jovens buscam de diversas formas sua sobrevivência, é interessante ressaltar que não estamos associando a pobreza à criminalidade, pois esta atinge e é praticada por indivíduos de todas as classes sociais. Muitos delitos são cometidos por adolescentes da classe média e alta, mas estes adolescentes partem do discurso de impunidade que existe nestas classes, as quais consideram que os mesmos são isentos de sanções devido ao status social de sua família.

Contudo, a realidade nos revela que as difíceis condições de vida da população mais pauperizada se tornam um dos fatores determinantes para o fomento da violência, pois insere milhares de crianças e adolescentes em situações de risco, o que denota a existência da violência provocada em grande parte pela omissão do Estado em não executar políticas públicas eficazes.

Nessa direção, os atos infracionais atribuídos a adolescentes assumem dimensão de um problema que se apresenta como expressão da questão social. Essa conduta descrita como delinquência ou contravenção penal denota uma situação que não pode ser vista apenas sob a ótica policial, deve ser compreendida de uma maneira mais ampla. Pois, a violência estrutural, citada anteriormente, soma-se as mais variadas formas, ou seja, pode ser de natureza

física, sexual, psicológica e/ou moral. Apesar de percebermos que na realidade essa classificação não se efetiva, considerando que podem em suas diferentes formas se fundirem numa mesma situação.

Portanto, segundo Queiroz (1984, p.42) a problemática da violência juvenil:

Trata-se de um problema que cada vez mais sensibiliza e mobiliza a sociedade que, se de um lado se percebe ameaçada, de outro, superpõe à imagem do “marginal”, a da criança e do adolescente que necessitam de cuidados e atendimento.

O que presenciamos frequentemente é o desejo de parcela da opinião pública em “expulsar” esses adolescentes do convívio social da sociedade sem levar em consideração a sua condição de sujeitos em desenvolvimento e sem a devida discussão sobre a pluralidade dos motivos, as determinações que desencadeiam a prática do ato infracional. Por isso, uma parcela da sociedade julga que o problema da violência juvenil será solucionado através da redução da maioria penal.

2.3 A REDUÇÃO DA IMPUTABILIDADE PENAL – ALTERNATIVA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA JUVENIL?

No debate atual sobre adolescentes autores de atos infracionais, observamos uma tendência a polarização do tema, de um lado, os defensores de um mecanismo de inserção social, que é o exemplo das medidas sócio-educativas prevista no ECA, e de outro lado, os que defendem um retributivismo claro e definido com penas severas. Esta polarização reflete as discussões que estão no bojo da cultura da violência que é reproduzida pela sociabilidade capitalista.

A implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente introduziu avanços no sentido de elucidar que a doutrina da proteção integral estende-se àqueles que praticam atos tidos como inadequados para o convívio no meio social, os quais são definidos pelo Estatuto no seu artigo 103 como crime ou contravenção penal.

Em face disso, no artigo 104 do ECA, se prevê que são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos que praticam atos infracionais, ficando sujeitos à aplicação de medidas sócio-educativas, as quais possuem finalidade ressocializante.

Como consequência da mencionada previsão em relação à proteção especial, são previstas na Constituição Federal, em seu artigo 227, § 3º, incisos IV e V, duas garantias destinadas aos adolescentes tidos como autor de ato infracional: a de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado e obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade.

A definição do que se configura a prática do ato infracional, os direitos individuais dos adolescentes, as suas garantias processuais e as medidas sócio-educativas passíveis de aplicação pela autoridade competente, estão elencadas abaixo conforme o artigo 112 do ECA :

A *advertência*, que se constitui pela “admoestação verbal, reduzida a termo e assinada” (ECA, art. 115);

A *obrigação de reparar o dano* “em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima.” (ECA, art. 116);

A *prestação de serviços à comunidade*, objeto de nosso estudo, “consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais” (ECA, art. 117). As tarefas devem ser atribuídas conforme as aptidões do adolescente, em uma jornada máxima de oito horas semanais, em dias úteis ou finais de semana, conforme a disponibilidade do sentenciado, de modo a não prejudicar a frequência a escola e jornada de trabalho (na condição de aprendiz conforme o art. 60 do ECA).

Sobre as possibilidades de sua efetividade a Assistente Social do PEMSEMA Débora acrescenta:

ela possibilita que os adolescentes reflitam sobre o comprometimento dos seus hábitos. Eles tem direitos, mas também tem deveres. Tem a parte sócio-educativa que visa embutir neles a questão da responsabilização e a idéia da boa conduta em sociedade. (Entrevista realizada em 24/09/08)

A *liberdade assistida* configura uma medida em meio aberto, juntamente com a Prestação de Serviço a Comunidade, advertência e a obrigação de reparar o dano. Conforme o art. 118 do ECA deve ser “adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente”. O acompanhamento deve ser realizado por um orientador social e o prazo mínimo é de seis meses. A medida pode ser prorrogada, revogada ou substituída por outra, caso o orientador, o Ministério Público e o defensor julgarem necessário. (ECA, art. 118 Inciso 1 e 2).

Para elucidar Volpi (1997) ressalta que:

[...] constitui-se numa medida coercitiva quando se verifica a necessidade de acompanhamento da vida social do adolescente (escola, trabalho e família). Sua intervenção educativa manifesta-se no acompanhamento personalizado, garantindo-se os aspectos de: proteção, inserção comunitária, cotidiano, manutenção de vínculos familiares, freqüência à escola, e inserção no mercado de trabalho e/ou cursos profissionalizantes e formativos [...] (1997, p. 24)

O *regime de semiliberdade* pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independente de autorização judicial” (ECA, art. 120). Esta medida visa integrar gradualmente o adolescente à sociedade, de forma que durante o dia ele realize atividades externas, pois a escolarização e a profissionalização são obrigatórias e a noite recolha-se ao estabelecimento de atendimento determinado pelo juiz.

A *internação* “constitui medida privativa de liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento” (ECA, art. 121). É destinada a adolescentes que cometeram ato infracional grave, no caso de descumprimento de outra medida aplicada ou na reincidência. Não comporta tempo determinado, devendo ser reavaliada a cada seis meses e não pode exceder o período de três anos, sendo compulsória a liberação aos 21 anos de idade.

O Jornal Fantástico²² em sua Reportagem “Crianças perdem a infância para o crime: um retrato dos menores infratores no Brasil” afirma que em dez anos, o contingente de menores que ingressaram em prisões, centros de reabilitação e internatos cresceu quase 400%. São cerca de 60 mil adolescentes que cometeram algum tipo de infração.

A medida prevê que o adolescente seja privado da liberdade, mas não de seus direitos legais, pois o ECA contraria as prisões ilegais e arbitrárias, por isso em seu art. 106 afirma que o adolescente somente deverá ser privado de liberdade em caso de “flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente”.

O Estatuto preconiza que a medida de internação seja executada em instituição própria, independente de abrigos, sendo os adolescentes separados de acordo com a idade, compleição física e o tipo de infração cometida. Durante esse período deve ser tratado de forma digna e respeitosa, ter acesso a escola, a profissionalização, ao esporte, a lazer, a informações sobre o processo, a objetos de higiene e asseio pessoal, a visitas semanais e assistência religiosa conforme a sua crença.

No entanto, a realidade evidencia que no interior dessas unidades de internação ocorre a violação dos direitos, sendo acobertado pelo Estado e ignorado pela sociedade. Nestas unidades, a integridade física e mental dos adolescentes não é preservada, pois é oferecido um atendimento precário e degradante.

Em Natal, o Centro Educacional Pitimbú (CEDUC) é responsável em executar a medida socioeducativa de internação. Mas, Silva (2003) reforça que o ambiente não condiz com a proposta do ECA no que tange a privação de liberdade. É praticamente inexistente a política pedagógica e profissionalizante que possibilite o desenvolvimento psicológico e social do adolescente e ainda há ausência de profissionais qualificados e os existentes são em número insuficiente para oferecer um atendimento de qualidade aos adolescentes.

No estudo sobre a experiência sobre a privação de liberdade Volpi (2001) ressalta que a medida apresenta mais desvantagens e significa um obstáculo ao processo socioeducativo do que propriamente um meio, acrescentando que

²² Informações retirada do site www.fantastico.globo.com acessado em 04/01/09

o caráter coercitivo da medida socioeducativa de internação sobrepõe-se de forma definitiva ao caráter pedagógico, restando como única justificativa para a mesma o fato de existir uma demanda social pela punição e os órgãos responsáveis pelas políticas de controle do delito operarem exclusivamente com essa lógica. (2001, p.143)

Prates (2006, p. 34) corrobora afirmando que:

As instituições de internação “servem, na realidade para excluir do convívio social uma parcela marginalizada que incomoda, que, não sendo vista, não será lembrada e que após o cumprimento da medida, prevista com prazo máximo de três anos, retornará a comunidade mais revoltada e agressiva do que quando foi retirada da mesma, com total falta de perspectiva de vida.

Percebemos que se tem à disposição uma série de medidas aplicáveis aos adolescentes autores de ato infracional, podendo-se aplicar uma dada medida segundo a capacidade do adolescente cumpri-la, a gravidade e as circunstâncias da infração cometida pelo adolescente.

Apesar do aparato legal existente, a crescente visibilidade que fatos isolados de violência praticados por adolescentes vêm ganhando nos meios de comunicação de massa, mobilizam a opinião pública para refletir sobre as possíveis soluções na tentativa de amenizar o problema.

O alto nível de crueldade no caso da estudante Lian Friedenbach, de 16 anos foi motivo de comoção nacional e reascendeu o debate sobre a legislação destinada a este segmento, reforçando a discussão acerca da redução da maioridade penal. Em 2003, a estudante e o namorado Felipe Silva Caffé, de 19 anos foram assassinados quando acampavam na região de Embu-Guaçu, na grande São Paulo. Porém, antes de ser assassinada a adolescente foi estuprada e torturada por um adolescente de 16 anos, que ficou nacionalmente conhecido como Champinha.

O objetivo da redução da maioridade penal é diminuir a idade penal de dezoito para dezesseis anos, pois uma parcela da opinião pública acredita que a legislação vigente favorece a impunidade dos adolescentes autores de atos infracionais.

Todavia, observamos que os delitos cometidos por adolescentes ocorrem com menor incidência que aqueles praticados por adultos e em geral são crimes

contra o patrimônio e não contra a pessoa. Assim, a sociedade confere uma ampla dimensão a casos isolados de violência e culpabilizam o adolescente levando a psicologização da violência, a qual focaliza o indivíduo isolado do contexto em que está inserido.

Na realidade os projetos de lei que tramitam pelo Congresso Nacional visando essa mudança, se constituem em mais uma tentativa de resolver questões que o Estado já não administra com eficiência.

Faleiros (2004) esclarece que as discussões têm como foco o adolescente e não as condições sociais mais amplas em que a violência é produzida. A opinião pública julga como solução o isolamento do adolescente do meio social, confinando-o em instituições que apresentam precárias condições e subjugam os adolescentes ao ócio, superlotação, repressão e violência, refletidas nas rebeliões. O que torna evidente que o encarceramento gera mais violência e propicia a criminalidade.

Observamos que o objetivo é esconder o adolescente infrator para mascarar os reais motivos geradores da violência, ou seja, as condições de desigualdades sociais vivenciadas pela maioria da população no bojo das relações sociais da sociedade capitalista.

Logo, multiplicam-se os preconceitos, formas estigmatizantes de tratar os adolescentes autores de atos infracionais, bem como se difunde as explicações que não dão conta da realidade, expondo a sociedade à informações sem nexo, encobrando as múltiplas determinações da violência

3 INFÂNCIA E JUVENTUDE: O RECONHECIMENTO DAS SUAS PARTICULARIDADES

Apesar das leis vigentes observamos que há resistência à proteção integral para as crianças e para os adolescentes, pois historicamente milhares de crianças e adolescentes têm seus direitos sociais negligenciados, quer sejam por ação ou omissão do Estado, da família e da sociedade, expondo-as a situações de risco que comprometem o desenvolvimento sadio e harmonioso conforme prevê o art. 7 do ECA.

Em vista disso, retomar os determinantes históricos e sociais da concepção de infância e família torna-se uma discussão necessária para entendermos o desenvolvimento e as transformações ocorridas ao longo dos anos. Pois, a idéia difundida é que o desenvolvimento da concepção de infância se deu de forma natural, todavia se constitui em um conceito socialmente construído.

Conforme Áries (1981) a concepção de infância e família surgiu simultaneamente ao desenvolvimento da educação escolar resultantes da organização social do sistema capitalista a partir dos interesses da classe burguesa ascendente.

Na Idade Média, existia a ausência do sentimento da infância, pois era desconhecido o reconhecimento do ser criança, ou seja, as mesmas não eram desprezadas, mas também não existia a consciência da particularidade infantil, sendo a indeterminação da idade estendida aos jogos, as brincadeiras, aos trajés e na vida escolar. De um modo geral, neste período a família não era valorizada e apesar das crianças conviverem no âmbito desta organização era inexistente um sentimento que unisse emocionalmente os seus membros.

A infância se limitava a um curto período, pois aproximadamente a partir dos sete anos as crianças conviviam com os adultos nas festas, nos jogos e a aprendizagem dos valores se dava no convívio da sociedade, não havendo a separação entre adultos e crianças e tampouco existia espaço para a privacidade e a intimidade da família (ARIÉS, 1981)

A grande mudança na concepção de infância se exprime com vigor definitivo no século XVIII a partir do momento em que se estabelece a família

burguesa, que adota novos padrões de relações familiares traduzidos no afastamento da criança do convívio com os adultos, privilégio da privacidade e cultivo da afeição entre os membros. A transformação nos costumes propiciou o surgimento de uma nova concepção de infância, entendida como uma etapa rumo a fase adulta, ou seja, se impõe a noção de inocência infantil, formando a concepção moral da infância que insistia na sua fraqueza associada a inocência, enfatizando a necessidade que a aprendizagem das crianças fosse realizada através da educação escolar.

O entendimento da particularidade da infância e a importância tanto moral como social da educação, contribuiu para a evolução do sentimento da família, pois a família moderna nasce ao mesmo tempo em que se institui o hábito geral de educar as crianças na escola, graças aos reformadores moralistas. Diante disso, a relação entre a criança e família se transforma à medida que esta passa a valorizar a criança enquanto parte integrante deste núcleo e os pais passaram a ser instruídos sobre seus deveres acerca da formação moral dos filhos. Por isso, é importante enfatizar que

O sentimento da família, que emerge assim nos séculos XVI-XVII, é inseparável do sentimento da infância. O interesse pela infância, que analisamos [...], não é senão uma forma, uma expressão particular desse sentimento mais geral, o sentimento da família. (ARIES, 1981, p. 210)

O sentimento de infância encontrou sua expressão mais moderna no meio burguês, pois as transformações foram incorporadas inicialmente pelas famílias burguesas e paulatinamente as demais classes sociais adotaram as novas formas de organização familiar.

Diante dessa afirmativa, podemos inferir que a família burguesa foi criada por uma nova classe que viria a se estabelecer como dominante. Áries (1981) ressalta que o sentimento de infância e família se desenvolve simultaneamente ao sentimento de classe social da burguesia, a qual criou novos padrões de relações familiares com o objetivo de atender os interesses da nova classe.

A educação pode ser considerada um exemplo da dominação burguesa, pois a partir do século XVIII a escola era unicamente constituída para famílias burguesas, artesãos e camponeses. Havia uma divisão das escolas segundo a

condição social: o nível secundário para os burgueses e o primário para o povo. Assim, o nível de saber não era universal e sim definido pela condição social, pois existia uma divisão das escolas entre burgueses e o povo.

Nesse contexto, a organização do espaço privado privilegiou a intimidade da família e contribuiu para o surgimento do sentimento de família em torno da família mononuclear. A criança deixou de ser confundida com os adultos devido a inserção na escola, ocorrendo uma revolução escolar e sentimental, na qual a criança saiu do anonimato e a família passou a se distinguir dentro de um espaço social.

Percebemos que o lugar assumido pela criança e a família na nossa sociedade industrial percorreu um longo percurso, culminando com o consenso que a família é o espaço privilegiado para o desenvolvimento humano explícito na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e Adolescente.

Esta reflexão nos fornece subsídios para a apreensão do contexto no qual está inserida a família, principalmente o reconhecimento das especificidades da fase infanto-juvenil. Portanto, é importante observar que todas as famílias, por um certo período, conviveu com um indivíduo que está passando pela fase de preparação para o mundo adulto, a adolescência, tendo em vista que se constitui numa etapa evolutiva de desenvolvimento do jovem na sociedade. Portanto, no item a seguir abordaremos algumas características mais relevantes desta fase.

3.1 A ADOLESCÊNCIA E SUAS CARACTERÍSTICAS

De acordo com o artigo 2º do Estatuto da criança e do adolescente, considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aqueles entre doze e dezoito anos de idade, também incompletos.

Prates (2006) destaca que a adolescência caracteriza-se por um processo de maturação do indivíduo. É uma fase da vida marcada por diversas transformações, sejam elas biológicas ou psicossociais e que normalmente prepondera a instabilidade emocional, seja pelas constantes descobertas, pelas novas responsabilidades que se apresentam diariamente ao jovem, pelas suas incertezas, dentre outros fatores intrínsecos ao desenvolvimento humano.

A adolescência é considerada uma fase em que o indivíduo busca encontrar a si mesmo, tenta construir seus próprios valores, busca sua identidade sexual e as experiências vivenciadas nesse período podem significar escolhas construtivas ou de risco. Mas, essas transformações por que passa o adolescente para a fase adulta é repleta de dificuldades e insegurança.

Mas, esta fase não deve ser considerada um período exclusivamente de crise, mas como um período de desenvolvimento, ou seja, de transição entre a infância e a idade adulta, marcado pelas modificações no corpo e na busca e construção de uma nova identidade. E ao buscar sua identidade, o jovem opõe-se aos valores estabelecidos. Levisky (1997, p.18) ressalta que “os adolescentes, em busca de sua identidade adulta, reproduzem, imitam ou estabelecem conluios, conscientes e inconscientes, como forma de contestação e de auto-afirmação”.

Segundo este autor, os processos de identificação da criança e do adolescente ocorrem a partir dos movimentos psíquicos existentes na relação entre pais e filhos, numa interação com a família e com a sociedade. Mas, tais sujeitos podem assumir modelos caóticos de identificação, afetando a capacidade criativa e de distinção da realidade. Pois, os adolescentes buscam fora do âmbito familiar aspectos que desejam incorporar à sua realidade pessoal, tornando-se suscetíveis às influências do meio social.

Segundo Prates (2006) é comum as críticas a respeito do comportamento inconsistente do adolescente, de suas mudanças de humor, de sua necessidade de contestação, de seus modos considerados inadequados de falar, vestir-se, de comer ou de se divertir. Todavia, poucas vezes os adultos tentam averiguar os motivos desses comportamentos, sendo mais comum estigmatiza-los como uma pessoa intolerante e revoltada.

Alguns adolescentes se caracterizam por se expressar de forma diferenciada dos adultos através de uma linguagem repleta de “gírias”, apresentam vestimentas próprias, dificuldades de relacionamento com os pais, geralmente participam de grupos de iguais para em conjunto dividir experiências, dificuldades e seguir modelos de identificação e ainda adotam posturas prejudiciais que incidem na sua vida, como por exemplo o envolvimento com a drogadição e a prática do ato infracional.

Portanto, para contribuir com a maturação do adolescente na direção da fase adulta e garantir o seu desenvolvimento integral é importante o empenho do Estado, da sociedade e da família. Pois, Volpi (1997) acrescenta que a criança e o adolescente são concebidos como pessoas em desenvolvimento, sujeitos de direitos e destinatários de proteção integral. Sua condição de sujeito de direitos implica a necessidade de sua participação nas decisões de seu interesse e no respeito à sua autonomia, no contexto do cumprimento das normas legais.

Diante disso, é importante observar como se efetiva o atendimento às necessidades da população infanto-juvenil no Brasil por meio das Políticas Sociais Públicas, enfatizando as transformações no Estado e na sociedade.

3.2 A TRAJETÓRIA DA LEGISLAÇÃO ACERCA DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA: DO CÓDIGO DE MENORES AO ECA

A compreensão do reconhecimento da particularidade da infância e juventude e dos avanços legais na garantia de direitos da criança e do adolescente nos remete a análise do processo histórico que envolve as transformações do Estado no trato da questão social e os impactos na sociedade. Pois, a evolução da defesa desses direitos deve ser entendida enquanto um processo envolvendo as políticas públicas sociais no contexto de reprodução do capitalismo.

A apreensão das transformações ocorridas em relação às Políticas Públicas direcionadas ao desenvolvimento infantil e juvenil que abrange o período entre a promulgação do Código de Menores, em 1927 e a consolidação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, parte do entendimento de que as lutas sociais dos trabalhadores urbanos tiveram uma atuação preponderante. As mobilizações evidenciaram um conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos, denunciando o pauperismo produzido pelo capitalismo e possibilitando uma transformação no cenário político nacional.

Segundo Costa (1990) após intensos debates que reuniam sujeitos importantes, à época, nos meios políticos, jurídicos, legislativos e assistenciais foi criado em 1927, como mencionamos anteriormente, o Código de Menores. Este

também foi chamado de Código Melo Matos, por ter sido ele o primeiro Juiz de Menores do Brasil e da América Latina.

O Código de Menores Melo Matos perdurou por 60 anos, quando sofreu, em 1979, uma reformulação em que introduziu a doutrina da situação irregular do menor, não se alterando, contudo, a concepção da criança e do adolescente como "menor abandonado" e "delinqüente".

Nesse momento, iniciam-se as ações públicas de atenção às crianças e aos adolescentes. Este Código tinha a responsabilidade de lidar com as chamadas "crianças em situação irregular", sendo esse termo atribuído as crianças abandonadas, as que viviam na rua, os filhos ilegítimos e aos deixados nas chamadas "rodas dos expostos" de instituições religiosas. A lei consistia num instrumento de controle social da infância e adolescência, que eram sujeitas às omissões e transgressões da família, da sociedade e do Estado em seus direitos básicos.

Historicamente, a sociedade lidou com essas crianças, tidas como menores em situações "irregulares" de forma filantrópica por meio principalmente de ações da Igreja Católica. Mas, nos anos de 1930, surgem novas demandas na sociedade brasileira resultantes do avanço do processo de industrialização o que exige do Estado a criação de novas instituições para atender aos necessitados.

É importante destacar que na década de 1930 a Assistência Social começa a se configurar no Brasil propiciando a partir de 1936 a fundação das Escolas de Serviço Social no país, e em 1942 a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), voltada para a assistência social às famílias dos brasileiros convocados para a II guerra mundial e estendendo seu amparo à melhoria do nível de vida dos trabalhadores, à educação popular, à saúde e ao configurado reajustamento das pessoas, moral ou economicamente tidas como desajustadas.

Em relação ao atendimento às crianças e aos adolescentes, no contexto do Estado Novo, que se constituiu no regime político autoritário dirigido por Getúlio Vargas que vigorou até 1945, é criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) em 1942. O princípio norteador do SAM era correccional-repressivo com a finalidade de atender nos internatos os adolescentes autores de infração penal e os "menores" carentes e abandonados. Devido a sua efetividade o SAM se propagou por algumas décadas por vários estados brasileiros.

Com o fim do Estado Novo deu-se início ao período democrático compreendido entre 1946 a 1964, sendo a sua maior expressão a Constituição Brasileira de 1946 e o período desenvolvimentista econômico do país. Contudo, o progresso industrial não se deu de forma homogênea, em virtude da sua concentração em algumas regiões, trazendo como conseqüências o aumento das correntes migratórias principalmente do campo para a cidade, assim como os produtos produzidos se tornaram acessíveis apenas a uma pequena parcela de brasileiros, o que possibilitou que a maior parte da população, constituída de trabalhadores, desempregados, subempregados continuasse desvinculados da economia e da política. (PILLETI, 1997, p. 320)

As medidas desenvolvimentistas implementadas no governo de Juscelino Kubitschek associados, anos depois, ao período da ditadura militar, marcado pelo discurso do desenvolvimento e da segurança, imprimiram um ritmo mais dinâmico e moderno ao Brasil, mas não alterou o trato da esfera social.

Devido a dependência do Brasil as economias internacionais, as propostas desenvolvimentistas foram implementadas por meio do financiamento externo que acarretou enorme dívida e graves conseqüências para o país, aliada pela marca histórica das elites do Estado brasileiro em conduzir o desenvolvimento econômico e político de forma profundamente excludente.

A maior conseqüência para a sociedade brasileira foi o acirramento das desigualdades sociais devido ao aumento da concentração de renda. Como decorrência ficou visível nas ruas das grandes cidades o grande número de crianças abandonadas, pessoas famintas, aumento do número de favelas e da violência, convivendo com uma minoria possuidora da riqueza.

O governo promoveu a segurança para o Estado e a insegurança para a população associada a repressão política a toda oposição. Esta situação suscitou às organizações populares, de estudantes, camponeses e operários associados ao movimento sindical que passaram a desenvolver intenso trabalho de reivindicação visando superar a ordem social injusta. Porém, em 1964 o regime militar veio frustrar a possibilidade de mobilização social.

No período da ditadura militar ocorreu a derrocada do SAM, pois a sociedade passa a repudiar as suas práticas em virtude do seu caráter repressivo. Assim, o problema do menor recebe a denominação de problema social passando

a ser tratado numa perspectiva nacional, no qual o Estado passa a intervir por meio da Lei 4513/64 que estabelecia a Política Nacional de Bem-Estar do Menor, que tinha como órgão nacional a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), sendo os órgãos executores estaduais as FEBEM(s), associadas a Lei 6697/79 (Código de Menores) que se destinava apenas às crianças e aos jovens considerados em situação irregular, configurando como público-alvo dessa política, os pobres.

A legislação do Código de menores considerava a questão do “menor” essencialmente como problema de segurança nacional, pois as crianças consideradas “irregulares” eram levadas para instituições de segregação, na ausência total do conceito de direitos fundamentais ou de proteção integral da infância. A intervenção se dirigia igualmente a criança carente, abandonada e ao infrator, denotando a incapacidade do Estado em conferir a necessária diferenciação no trato da criança e do adolescente.

Nessa direção, a Política Nacional do Bem-estar do Menor está relacionada à idéia da necessidade de controle da criminalidade infanto-juvenil. Por isso, o surgimento dessa Política deve ser analisada no contexto das contradições da sociedade capitalista, surgindo com o objetivo de ajustar o indivíduo e diminuir qualquer contradição entre o Estado e a sociedade, constituindo-se, portanto num mecanismo de consenso de classes.

A FUNABEM tentou superar as práticas correcionais e repressivas do antigo SAM, por meio de um enfoque assistencialista fetichizando a criança como carente. Costa assinala que “comparado ao menino de classe média, tomado como padrão de normalidade, o menor marginalizado passa a ser visto como carente bio-psio-socio-cultural, ou seja, um feixe de carências.” (1990:19). Porém, a nova forma de intervir na realidade baseada no assistencialismo passou a conviver com as práticas repressivas, pois não ocorreu a superação do antigo regime.

Na metade dos anos de 1970 o regime militar se enfraquece e a forma de atender as crianças e os adolescentes começa a sensibilizar os setores da sociedade que lutavam pelos direitos humanos, tendo em vista que o processo de institucionalização passa a ser entendido como perverso e ineficaz. Com o processo de abertura democrática, no final da década de 70 e início dos anos de

1980, emerge um movimento que defendia um cunho mais educativo no atendimento a crianças e adolescentes.

Nesse período, a sociedade amadureceu suas reflexões e fortaleceu os movimentos sociais que passaram a pressionar os dirigentes das Políticas Públicas devido a necessidade de transformar o estigmatizante termo “menor”, pois

chamá-los de menores era enquadrá-los nas categorias inscritas nas leis de controle social da infância e da juventude que, só agora, nos espíritos mais críticos, começavam a ser percebidas como parte do entulho autoritário que a reconstrução democrática da vida nacional, um dia, haveria de banir do panorama legal brasileiro. (COSTA, 1990, p. 24)

A década de 1980 caracteriza-se por um inexpressivo desenvolvimento econômico no Brasil, mas em contrapartida vivenciou avanços políticos no tocante ao Estado democrático de direito, pois foi eleito um presidente civil e promulgada uma nova Constituição com ampla participação da sociedade civil. No tocante aos direitos das crianças e dos adolescentes o período de 1986 a 1990 foi marcado por grandes avanços, tendo como principal objetivo garantir-lhes o “direito de ter direitos”.

Em face do exposto, a questão da infância e da juventude passa a ser vista a partir de uma perspectiva mais ampla, pois se entende que a situação das crianças é perpassada pelas difíceis condições de vida das suas famílias residentes nas periferias urbanas ou nas zonas rurais, constituindo-se as mínimas condições de sobrevivência desta população em produtos da política econômica excludente e concentradora.

Neste sentido, a problemática da criança e da adolescência passa a ser abordada de uma nova forma, partindo da premissa que o trabalho social e educativo por meio de alternativas comunitárias era provavelmente o meio mais eficaz de atendimento.

Em face disso, a emergência do movimento social brasileiro possibilitou a realização em 1986 do I Encontro Nacional de Meninos e Meninas de rua, como resultado da articulação em âmbito nacional de sujeitos interessados nesta problemática, conferindo maior visibilidade ao movimento, que passa a ocupar um espaço no cenário político na defesa dos direitos da criança e do adolescente. A partir de então, inicia-se uma luta para colocar esses direitos na Carta

Constitucional, destacando nesse momento o compromisso político de instituições com as mais diversas concepções ideológicas, mas que se uniram em prol de um objetivo comum.

Por meio da Comissão Nacional Criança e Constituinte criada em setembro de 1986, o engajamento do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e um amplo processo de sensibilização da opinião pública, dos Constituintes e da iniciativa privada que colaborou com recursos financeiros e apoio político, a citar a Associação dos Fabricantes de Brinquedos (ABRINQ) foi possível que em outubro de 1988 o Brasil adotasse os preceitos contidos na Convenção Internacional dos Direitos da Criança. Muito embora, a mesma somente seria aprovada em 20 de novembro de 1989 na Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU).

Em decorrência, está explícito na Constituição Federal Brasileira, no capítulo VII da Ordem Social referente à Família, a criança, ao adolescente e ao idoso o artigo 227, que a criança será sempre priorizada e ressalta vários direitos específicos, além dos direitos já inerentes à pessoa.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Porém, mesmo diante dos direitos contemplados na Constituição, buscava-se alterar o cenário legal através de instrumentos que possibilitasse regulamentar os artigos referentes a criança e ao adolescente contidos na legislação. Então, por meio da articulação de distintos segmentos da sociedade foi aprovado pelo Congresso Nacional o Estatuto da Criança e do Adolescente sancionado pelo Presidente da República Fernando Collor de Melo, tornando-se a Lei 8069 de 13 de Julho de 1990.

A concretização dessa conquista histórica só foi possível devido a luta principalmente dos movimentos sociais em busca de mudanças na realidade legal, uma reorganização institucional e uma alteração nas ações direcionadas às crianças e aos adolescentes.

Neste período, o Brasil presencia um momento de grande efervescência política e econômica, pois a partir dos anos de 1990 o então Presidente Collor deu início a adoção do ideário neoliberal, impondo de forma autoritária reformas administrativas e econômicas que provocaram uma acentuada diminuição da atividade econômica, sobretudo industrial, arrocho salarial, descontrole inflacionário, altos índices de desemprego, privatização de empresas estatais, etc...

As medidas adotadas em consonância com as graves denúncias de corrupção provocaram numerosas reações da sociedade e culminaram com a renúncia do Presidente Collor.

O objetivo ao se aprovar o Estatuto da Criança e do Adolescente era atender uma grande pressão internacional na luta pelos direitos humanos, pois havia a necessidade de incorporar as concepções da Convenção Internacional dos Direitos da Criança das Organizações das Nações Unidas, a qual é considerada um marco na transformação das Políticas Públicas voltadas as crianças e aos adolescentes.

O ECA foi implementado no contexto de uma nova proposta mundial que adota a Doutrina da Proteção Integral e prioritária à criança e ao adolescente em decorrência das suas peculiares características físicas e sociais. A implantação trouxe inovações na Política de atendimento direcionadas às crianças e aos adolescentes no Brasil, garantindo defesa jurídico-social, assistência médica e psicossocial e traz uma proposta de trabalho sócio-educativo baseado na noção de cidadania. Um marco dessa legislação se traduz na esfera da gestão, pois o estatuto assegura a participação popular através de entidades participativas, na formulação das Políticas e controle das ações, propiciando a criação dos Conselhos Nacionais, Estaduais e Municipais dos direitos da criança e do adolescente.

Observamos que ocorreu um avanço no entendimento de que a criança e o adolescente são indivíduos com características e direitos próprios. O Estatuto vem assinalar uma ruptura com a tradição do termo “menor” devido ao seu caráter estigmatizante que recebeu durante décadas e amplia os direitos a todas as crianças e aos adolescentes sem discriminação de qualquer tipo e discorre sobre

as políticas referentes a saúde, educação, adoção, tutela e questões relacionadas a crianças e aos adolescentes autores de atos infracionais.

No entanto, a realidade nos revela que o reconhecimento definido no plano legal e jurídico assegurando que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos não se concretiza, porque o Estado não viabiliza condições para o exercício dos direitos elencados no Estatuto da Criança e do Adolescente.

3.3 A GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA SOCIEDADE CAPITALISTA

É inegável que o Estatuto da Criança e do Adolescente construiu uma nova forma de responsabilização do adolescente autor de ato infracional. A partir do momento que o Brasil incorporou a Doutrina da Proteção Integral, abandonando a nomenclatura “menor”, para uma nova categoria jurídica, passando a considerar a crianças e o adolescente como sujeitos do processo e estabelecendo uma relação de direito e dever, observada a condição especial de pessoas em desenvolvimento e à doutrina dos direitos Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Os direitos humanos têm sido objeto de muitas discussões como forma de alavancar a luta para concretizar os preceitos contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, visando à construção de uma sociedade justa e democrática.

A Declaração é um dos documentos básicos das Nações Unidas e foi assinada em 1948. Nela são enumerados os direitos que todos os seres humanos possuem e representa a manifestação histórica de que se formara, enfim, em âmbito universal, o reconhecimento dos valores supremos da igualdade, da liberdade e da fraternidade entre os homens.

A constituição dos direitos humanos é resultado de um processo histórico, sendo Marshall um dos precursores, pois analisou historicamente o desenvolvimento da noção de cidadania na Inglaterra. Este autor realizou a classificação dos direitos, distinguindo o conceito de cidadania em três aspectos, os direitos civis, políticos e sociais.

Segundo Marshall os direitos civis dizem respeito a liberdade individual e a igualdade perante a lei, os direitos políticos referem-se a participação no exercício do poder político e os direitos sociais referem-se ao “direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança, ao direito de participar por completo da herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade” (1967, p. 63-64). O autor defende a idéia que os direitos civis se formaram no século XVIII, os políticos no século XIX e os sociais no século XX.

Conforme Saes (2003), Marshall considera que cidadania é “a participação integral do indivíduo na comunidade política, como lealdade ao padrão de civilização vigente e à sua herança social e o acesso ao bem-estar e à segurança materiais alcançados”. Entretanto, numa reflexão crítica Saes (2003) afirma que o conceito de cidadania de Marshall é obscuro e vago, pois a definição não contempla o homem inserido em classes sociais.

O autor reforça que Marshall “não dispõe de um esquema teórico preciso que defina os papéis respectivos das classes trabalhadoras, das classes dominantes e da burocracia de Estado no conjunto do processo de criação de qualquer novo direito” (2003, p. 4). E estende sua crítica afirmando que Marshall entende de forma errônea que as novas condições sociais eram produto de um processo evolutivo linear, ao qual a cidadania se sobrepõe à desigualdade de classe por meio da educação, ou seja, é por meio desta que o indivíduo adquire nas relações sociais uma estrutura ocupacional melhor.

Mashall (1967) afirma que o desenvolvimento do conceito de cidadania deu-se simultaneamente com o desenvolvimento capitalista, o que propiciou o surgimento de tensões porque é inerente ao capitalismo as desigualdades sociais e em contrapartida o conceito de cidadania prevê a igualdade social.

No final do século XIX, a cidadania não minimizou as desigualdades sociais, mas segundo Marshall ela abriu caminho para a criação de políticas mais igualitárias no século XX.

No Brasil, os direitos conquistados nunca se deram por atitudes benevolentes do Estado, pois a extensão e o conteúdo da cidadania variam conforme as metas e objetivos que o Estado traça para a sociedade. Assim, não

se pode desconsiderar que a luta pela cidadania se deu por meio da pressão popular das classes subalternas.

Historicamente se estabeleceu os deveres e não os direitos dos indivíduos no intuito de instituir normas de convivência. Portanto, Santos (2002, p. 25) ressalva que os direitos humanos “São princípios, orientações e valores que precisam ser explicitados e respeitados na dinâmica da vida social”.

Muito embora, a autora afirme que os direitos não se materializam no cotidiano dos indivíduos, pois a expansão do capitalismo trouxe repercussões para a vida social, dado que a riqueza socialmente produzida passa a ser apropriada por uma parcela minoritária da população, enquanto a maioria desta sobrevivia à margem de condições dignas de existência.

Diante desta realidade, percebemos que em virtude dos limites da sociedade capitalista torna-se impossível a concretização do objetivo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, ou seja, a construção de uma sociedade justa e democrática.

No enfrentamento da violência juvenil e na garantia do direito indiscutível da sociedade à segurança, é importante ressaltar a importância das políticas públicas que possam garantir a democratização do acesso aos direitos sociais básicos à infância e à adolescência, buscando superar a condição de vulnerabilidade como forma de garantir condições dignas de desenvolvimento humano. Por isso, analisamos a administração de ações sócio-educativas direcionadas a infância e a juventude no sentido de subsidiar os programas que visam prevenir a repetição dos atos infracionais, pois na área da criança e adolescente, apesar dos avanços significativos com a implantação do ECA, a cristalização dos ideais em direitos efetivos ainda deve percorrer um longo caminho.

É importante destacar que recentemente a fim de atender a normativa nacional, o município do Natal iniciou o processo de municipalização da execução das medidas sócio-educativas em meio aberto. O intuito é concretizar os princípios estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Sistema Único de Assistência Social e Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo - SINASE.

4 A POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA: A TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE DO ESTADO PARA O MUNICÍPIO DO NATAL/RN DA GESTÃO DAS MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS EM MEIO ABERTO

A consolidação do Estatuto da Criança e do Adolescente trouxe avanços em relação aos direitos da população infanto-juvenil, principalmente com reflexos no trato da questão infracional.

A fim de concretizar os direitos previstos em lei, o CONANDA, entidade responsável por deliberar sobre a política de atenção à infância e à adolescência, pautado no princípio da democracia participativa, tem ampliado os debates acerca da elaboração de parâmetros para a execução das medidas socioeducativas.

A partir de 2002 foram realizados encontros regionais envolvendo diversas áreas de governo, representantes de entidades e especialistas na área, além de uma série de debates protagonizados por operadores do Sistema de Garantia de Direitos, visando avaliar a proposta de lei de execução de medidas socioeducativas da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da Infância e Juventude (ABMP) e a prática pedagógica desenvolvida nas Unidades socioeducativas.

Em fevereiro de 2004 a proposta do SINASE foi organizada a partir das iniciativas do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA em articulação com Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), Subsecretaria Especial de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA), o Fórum Nacional de Organizações Governamentais de Atendimento à Criança e ao Adolescente (FONACRIAD) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

Portanto, o SINASE é resultado de uma construção coletiva que tem como foco o enfrentamento de situações de violência que envolve adolescentes autores de atos infracionais vítimas de violação de direitos no cumprimento de medidas socioeducativas. Propõe o desenvolvimento de ações socioeducativas sustentada nos princípios dos direitos humanos norteadas por bases éticas e pedagógicas. Pois, conforme o SINASE (2006, p.16)

A mudança de paradigma e a consolidação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ampliaram o compromisso e a responsabilidade do Estado e da Sociedade Civil por soluções eficientes, eficazes e efetivas para o sistema socioeducativo e asseguram aos adolescentes que infracionaram oportunidade de desenvolvimento e uma autêntica experiência de reconstrução de seu projeto de vida. Dessa forma, esses direitos estabelecidos em lei devem repercutir diretamente na materialização de políticas públicas e sociais que incluam o adolescente em conflito com a lei.

O documento trata da execução de medidas sócio-educativas bem como a prática pedagógica desenvolvida nas Unidades Sócio-Educativas, reafirmando a diretriz do ECA e baseado nos acordos internacionais sob direitos, especialmente aqueles relacionados à área dos direitos da criança e do adolescente.

Prioriza as medidas em meio aberto, o Programa de Prestação de Serviço à Comunidade e Liberdade Assistida, em detrimento das medidas restritivas de liberdade (semiliberdade e internação em estabelecimento educacional) devido os resultados insatisfatórios destas duas últimas medidas.

Outro fator importante é a municipalização dos Programas em meio aberto, mediante a articulação de políticas intersetoriais em âmbito local, e a constituição de redes de apoio nas comunidades. Por isso, articula os três níveis de governo, Federal, Estadual e Municipal, para o desenvolvimento desses programas de atendimento, considerando a necessidade de integração entre família, comunidade e Estado.

A municipalização do atendimento sócio-educativo prevista no SINASE significa que tanto as medidas sócio-educativas quanto o atendimento inicial ao adolescente em conflito com a lei devem ser executados no limite geográfico do município, de modo a fortalecer o contato e o protagonismo da comunidade e da família dos adolescentes atendidos.

Diante deste panorama, foi firmado em 04 de Julho de 2007 o termo de Ajustamento de Conduta entre Estado e Município, mediado pelo Ministério Público. O objetivo deste documento era subsidiar a municipalização do Programa de medidas sócio-educativas em meio aberto – Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) em Natal. Além disso, é condição preliminar para a efetivação dessas medidas, tendo como referência os princípios e diretrizes do SINASE a partir da Doutrina de Proteção Integral preconizada no

ECA, tendo em vista a superação do comprometimento do adolescente com a prática do ato infracional.

A partir de 01 de Janeiro de 2008 as ações implementadas acerca das medidas sócio-educativas em meio aberto passou a ser responsabilidade do município por meio da Secretaria de trabalho e Assistência Social – SEMTAS.

Particularmente, acerca da medida de Prestação de Serviço a Comunidade o SINASE (2006, p. 65-66) elenca parâmetros sócio-educativos específicos às entidades e/ou programas que executam a medida:

“1) identificar, nos locais de prestação de serviço, atividades compatíveis com as habilidades dos adolescentes, bem como respeitando aquela de seu interesse;

2) garantir que todos adolescentes tenham profissionais – referência socioeducativo - ⁴³ ²³ e orientador socioeducativo –⁴⁴ ²⁴ nos locais de prestação de serviço acompanhando-os qualitativamente- ⁴⁵ ²⁵.

3) acompanhar a freqüência do cumprimento da medida no local de prestação de serviços;

4) realizar avaliações periódicas, no mínimo com freqüência quinzenal com a referência sócio-educativa e mensal como os orientadores sócio-educativos dos locais de prestação de serviço. As mesmas não devem estar reduzidas a relatos documentais. Estes são importantes, mas a interação, o diálogo, o contato pessoal contribuem significativamente para uma compreensão da abordagem pedagógica necessária ao acompanhamento dos adolescentes;

²³ 43 No caso desta medida o *referência socioeducativo* é o profissional de nível superior ou com função de gerência ou coordenação nos locais de prestação de serviço comunitário, que será responsável geral tanto pelos adolescentes prestadores de serviço comunitário quanto pelo funcionário guia.

²⁴ 44 No caso desta medida é importante ter, também, o *orientador socioeducativo*, que é o profissional do local de prestação de serviço diretamente ligado ao exercício da atividade realizada pelos adolescentes.

²⁵ 45 Conforme citado no capítulo 5.2.1.1 (p. 50) Cada referência socioeducativo poderá acompanhar no máximo dez adolescentes, e um orientador para até dois adolescentes simultaneamente, a fim de garantir a individualização do atendimento que a medida pressupõe.

5) garantir que os locais de prestação de serviço comunitário sejam Unidades que compartilhem dos mesmos princípios e diretrizes pedagógicas do SINASE e conseqüentemente das entidades de atendimento socioeducativo”.

Todavia, apesar da proposta apresentar significativas contribuições em relação ao conteúdo, ao método e à gestão, essas ainda estão no plano jurídico e político-conceitual, pois o nosso estudo constata que alguns desses preceitos não são cumpridos e não alcançam efetivamente os seus destinatários.

4.1 A EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO A COMUNIDADE EM NATAL SOB A GESTÃO DO ESTADO

Em Natal, o Diagnóstico Situacional realizado em 07 de Agosto de 2007 pelas Assistentes Sociais do Programa de medida sócio-educativa em meio aberto: possibilitando novos caminhos explicita que a Fundação Estadual da Criança e do Adolescente (FUNDAC) era a instituição responsável em formular e executar uma política uniforme de proteção dos direitos da criança e do adolescente no estado. Competia a instituição o estudo do problema e o encaminhamento das soluções, bem como a orientação, coordenação e fiscalização das unidades e programas operacionais. (Cartilha da FUNDAC/RN)

A FUNDAC atuava no processo de construção da cidadania de crianças e adolescentes, numa ação conjunta com a sociedade, viabilizando direitos sociais, principalmente daqueles que são tidos como autores de ato infracional, os órfãos e os abandonados e os que sobrevivem nas ruas. A instituição tinha como base três eixos de atendimento: o programa de Proteção Jurídico-Social, o programa de Proteção Especial e ação suplementar aos municípios.²⁶

Esta instituição era responsável pelo atendimento aos adolescentes autores de atos infracionais, executando as medidas socio-educativas por meio

²⁶ O Programa de Proteção Jurídico-Social é destinado aos adolescentes na faixa etária de 12 a 17 anos, de ambos os sexos, tidos como autores atos infracionais, o Programa de Proteção Especial é voltado para crianças e adolescentes privados da convivência familiar por orfandade ou abandono, sendo desenvolvido em abrigos e a Ação Suplementar aos Municípios visa atender em meio aberto crianças e adolescentes envolvidos em mendicância, drogadição, pequenos furtos, em situação de rua, etc.

do Programa de Proteção Jurídico-Social, bem como a organização de um sistema que viabilizasse seu cumprimento.

O diagnóstico situacional foi elaborado a partir da vivência e observação das rotinas de trabalho nos núcleos, relata que existiam três núcleos do Programa de medidas sócio-educativas em meio aberto – Liberdade Assistida e Prestação de Serviço a Comunidade, nos bairros de Cidade de Esperança, Alecrim e conjunto Santa Catarina, sendo importante ressaltar que anteriormente as medidas também eram executadas nos núcleos de Mãe Luiza e Felipe Camarão. Contudo, conforme a Coordenadoria Técnica do Programa estes foram fechados devido ao processo de municipalização, não estando explicitado no diagnóstico a data precisa do ocorrido.

O núcleo de Cidade da Esperança foi o primeiro a ser implantado na capital para o desenvolvimento da medida sócio educativa em meio aberto, sendo escolhido como centro administrativo do programa de LA e PSC. Nesta unidade os funcionários digitavam os relatórios dos socioeducadores de todos os núcleos e o trabalho da Coordenadoria Técnica geral do programa no estado.

Há cerca de dois anos os recursos para o Programa de medidas sócio-educativas em meio aberto foram totalmente suspensos, estando o Estado em negociação com o município para efetivar a transferência das medidas sócio-educativas em meio aberto. Apesar desse argumento, a Assessoria Técnica da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTAS) afirma que o primeiro contato oficial realizado pela FUNDAC em função da municipalização ocorreu no início de 2007, tendo sido formalizado no mês de Junho, por meio do Termo de Ajustamento de Conduta.

Os dados contidos no diagnóstico situacional revelam o número de adolescentes de ambos os sexos atendidos e o quadro de funcionários de cada unidade de atendimento, dentre estes o Coordenador administrativo, socioeducadores, ASGs, psicólogos, auxiliares administrativos, vigias, porteiros e telefonista, conforme o quadro abaixo:

**QUADRO 1- Distribuição dos adolescentes e profissionais por
Unidade de atendimento**

UNIDADES	ADOLESCENTES	PROFISSIONAIS
ALECRIM	39	18
CIDADE DA ESPERANÇA	84	27
SANTA CATARINA	66	10
TOTAL	189	58

Fonte: Programa de Medida sócio-educativa em meio aberto: possibilitando novos caminhos - PEMSEMA.

Todavia, em virtude da municipalização todas as unidades foram desativadas e foi implantado a partir de 01 de Janeiro de 2008 o núcleo do Programa de Medida sócio-educativa em meio aberto Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço a Comunidade (PSC) passou a ser responsabilidade do município.

4.2 A MEDIDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO A COMUNIDADE: LIMITES E POSSIBILIDADES NA EXECUÇÃO

A medida de Prestação de Serviço a Comunidade constitui-se numa intervenção junto ao adolescente, com a participação da família e da comunidade e orientada pelo poder público. Essa medida está prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente no seu artigo 117 e deve ser sentenciada pela Justiça da Infância e da Juventude.

Destacamos esta medida sócio-educativa como alternativa a internação, por possuir objetivo preventivo e pedagógico e possibilitar ao adolescente autor de ato infracional que os serviços gratuitos prestados pelo mesmo sejam de interesse geral da comunidade.

Para a estruturação de fato da medida é imprescindível a parceria formal por meio de convênios entre o núcleo responsável pela medida e as instituições governamentais ou não governamentais. Tais instituições devem colocar a disposição do Programa meios para o adolescente cumprir a medida, devendo designar uma pessoa responsável para realizar o controle da assiduidade,

pontualidade, comportamento e desempenho dos adolescentes nas tarefas, para a posterior elaboração de relatórios de acompanhamento do caso, para avaliação do juiz.

A principal característica da medida é o forte apelo comunitário que lhe é intrínseco, pois é indispensável a participação da comunidade, que por sua vez poderá contribuir para o processo de desenvolvimento desse adolescente. Para o adolescente, é oportunizada a experiência da vida comunitária e fortalecimento de valores sociais. Para Volpi:

A prestação de serviços à comunidade será cada vez mais efetiva na medida em que houver o adequado acompanhamento do adolescente pelo órgão executor, o apoio da entidade que o recebe e a utilidade real da dimensão social do trabalho realizado (1997, p.24)

O caráter social da medida deve ser salientado, pois o trabalho do adolescente colabora com Instituições e reforça o compromisso social do jovem perante o direito adquirido e constitui-se em uma forma de respeito para com a comunidade, pois se ele é detentor de direitos também deve ser consciente dos seus deveres na sociedade, inclusive de responder por seu ato ilícito.

Como expusemos anteriormente, a nossa pesquisa foi realizada no Programa de Execução de Medidas Sócio-educativas em Meio Aberto – Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade: Possibilitando novos caminhos (PEMSEMA), localizado na Rua Manoel Miranda, 1860, Bairro Quintas, na cidade do Natal, por ser esta a Instituição responsável pela organização e execução da medida. Mas, o cumprimento da medida se dá nas instituições parceiras mais próximas da residência dos adolescentes autores de atos infracionais, ou seja, escolas, abrigos, postos de saúde, programas governamentais, dentre outras. Em casos excepcionais a medida é cumprida em bairros distantes da residência dos adolescentes em virtude da rivalidade existente entre os mesmos, decorrente do envolvimento com drogas, gangues e torcidas organizadas de futebol, o que coloca em risco a sua vida. Vale destacar que o Núcleo dispõe de vales transporte para os adolescentes a fim de subsidiar o seu deslocamento até a Instituição em que cumpre a medida.

Atualmente, a equipe do núcleo é composta de 1 Coordenador administrativo, 15 socio-educadores, 5 assistentes sociais, 4 pedagogas, 2 psicólogas, 1 terapeuta ocupacional, 2 motoristas, 1 Asg, 1 recepcionista, 1 auxiliar administrativo e 1 digitador. A equipe é responsável por efetivar o acompanhamento e a orientação ao adolescente, mas a aplicação da medida sócio-educativa somente será efetivada com o envolvimento da comunidade, representada nas organizações legalmente constituídas, que devem possuir um perfil²⁷ adequado a execução da medida.

Diante do objetivo de analisar a efetividade da medida de prestação de serviço a comunidade é importante refletir acerca das estruturas sociais a fim de visualizar os mais variados aspectos que possam comprometer a finalidade ressocializante das medidas sócio-educativas. Pois, não é conveniente responsabilizar exclusivamente as instituições incumbidas pelo desenvolvimento da política de atendimento a criança e ao adolescente pela não efetividade da lei que rege a defesa dos seus direitos, tendo em vista o contexto mais amplo em que está inserida a problemática da violência juvenil.

Percebemos que o Estado se constitui no grande empreendedor das bases de acumulação sob os interesses do grande capital internacional, sendo os setores empobrecidos e oprimidos da sociedade brasileira os mais atingidos pelas conseqüências da crise do Estado, na medida em que sua parcela de responsabilidade com a esfera social tem diminuído. A citação de Yazbek (1993, p. 18) esclarece a condição dos subalternos

A subalternidade faz parte do mundo dos dominados, dos submetidos à exploração e à exclusão social, econômica e política. Supõe, como complementar, o exercício do domínio ou da direção através de relações político-sociais em que predominam os interesses dos que detêm o poder econômico e de decisão política. Nesse sentido, não podemos abordar indivíduos e grupos subalternos isolando-os do conjunto da sociedade.

²⁷ Segundo a cartilha da FUNDAC/RN que expõe os fundamentos da medida sócio-educativa de prestação de serviço a comunidade, as organizações não devem ter fins lucrativos; devem ser organização governamental de atendimento ou prestação de serviço de natureza comunitária; devem ser organização não-governamental de natureza assistencial ou filantrópica.

Diante disso, é importante considerar as características do núcleo familiar dos adolescentes, o sentido que o cometimento do ato infracional passa a adquirir na vida do adolescente e de sua família, analisando se houve alguma alteração no modo de agir e pensar e as percepções dos técnicos que acompanham a aplicação da medida sócio-educativa de prestação de serviços à comunidade.

Como nos reportamos na Introdução, entrevistamos 8 adolescentes autores de atos infracionais, 4 técnicos das instituições parceiras (Assistentes Sociais, Psicólogo e Professor), 4 socioeducadores do Programa de Medidas sócio-educativas em meio aberto, 1 Assistente Social, a Coordenadora do Programa e 4 representantes das famílias dos adolescentes. Durante as entrevistas nos comprometemos manter em sigilo suas identidades, utilizando, portanto, neste trabalho nomes fictícios.

A análise das entrevistas somada a análise dos processos e fichas individuais pertencentes ao núcleo de medida sócio-educativa – PEMSEMA nos permitiram apreender o perfil dos adolescentes, conforme nos mostra o quadro abaixo:

QUADRO 2 – Caracterização dos adolescentes quanto ao sexo, Idade, cor, estado civil e escolaridade

IDADE	SEXO		COR			ESTADO CIVIL			ESCOLARIDADE	
	M	F	Branco	Negro	Pardo	Solteiro	Casado	Outros	E. Fund. Incompleto	E. Médio Incompleto
16	3	-	1	1	1	4	-	-	2	1
17	5	-	2	1	2	4	-	-	3	2
Sub-Total	8	-	3	2	3	8	-	-	5	3
Total	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8

Fonte: Pesquisa de campo realizada no período de Agosto à Outubro de 2008.

Neste quadro constatamos a existência da baixa escolaridade dos adolescentes, 30% possuem o Ensino Fundamental incompleto, o que significa

um dado preocupante. A escola contribui significativamente para o desenvolvimento da criança e se constitui no complemento da família. Mas, no Brasil a situação da educação está cada vez mais comprometida devido o descaso governamental como decorrência do processo histórico que envolve o descaso do Estado, das classes dominantes e da sociedade que naturalizam a pobreza e neste caso a educação, na medida em que esta não é tratada como uma necessidade e direito das classes subalternas.

A pesquisa mostra a presença de processos sociais complexos de natureza socioeconômica e familiar no cotidiano dos sujeitos entrevistados, que conjugados determinam as trajetórias de vida dos adolescentes e seus familiares. Assim é importante observar as suas repercussões nas condições de vida do núcleo familiar.

Observamos que os pais dos adolescentes entrevistados possuem baixa escolaridade, fato este atribuído a impossibilidade de conciliar estudo e trabalho, pois desde a infância começaram a trabalhar para suprir as difíceis condições de vida de suas famílias, o que denota a perpetuação de trajetórias familiares marcadas pela pobreza. Assim, acreditamos que a situação da educação dos pais influencia na situação escolar e no futuro dos filhos. O quadro abaixo mostra o nível de escolaridade dos pais:

QUADRO 3 – Idade dos pais em relação a sua Escolaridade

IDADE	ESCOLARIDADE			
	E. Fund. Incompleto	E. Fund. Completo	E. Médio Incompleto	Sub-Total
Entre 40 e 50 anos	25%	0%	25%	50%
Entre 50 e 60 anos	25%	25%	0%	50%
TOTAL	50%	25%	25%	100%

Fonte: Pesquisa de campo realizada no período de Agosto à Outubro de 2008.

Para Alencar (2004) é na família que o cenário de precariedade de vida adquire materialidade e é transformado, delineando o modo como as situações adversas, relacionadas à pobreza, se inscrevem no cotidiano familiar.

As condições de vida dos indivíduos dependem da inserção social de todos os membros da família, sendo na família que se articulam diversas formas de alternativas para superar as situações de precariedade social, diante do desemprego ou inserção precária no mundo do trabalho. O desenvolvimento de pequenas atividades informais para a obtenção de renda visa suprir a própria sobrevivência e uma rede de proteção social fragilizada.

Segundo Rosa (2005), podemos verificar elementos do processo de precarização ligados a processos econômicos e sociais, em que trabalhadores vão se tornando “inúteis” e “descartáveis” no processo produtivo, sendo gradativamente alijados da possibilidade de trabalho. O relato de Miriam, mãe do adolescente Bruno, exemplifica essa afirmação:

Meu marido não sabe mais o que fazer, onde vai procurar serviço o povo diz que não tem. Há 2 anos ele está desempregado, daí faço faxinas e meu marido faz bico como pedreiro, as vezes vende lanche na rua, limpa um quintal. Mas, você sabe como é, nem todo dia tem serviço. Aí a situação fica difícil, porque não temos dinheiro para nada. (Entrevista realizada dia 30/08/08)

Dados do DIEESE (2009)²⁸ revelam que em 2008 a taxa média de desemprego foi de 14,1%. O total de desempregados nas 6 regiões somava 2.812.000 pessoas. O quadro abaixo exemplifica essa realidade na medida em que 50% dos pais entrevistados são autônomos, desempenhando atividades informais como costureira, ambulante, servente, cabeleireira e manicure. Esta informalidade ocorre para dar continuidade a lógica perversa do capital que propicia o crescimento do desemprego ou inclui de forma precária homens e mulheres no mercado de trabalho.

É importante ainda destacar que para complementar a renda familiar 75% dos pais entrevistados afirmaram que suas famílias estão inseridas em Programa sociais como o Bolsa-Família e o PETI.

²⁸ Dados retirados do site www.dieese.org.br acessado em 28/01/09.

QUADRO 4 – Renda Familiar em relação ao Tipo de vínculo de Trabalho dos pais

RENDA	TIPO DE VÍNCULO		
	Trabalho Formal	Trabalho Informal	Sub-Total
Até 1 Salário Mínimo	25%	25%	50%
Entre 1 e 2 Salários Mínimos	0%	25%	50%
TOTAL	25%	50%	100%

Fonte: Pesquisa de campo realizada no período de Agosto à Outubro de 2008.

Os resultados revelam processos de inclusão precarizada social, econômica e cultural, colocando uma grande parcela da população na condição de pobreza e subalternidade, inerente a expansão capitalista, e esta “cria uma população sobrando, gente que se tornou não empregável, parcelas crescentes de trabalhadores que não encontram um lugar reconhecido na sociedade, que transitam à margem do trabalho e das formas de troca, socialmente reconhecidas” (YAZBEK, 2001, p. 35)

O vastíssimo contingente do exército de reserva está relacionado com a forma como o capital vem operando a partir das relações de trabalho fundadas na flexibilização da produção e dos processos de trabalhos. Nesse contexto, marcado pela desigual distribuição de renda, as ocupações desempenhadas pelos pais entrevistados correspondem a baixa escolaridade somada a precária qualificação profissional, o que gera ganhos insuficientes para a provisão das necessidades básicas das famílias, conforme nos revela o quadro a seguir:

QUADRO 5 – Renda familiar em relação a Escolaridade dos pais

RENDA	ESCOLARIDADE			
	E. Fund. Incompleto	E. Fund. Completo	E. Médio Incompleto	Sub-Total
Até 1 Salário Mínimo	25%	0%	25%	50%
Entre 1 e 2 Salários Mínimos	25%	25%	0%	50%
TOTAL	50%	25%	25%	100%

Fonte: Pesquisa de campo realizada no período de Agosto à Outubro de 2008.

Nesse contexto familiar, estão inseridos crianças e adolescentes, os quais são os mais afetados por um conjunto de carências que compõem um quadro de difíceis condições de vida das famílias e alteram padrões de sociabilidade. Considerando que a concepção de carência abrange múltiplos aspectos da vida cotidiana

“carência” não se definiria apenas com meros critérios quantitativos de deficiências nas condições materiais de vida. Ao lado da falta material, as faltas no plano social ou cultural, mais especificamente as referentes a educação e a informação, aumentariam o quadro da carência que se completaria com as faltas no plano afetivo, [...]” (ZALUAR, 1994, p. 101)

Tais carências expõem os jovens a situações de risco como o trabalho infantil, o envolvimento com drogas, o consumo do álcool, infrações e por vezes a conseqüente morte precoce. O depoimento do adolescente Evandro, 17 anos, revela a prática do trabalho infantil, enquanto uma das atividades que compromete o seu desenvolvimento sadio

Vendo as coisas, picolé, bala, desde os 12 anos. Agora tô fazendo bico como servente, quando aparece, é que a gente vai né, o serviço não é fácil não, mas faço porque preciso da grana, tiro mais ou menos 50,00 reais por semana. Daí com esse dinheiro compro as coisas pra minha família, mas é pouco, falta dinheiro. Tive que começar a trabalhar sério porque me juntei com uma menina que engravidou. Tava até estudando,

mas parei pra trabalhar, tava na 8ª série. (Entrevista realizada em 20/10/08)

Percebemos que a luta cotidiana para prover as necessidades básicas, enquanto empreendimento coletivo e dependendo das condições de pobreza, mobiliza todos os membros da família, inclusive crianças e adolescentes. O quadro abaixo evidencia o percentual de adolescentes que exercem atividades remuneradas, o que revela que a interrupção dos estudos geralmente está ligada a necessidade de desenvolver atividades para subsidiar a sobrevivência da família.

QUADRO 6 – Escolaridade dos adolescentes em relação a prática do Trabalho Infantil

ESCOLARIDADE	TRABALHO		
	Não	Sim	Sub-Total
E. Fund. Incompleto	25%	25%	50%
E. Médio Incompleto	12,5%	37,5%	50%
TOTAL	37,5%	62,5%	100%

Fonte: Pesquisa de campo realizada no período de Agosto à Outubro de 2008.

A trajetória de vida de muitas crianças e adolescentes evidencia as desigualdades sociais resultantes das relações de produção do sistema capitalista, bem como denunciam o fracasso das políticas públicas sociais e o descaso do Estado que abandona as famílias geralmente vistas pela sociedade como pais desumanos quando oferecem precárias condições de vida a seus filhos.

Criança sem infância não é criança abandonada. É noção que a esta inclui, mas a ela não se limita. Abrange, também, multidões de crianças que têm lar e família, mas não tem infância. [...] Algumas carecem de amor, cujas famílias às vezes mutiladas sucumbiram às adversidades de um mercado de trabalho excludente, ao trabalho incerto, ao salário

insuficiente, à brutalização da chamada mão-de-obra sobrando. Outros carecem de justiça. Seus supostos direitos estão sendo cotidianamente violados e negados. E elas sabem disso. Todas carecem de infância, pois nelas já foi produzido à força o adulto precoce, a vítima precoce, o réu precoce. (MARTINS, 1993, p.12-13)

Crianças e adolescentes crescem privados de direitos, seus momentos de estudo e lazer são transformados em momentos de carências e exploração pelo trabalho nas ruas. Nestas, são expostos a situações de risco, tornando-se vulneráveis a prática de atos infracionais.

Ao analisar a realidade dos adolescentes no âmbito do Programa de Prestação de Serviço a Comunidade percebemos que o envolvimento com drogas é um fator relevante das questões que envolvem os adolescentes autores de atos infracionais. Embora seja conhecida a relação entre a adolescência e o álcool, o que vem causando preocupação é o envolvimento cada vez mais freqüente com drogas ilícitas, tornando os adolescentes usuários e trabalhadores da rede do tráfico, bem como os aproxima da prática de atos infracionais. Na pesquisa constatamos que 75% dos adolescentes entrevistados já consumiram drogas, como nos mostra o quadro abaixo:

QUADRO 7 – Idade dos adolescentes em relação ao Consumo de drogas

IDADE	CONSUMO DE DROGAS		
	Sim	Não	Sub-Total
16 anos	18,5%	12,5%	50%
17 anos	56,5%	12,5%	50%
TOTAL	75%	25%	100%

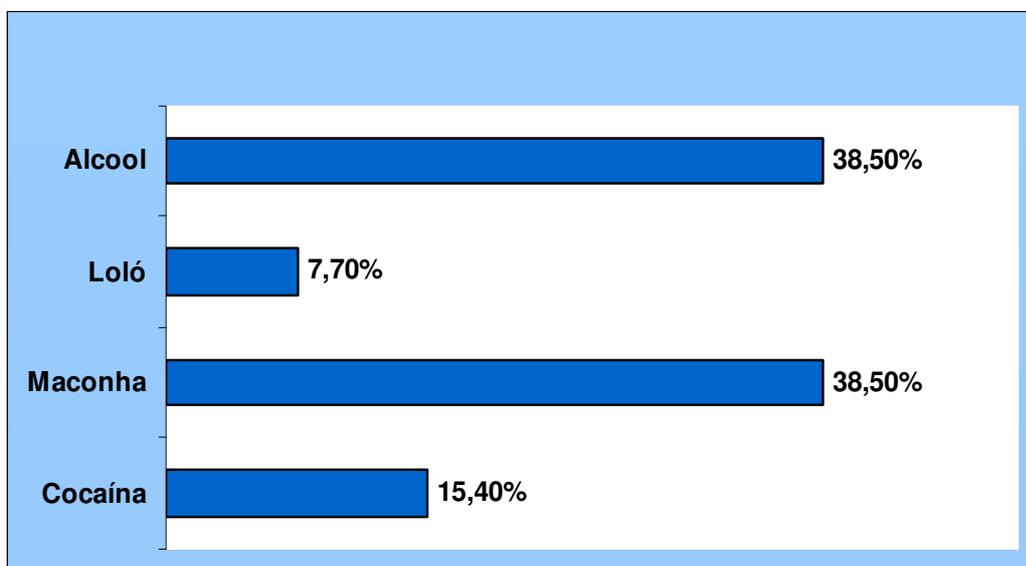
Fonte: Pesquisa de campo realizada no período de Agosto à Outubro de 2008.

As drogas representam os maiores temores da sociedade brasileira, principalmente quando se trata de consumo na adolescência. Zaleski e Lemos (2004) apontam que os jovens sob os efeitos das drogas tendem a criar um mundo em que a realidade e a fantasia se misturam uma vez instalada a dependência, perdem a capacidade de identificar os prejuízos dos efeitos das drogas. Estas, num primeiro momento podem parecer um agente socializador,

tornando-se a única companheira do jovem, pois inicialmente produzem sensação agradável de bem-estar. Por isso, gradativamente a utilização de drogas passa a fazer parte do cotidiano de muitos adolescentes, independente da classe social, sendo que as drogas lícitas passam a ter destaque em suas vidas e por serem legalmente aceitas, se expandem facilmente na sociedade causando dependência física e psíquica a seus usuários.

Segundo a Coordenadora do Programa 95% dos adolescentes atendidos no Núcleo são envolvidos com algum tipo de droga e o ato infracional mais praticado é o furto e o assalto que são praticados em decorrência do uso das drogas, principalmente para alimentar a dependência. O quadro a seguir nos mostra os tipos de drogas mais utilizadas

GRÁFICO 1 – Caracterização dos Tipos de drogas consumidas pelos adolescentes



Fonte: Pesquisa de campo realizada no período de Agosto à Outubro de 2008.

O gráfico destaca as drogas que apresentaram maiores índices na pesquisa, sendo a maconha e o álcool as mais utilizadas pelos adolescentes entrevistados. Podemos observar que embora seja proibida a venda de álcool para a faixa etária entre 12 e 18 anos, o álcool aparece com frequência nos relatos. Mesmo, contrariando a lei tal droga é comercializada em diversos

estabelecimentos e não aparecem na opinião dos adolescentes como um tipo de droga, pois a influência maciça da mídia transmite estereótipos bem sucedidos que induzem os jovens ao consumo, assim como incentiva a grande diferenciação social entre as drogas, por que devido principalmente a “permissão” legal para o seu uso, os indivíduos não conseguem perceber o álcool como uma droga que prejudica a saúde. Este fato é comprovado pelo depoimento de Giovane, adolescente de 16 anos que expõe:

Eu não uso drogas, só bebida mesmo, porque já provei cocaína e maconha, mas não gostei. Bebo duas vezes por semana, que dizer de duas em duas semanas, aqui e acolá. Compro no bar e bebo em casa sozinho, não gosto de ficar em bar, porque as vezes dá briga. (Entrevista realizada em 10/10/08)

Noto (2004) aponta que a fragilidade dos vínculos familiares, a disponibilidade de drogas nas ruas, a cultura do grupo, bem como uma série de outros fatores psicossociais parecem favorecer o consumo de drogas entre os adolescentes. Este fator associado ao desejo de ser aceito pelo grupo de amigos influencia a decisão do adolescente, tendo em vista que o mesmo está em processo de afirmação de sua identidade pessoal e grupal passando a ser um caminho para integrar-se socialmente.

Observamos que histórias de vida de privações, fome, moradia precária, baixa escolaridade, envolvimento com drogas, o interesse em atender ao estereótipo que parece perfeito, seguindo os apelos do mercado que manipula as necessidades materiais e espirituais do homem e interfere na sua subjetividade, muitas vezes se apresenta como motivação para o cometimento dos atos infracionais. Para Palangana (1998, p. 134)

[...] A aparência física nunca antes foi tão requisitada e assistida. O mercado explora ao máximo este item, colocando à disposição e induzindo o consumo de uma verdadeira parafernália em prol da beleza e da boa forma. [...] em contrapartida, a um outro grupo, por certo não menos numeroso, não lhe é dado o direito de satisfazer nem as necessidade básica do corpo e do espírito, nem as vaidades criadas pela sociedade do consumo.

O quadro abaixo aponta os principais atos infracionais praticados pelos adolescentes entrevistados, ressaltando que o assalto se destaca com 37,5%, o

que revela, segundo os adolescentes, a necessidade de atender aos desejos de consumo.

QUADRO 8 – Escolaridade dos adolescentes em relação ao Ato Infracional

ESCOLARIDADE	ATO INFRACIONAL			
	Agressão Física	Assalto	Furto	Sub-Total
E. Fund. Incompleto	25%	25%	0%	50%
E. Médio Incompleto	25%	12,5%	12,5%	50%
TOTAL	50%	37,5%	12,5%	100%

Fonte: Pesquisa de campo realizada no período de Agosto à Outubro de 2008.

Em relação a medida de Prestação de Serviço a Comunidade esta tem início em uma audiência, onde são estabelecidas as combinações iniciais e o adolescente é advertido da necessidade de cumprimento de todas as normas. Em seguida, o processo é encaminhado da Vara da Infância e Juventude ao Núcleo, quando é realizada a visita domiciliar pelo socioeducador. Nessa ocasião, o adolescente recebe a convocação de comparecimento, indicando a data e o horário que ele juntamente com o responsável devem comparecer ao Núcleo para passarem pelo atendimento psicossocial. Chegando ao Núcleo, ambos são atendidos pela Assistente Social ou Psicólogo, momento em que é preenchido o Plano Individual de Acompanhamento – PIA (Anexo I), o Cadastro Individual do Socioeducando (Anexo II) e o Termo de Compromisso (Anexo III). Com a entrevista tem-se o conhecimento do ato infracional e apreende-se a história de vida do adolescente e de sua família. Esse momento é muito importante porque o profissional pode confrontar as versões dos fatos do adolescente e do seu responsável, pois muitas vezes eles tentam justificar o ato infracional cometido. Observa-se se o adolescente possui documentos de identificação, problemas de saúde, se a família está inserida em algum programa social e a situação escolar para que se possa realizar os devidos encaminhamentos. A família participa

desse atendimento inicial, no qual os profissionais orientam, tentam dar um suporte psicológico e encaminham para instituições, principalmente nos casos de envolvimento com drogadição

Finalizado o atendimento no PEMSEMA existe uma fase tida como pré-medida, em que o socioeducador busca a definição da entidade mais adequada para receber o adolescente. Neste período, o adolescente aguarda em sua residência o telefonema do socioeducador que o informa em qual instituição ele irá cumprir a medida socioeducativa. A formalização do convênio com a instituição se concretiza na medida em que é preenchida a Ficha de Encaminhamento do Adolescente para PSC (Anexo IV). Então, o adolescente é encaminhado pelo socioeducador, sendo recebido na instituição por um profissional incumbido de acompanhá-lo, denominado de orientador.

É relevante enfatizar que o adolescente é advertido de que o descumprimento injustificado da medida poderá resultar na regressão dessa medida, ou seja, o juiz poderá determinar o cumprimento da medida privativa de liberdade.

Percebemos que o Núcleo possui uma alta demanda proveniente dos processos advindos da FUNDAC. Na transferência das medidas para o município o Núcleo recebeu em média 70 processos. Nas pastas, constam o histórico da infração, os acompanhamentos realizados, a frequência da prestação do serviço, o período de cumprimento da medida e o período restante. Mas, o repasse está ocorrendo lentamente para o núcleo, pois houve um corte no trâmite de enviar relatório da FUNDAC para a Vara e esta encaminhar ao Núcleo, ao passo que, em Abril de 2008 ainda havia processos para ser recebidos.

Segundo a Coordenadora do PEMSEMA existem aproximadamente 100 (cem) adolescentes com problemas de continuidade de medida, ou seja, estão aguardando a parceria com instituições para serem encaminhados, porque algumas parcerias foram suspensas. As instituições julgam que a execução da medida não foi acompanhada de forma satisfatória pela FUNDAC e então não aceitam receber novos adolescentes, tornando-se necessário buscar novas instituições parceiras.

No quadro 8 segue o número de processos recebidos mensalmente em 2008 no PEMSEMA nas medidas de Prestação de Serviço a Comunidade e Liberdade Assistida e na unificação de medidas, pois existe a possibilidade de se determinar conjuntamente. Geralmente, esse procedimento é realizado nos casos em que os adolescentes possuem um grande número de processos devido a reincidência. Então, para evitar que o adolescente passe um longo período vinculado a instituição, o juiz determina que se cumpra em 6 meses ambas as medidas. Tal fato também pode ocorrer após um período de internação para o adolescente ir gradativamente se adequando ao meio social. A Coordenadora relatou que não é comum essa prática, mas na maioria dos casos o adolescente cumpre inicialmente a Liberdade Assistida e próximo ao término desta inicia o cumprimento da medida de Prestação de Serviço a Comunidade.

É importante destacar que a tabulação iniciou no mês de maio em virtude do processo de municipalização do atendimento, pois desde setembro de 2007 o núcleo estava recebendo os processos da FUNDAC, o que dificultava a contagem.

QUADRO 9- Distribuição dos Processos recebidos das medidas de LA e PSC e ambas em 2008 no Programa de medida sócio-educativa em meio aberto

MÊS	PSC	LA	PSC e LA	TOTAL
MAIO	331	150	13	494
JUNHO	113	75	4	192
JULHO	43	43	1	87
AGOSTO	35	42	0	77
SETEMBRO	29	14	0	43
OUTUBRO	29	34	0	63
NOVEMBRO	45	26	1	72
DEZEMBRO	6	9	0	15
TOTAL	631	393	19	1.043

Fonte: Dados do Programa de Execução de Medidas Sócio-educativas em Meio Aberto – Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade: Possibilitando novos caminhos (PEMSEMA).

Para analisar a medida socioeducativa sob o enfoque dos 4 socioeducadores entrevistados, consideramos pertinente traçar o perfil destes profissionais, destacando a formação profissional, conforme o quadro abaixo:

QUADRO 10 – Caracterização dos socioeducadores quanto ao sexo, Idade, escolaridade, área de formação e zona da cidade em que atuam

NOME	SEXO	IDADE	ESCOLARIDADE²⁹	ÁREA DE FORMAÇÃO	ZONA DA CIDADE
Rose	F	26	Superior Incompleto	Serviço Social	Oeste
Rodrigo	M	33	Superior Incompleto	Serviço Social	Sul
Rute	F	26	Superior Completo	Pedagogia	Leste
Raquel	F	32	Superior Completo	Letras	Norte

Fonte: Pesquisa de Campo realizada no período de agosto à outubro de 2008.

Constatamos que são profissionais de áreas distintas, admitidos em virtude do concurso realizado a nível médio, em 2006, pela Prefeitura do Natal para a Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social. A coordenadora esclarece:

Eles chegaram muito preparados, então, apesar de ter formações diversas, o que não deixa de contribuir. Têm farmacêuticos, tem umas concluindo enfermagem, outros, alunos de serviço social, que tem uma visão né mais voltada pra essa temática, tem pedagogo. Então, é uma equipe bem diversificada mesmo, e só eu acho que três ou quatro são de nível médio, são todos formados e eles estão aprendendo, então a dificuldade é essa, como congregar saberes tão variados. (Entrevista realizada em 03/04/08)

Contudo, ressaltamos que conforme preconiza o SINASE nos seus parâmetros sócio-educativos específicos às entidades e/ou programas que executam a medida, os socioeducadores devem ser profissionais de nível superior ou com função de gerência ou coordenação, mas a realidade evidencia que o concurso realizado a nível médio contraria essa normativa, evidenciando que os órgãos públicos contrariam a lei. Muito embora, a maioria dos socioeducadores possui nível superior. Assim, o fato deles realizarem concursos a nível médio, está relacionado a dinâmica perversa do sistema capitalista em que

²⁹ Os socioeducadores Rute e Rodrigo são estudantes do Curso de Serviço Social.

o mercado de trabalho exige profissionais cada vez mais qualificados, mas em contrapartida, a luta pela sobrevivência muitas vezes os inserem em atividades nem sempre condizentes com o seu grau de formação.

Os socioeducadores consideram que o objetivo do Programa de medida socioeducativa é oferecer aos adolescentes a possibilidade de uma medida que de fato se configure como sócio-educativa possibilitando uma nova conduta do adolescente perante a sociedade e que possa ir além da mera freqüência a instituição parceira.

Acreditam que a medida socioeducativa possibilita que o adolescente repense a sua conduta, aceitando que cometeu uma contravenção penal e reflita sobre as implicações do ato infracional na sua vida. Para eles, a medida possibilita que o adolescente tenha uma nova oportunidade de reinserção social e transmite princípios contribuindo para uma mudança do projeto de vida e em algumas situações favorece a interação do adolescente com a família e a comunidade. Neste sentido, caráter pedagógico se torna efetivo quando algumas destas atitudes passam a fazer parte da realidade dos adolescentes. A fala do socioeducador Rodrigo reforça: “De imediato aparenta ser um fardo, mas depois o vínculo com a família se torna melhor e o adolescente repensa o ato cometido e pensa em mudar de vida e ter novas perspectivas de futuro”. (entrevista realizada em 24/09/08)

Para a socioeducadora Rute, o Programa de Prestação de Serviço a Comunidade :

Propicia ao adolescente uma nova oportunidade, ajuda a refletir que fez algo errado e não pode repetir, tem que mudar de vida e para isso a medida ajuda a inserir-se no mercado de trabalho através de cursos de informática, manicure, cabeleireiro, auxiliar de cozinha, etc... (Entrevista realizada em 24/09/08).

È importante destacar que os cursos citados são oferecidos por meio da parceira com a Casa de Ofícios como forma de viabilizar a formação profissional e contribuir para a futura inserção no mercado de trabalho, bem como retira o adolescente do ócio, segundo relato da socioeducadora Raquel

A primeira coisa que eu procuro colocar meus adolescentes, porque você tem que fazer o diferencial, é em cursos. Então o horário que ele

tinha pra ociosidade ele não vai ter, ele vai ter o horário preenchido. E o que eu sinto neles é que eles querem trabalhar e estudar, mas as portas estão fechadas. (Entrevista realizada em 20/08/08)

Dentre as dificuldades enfrentadas destacamos o quadro insuficiente de funcionários que dificulta o melhor acompanhamento dos adolescentes e conseqüentemente repercute na eficácia da medida. Conforme o parâmetro do SINASE cada socioeducador deveria acompanhar no máximo 10 adolescentes a fim de garantir a individualização do atendimento que a medida pressupõe. Mas, atualmente cada um está responsável em média por 60 adolescentes, ocorrendo um acúmulo de trabalho e contrariando a normativa vigente.

O relato da Coordenadora do programa expressa esse problema:

estamos aguardando mais profissionais, pela proposta inicial a gente tinha 20 educadores sociais, mas nós temos 15, estamos precisando de mais, porque os socioeducadores estão com um número muito grande de processos e é difícil acompanhar todos. Mas, chegando mais alguns nós temos como dividir a equipe em duas para trabalhar em dois espaços. Primordial mesmo para essa divisão são mais educadores e psicólogos, com mais assistentes sociais a gente faz a divisão sem prejuízo (Entrevista realizada em 03/04/08)

A divisão citada pela Coordenadora refere-se a viabilização de mais um espaço para a execução das medidas em meio aberto. Mas, a mesma nos informou em janeiro de 2009 que em virtude da nova gestão da Prefeitura do Natal esse projeto está paralisado. Provavelmente, não se inaugure mais um Núcleo e sim ofereça melhor estrutura para o existente.

Os relatos revelaram que o espaço físico e os recursos são insuficientes para a execução do trabalho, sendo a carência de carros um entrave para a realização de visitas domiciliares e a ausência de uma instituição pública destinada a internação do adolescente dependentes das drogas. Por vezes o profissional assume o que compete ao poder público providenciar, fato este evidente no depoimento da socioducadora Raquel

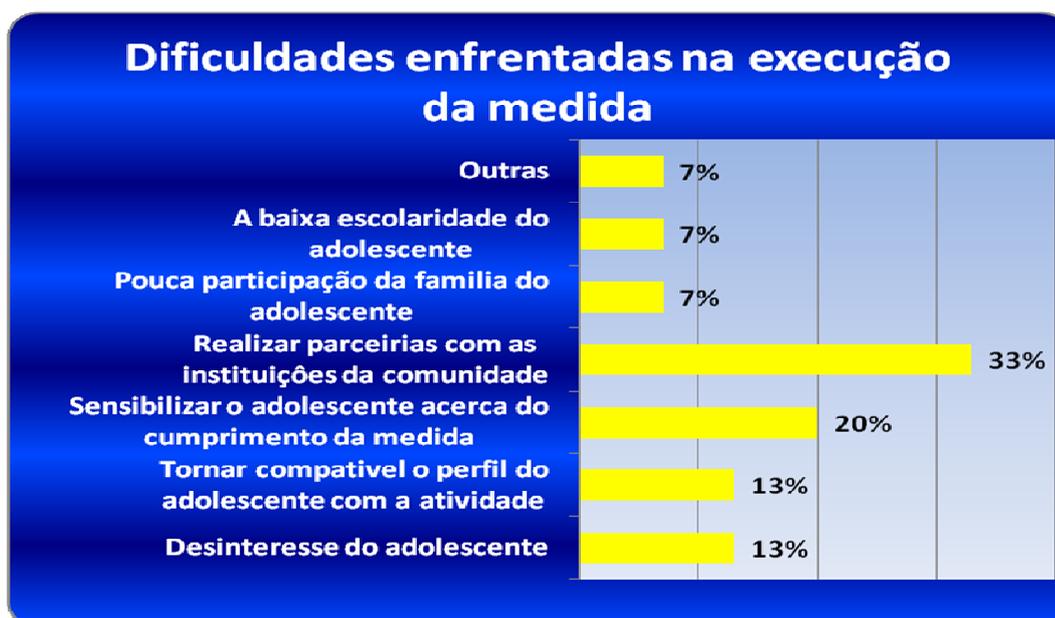
A teoria é boa, mas as vezes não acontece devido a falta de recursos. Quantas vezes a gente utiliza o nosso veículo próprio, ou vai de ônibus, pra fazer o trabalho, porque não tem carro, não tem gasolina. Não tem material pedagógico, didático. Mas, quando a gente quer, a gente faz acontecer, porque se for esperar pelo poder público, vem, mas as vezes chega um pouco tarde. Então a gente tem que utilizar os métodos que a gente tem e não tem. Eu pelo menos, eu nunca deixei de encaminhar um

adolescente porque hoje eu não tenho carro, porque eu vou no meu.
(Entrevista realizada dia 20/08/08)

Em relação ao tratamento da drogadição, atualmente o Estado não oferece instituições suficientes para tratamento público de desintoxicação dos jovens e a maioria não tem condições de custear o tratamento na rede privada. O que se tem disponível são atendimentos ambulatoriais nos CAPs - Centros de Apoio Psicossocial. Em Natal existem cinco unidades dos CAPs, sendo dois direcionados a transtornos mentais, dois para o tratamento de vícios como álcool e drogas para adultos e um para atendimento Infanto-Juvenil envolvidos com drogadição e transtornos mentais.

Mas, identificamos a realização de parcerias como a maior dificuldade enfrentada pelos socioeducadores na execução da medida de PSC, conforme o gráfico abaixo:

GRÁFICO 2



Fonte: Pesquisa de Campo realizada no período de Agosto à Outubro de 2008,

O preconceito e a estigmatização da sociedade com os adolescentes autores de atos infracionais se impõe como uma barreira que impossibilita a parceria e conseqüentemente prejudica a ressocialização em virtude do rótulo de criminoso.

O relato da socioeducadora Raquel confirma essa realidade:

Porque se a gente não tiver a parceria, a gente não tem para onde enviar esse adolescente. Porque eu sinto dificuldade em relação às instituições em termos de interesse em realizar parceria. Então, eu saio em busca e é difícil, porque só quem quer aquele adolescente problemático é a família. E muitas vezes nem a família quer. E por que a instituição vai querer? Então é todo aquele trabalho, todo aquele trabalho de convencimento para que o adolescente seja recebido e não seja visto com outros olhos, que ele não seja diferenciado. (entrevista realizada em 20/08/08)

A orientadora da Instituição parceira Lidiane reitera a afirmação, observando:

Eu que sempre escuto o socio-educador falar da dificuldade de fazer parcerias, porque as instituições não querem receber. Por causa do preconceito, têm medo. E aqui já têm pessoas com nível cultural maior, intelectual, mas por exemplo, você vai numa escola, às vezes a própria diretora não tem um preparo pra entender que aquilo é importante e que a comunidade tem a obrigação de colaborar. (entrevista realizada em 17/09/08)

As atividades desenvolvidas pelos adolescentes nas instituições tornam-se outro agravante na execução da medida, pois o ECA no Art. 18 e o Inciso 2º do Art. 112 preconizam que é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente e em hipótese alguma será admitida a prestação de trabalho forçado, perigoso, vexatório e insalubre. Por isso, a medida de PSC prevê que deve ser levada em consideração às aptidões dos adolescentes nas atividades, de forma a proporcionar o aperfeiçoamento de suas habilidades e deve trazer resultados benéficos para a comunidade. Nos depoimentos percebemos que este preceito se tornou realidade.

Observa o adolescente Carlos:

Quando cheguei a orientadora perguntou o que eu gostava de fazer, respondi que gostava de computador e sabia mexer um pouco. Daí ela disse que o professor de informática tava precisando de um ajudante, aí fico com ele na sala ensinando as crianças. Gosto desse trabalho e das crianças da escola também, porque me sinto importante. (Entrevista realizada em 23/10/08)

Em relação também a este aspecto, Hélio, expressa-se afirmando:

Antes de eu chegar aqui já perguntaram lá no Núcleo o que eu sabia fazer, quando cheguei aqui a orientadora me perguntou se eu sabia mexer em computador, com alguma coisa assim, o que eu sabia fazer, né? Faço atividades administrativas, como atender telefone, fico na

recepção, naquele computador ali, como você me viu, digitando uns cadastros que tem aí, porque elas fazem manual aí mandam pro sistema depois e também recebo algumas pessoas que chegam aqui. (Entrevista realizada em 28/10/08)

Destacando a importância das formas de inserção no Programa a orientadora Lidiane acrescenta:

Procuro inseri-los nas atividades que são realizadas aqui e que se encaixam com um perfil de atividades administrativas. Então, nessas atividades administrativas a gente sempre pergunta o que eles sabem fazer, o que eles conseguem, e o que tem interesse, a gente tenta trabalhar em relação a essas habilidades e o que foi acordado antes com o socio-educador, porque aí, a gente conversa os três. Conversa o educador, eu e o adolescente. (Entrevista realizada em 17/09/08)

Mas, a preocupação em considerar as aptidões e a satisfação por parte do adolescente não é comumente percebida mesmo diante da persistência dos profissionais do Núcleo em observar e apreender as aptidões dos adolescentes, conforme nos relata Débora, a Assistente Social do PEMSEMA

Aqui a gente procura sempre adequar o adolescente com a atividade. Por isso que tem a entrevista inicial. A gente procura saber quais são as suas habilidades. E nas instituições que a gente vai fazer parceria, do mesmo jeito. Quando uma pessoa oferece só uma coisa, a gente busca outra. Nas instituições quando tem só uma coisa a gente só encaminha o adolescente que se encaixa naquilo, pra fazer aquela atividade. E quando a gente faz a parceria e explica tudo, ainda há a possibilidade de apesar do adolescente dizer que se encaixa naquele perfil, as vezes ele não se identifica. Se não der certo, não está se adaptando aquela atividade aí muda. Muda a atividade no próprio local ou se não tiver se adequando ao local muda o local. (Entrevista realizada em 24/09/08)

Apesar da tentativa dos socioeducadores, os depoimentos dos técnicos das instituições parceiras revelam que a maioria dos adolescentes exerce atividades na área de serviços gerais e em alguns casos identificamos o desempenho de trabalhos administrativos. A justificativa para a execução de serviços gerais é a baixa escolaridade e a falta de confiança nos adolescentes. O depoimento de Laise constata essa afirmação

A criança e o adolescente atendidos na Instituição têm uma ficha. Pedi para ele transcrever e no final o médico assina. Mas, só que o médico não entendia a caligrafia dele, aí ele não ia assinar o que ele não estava entendendo. Aí a gente deixou para lá, pedi para ele receber as

peessoas que chegam, porque ele realmente tinha a escolaridade muito baixa, então, quer dizer, essa é uma questão que impede a execução da medida. (Entrevista realizada em 16/09/08)

As principais atividades são: a limpeza, organização de fichários, atender ao telefone, algumas se constituem em atividades pontuais e mecânicas que não possuem um cunho educativo e não aprimoram conhecimentos. Portanto, alguns adolescentes não têm motivação, pois entendem as atividades oferecidas como mera punição.

O adolescente Bruno revela que:

Não gosto de umas coisas que eu tô fazendo... aí eu acho ruim, como limpar os negócios, as janelas dali do outro lado, coloco o lixo pra fora. Quando cheguei já me deu as coisas pra mim fazer os negócios. [...]. É porque fazer o negócio de limpeza eu não gosto não, queria era cuidar do jardim, mas já tem um funcionário que faz isso. (Entrevista realizada em 28/08/08)

Para Artur, o cumprimento da medida parece também não agradar:

Aqui eu cuido da casa, do jardim, mas acho chato porque todo dia é a mesma coisa e as vezes fico sentado, sem fazer nada. No começo escrevia numas fichas, mas depois acabou. Tô doido que acabe logo, ainda bem que falta pouco, mas tenho que vir porque o juiz obrigou e não quero ser internado. [...] Queria era brincar com as crianças, mas não deixam. (Entrevista realizada em 16/09/08)

A Orientadora Luzia, em sua fala, desvela a contradição existente:

já trabalhei em outra instituição com medidas sócio-educativas e como eu falei, a gente sempre realmente tentava puxar pro lado educativo e pedagógico, nunca ficar na questão da atividade rotineira, limpar, arrumar, mas aqui infelizmente essas atividades se resumem a isso, devido o grau de estudo do adolescente. (Entrevista realizada dia 20/10/08)

Analisando as falas, tanto dos adolescentes quanto dos orientadores, apreendemos que se faz presente no processo de execução da medida sócio-educativa de Prestação de Serviço a Comunidade contradições que emperram e/ou obstaculizam à ação e o cumprimento dos seus objetivos. Enfim, em grande número de casos não se percebe uma ação efetiva que ao constatar a problemática possa ir além do imediato, buscando trabalhar às múltiplas determinações da mesma, porque se o adolescente tem baixa escolaridade o interessante e necessário é investir na educação formal e oferecer cursos

profissionalizantes. Esta é apenas uma questão que levantamos como subsídios para se repensar a execução desta medida sócio-educativa.

Após o primeiro atendimento no PEMSEMA e formalizada a parceria com a Instituição o adolescente é encaminhado à mesma pelo socioeducador, sendo recebido pelo orientador, os quais nas instituições pesquisadas constataram a presença de profissionais de nível superior, conforme quadro abaixo:

QUADRO 11 – Caracterização dos orientadores das instituições parceiras quanto ao sexo, idade, escolaridade, área de formação e zona da cidade em que atuam

NOME	SEXO	IDADE	ESCOLARIDADE	ÁREA DE FORMAÇÃO	ZONA DA CIDADE
Laise	F	40	Superior Completo	Serviço Social	Oeste
Lúcia	F	46	Superior Completo	Educação Física	Sul
Lidiane	F	32	Superior Completo	Psicologia	Norte
Luzia	F	26	Superior Completo	Serviço Social	Leste

Fonte: Pesquisa de Campo realizada no período de Agosto à Outubro de 2008.

Mas, é importante ressaltar que apesar dos entrevistados possuírem nível superior, o adolescente pode ser recebido por qualquer funcionário independente da formação, fato este que compromete o caráter socioeducativo da medida, pois se o profissional não entende o sentido e objetivos da medida, sua conduta impossibilita a reflexão do adolescente e uma mudança de atitude em relação ao ato infracional. Isto ocorria com frequência quando a FUNDAC era a gestora do programa de medida socioeducativa, conforme relato da Coordenadora do Programa.

aqui a gente consegue observar a multidisciplinaridade, então cada profissional atua com aquele adolescente em determinada área, trocando informação, ao passo que lá na FUNDAC o educador social era assistente social, era pedagogo, era educador, era zelador, era o vigia, era qualquer pessoa porque havia uma carência de profissionais. (Entrevista realizada em 03/04/08)

Os orientadores relataram que no primeiro momento conversam com o adolescente, explicando o sentido da medida socioeducativa, abordam o grau de escolaridade, os dados pessoais e as habilidades. Contudo, nos relatos dos adolescentes percebemos que não é comum a prática de questionar suas aptidões e preferências de atividades, sendo sua função determinada pela instituição.

Vejamos a fala de Evandro:

Não me perguntaram o que eu saiba fazer, ela disse o que tinha pra fazer aqui e já foi falando pra eu limpar alguma coisa, alguma cadeira, uma estante, um negócio, é só isso assim, essas coisas. Quando tiver alguma coisa ela manda fazer, pronto [...]. No primeiro dia que eu comecei aqui numa segunda foi essa mesma atividade aqui que eu fui fazer hoje. Tirar a bola, olhar se tá tudo arrumado, nas pastas, arrumar uns kits pra mulher grávida, me dar uma agenda de pessoa pra mim ligar, informar algum... Dizer alguma informação do pessoal, Só isso. (Entrevista realizada em 20/10/08)

Na opinião dos orientadores a medida socioeducativa ainda precisa avançar muito para se tornar realmente eficiente, mas garantem que o seu cumprimento é positivo quando ocorre a conscientização do adolescente sobre as conseqüências dos seus atos, despertando o senso de responsabilidade e limites e transmitindo princípios que contribuem para um novo projeto de vida. Para a orientadora Lúcia “a medida é um intercâmbio para conscientizá-los acerca dos atos impulsivos e suas conseqüências. Acredito que o adolescente amadureceu e se conscientizou do erro cometido, arcando com as conseqüências do mesmo”. A Assistente Social reforça que

Transmite princípios e contribui para a construção de um projeto de vida; Possibilita a conscientização do adolescente. Seria isso aqui, porque possibilita a reflexão, mesmo que momentânea, porque a gente não sabe a continuação, até mesmo porque eles voltam pra a realidade que eles vivem, a vulnerabilidade. As vezes eles até tentam, mas ai são resgatados de novo por aquela vida e apesar de ainda assim muito frágil, mas quando isso existe a interação do adolescente com a família, ele melhora consideravelmente. (Entrevista realizada em 24/09/08)

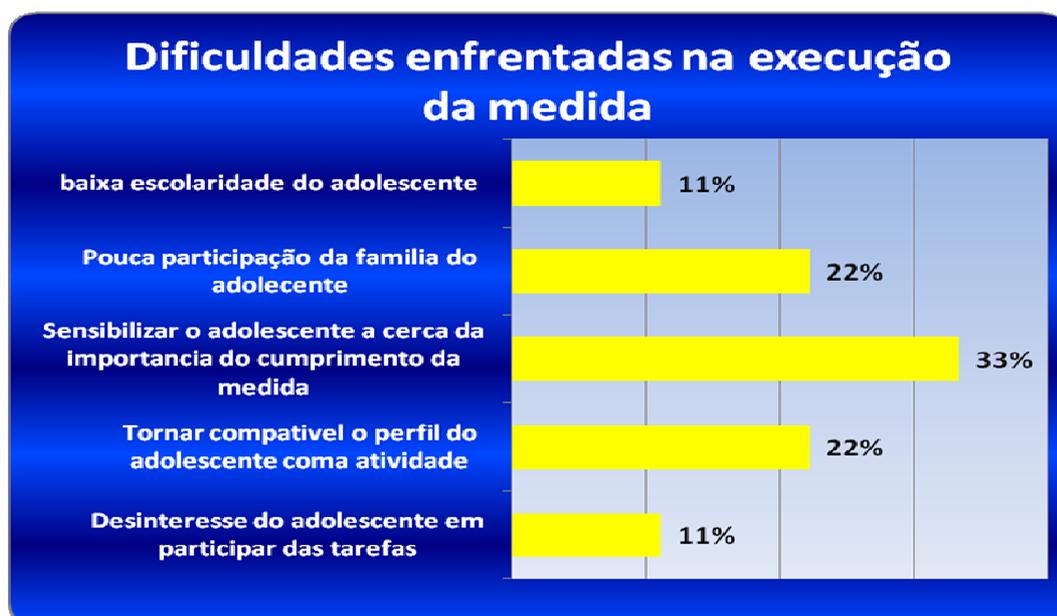
Entretanto, observamos nos resultados da nossa pesquisa que há mais limites, que avanços, por vezes o adolescente é cooptado pela trama social em que está inserido, e em algumas situações o caráter pedagógico não se efetiva devido a irresponsabilidade do adolescente, a falta de identificação com a

atividade desenvolvida e/ou pela ineficiente orientação da instituição parceira, como esclarece a socioeducadora Lidiane

Como uma pessoa que não tem um conhecimento sobre a medida vai orientar esse adolescente... Se não sabe qual é o objetivo, não sabe pra que serve, a forma de orientar vai está enviesada. Eu não tenho problema porque já trabalho na área social. E outra coisa, a medida ela pode ser cumprida em escola, em hospital, em vários locais. Se fosse uma enfermeira, como é que faz? Ela não tem a obrigação de saber [...]. (Entrevista realizada em 17/09/08)

Apesar de elencarem aspectos positivos, 3 orientadores consideram que a teoria prevista na Lei acerca da medida em questão não condiz com a prática, pois a forma como a medida vem sendo executada não atinge seu objetivo pedagógico. O relato da orientadora Luzia confirma “Acredito que o caráter pedagógico deixa a desejar e os resultados não foram satisfatórios, pois o adolescente não tem consciência do significado da medida”. Apenas uma orientadora não identificou dificuldades na execução da medida, pois alega que o adolescente é muito comprometido com a medida e a mesma o ensinou a conter seus impulsos. O gráfico abaixo mostra as principais dificuldades enfrentadas que comprometem a execução da medida:

GRÁFICO 3



Fonte: Pesquisa de campo realizada no período de Agosto à Outubro de 2008.

O gráfico destaca como maior dificuldade, “sensibilizar o adolescente acerca da importância do cumprimento da medida”, o que explica a baixa frequência citada pelas orientadoras acerca de outros adolescentes que orientaram anteriormente. A fala da orientadora Luzia explica o desinteresse do adolescente

Ele não tem consciência do que realmente ele está fazendo aqui. E terça-feira eu até fui meio rude com ele no sentido de falar mais firme com ele, porque eu disse “olhe, isso aqui não é brincadeira, você realmente não está recebendo pelo que você faz aqui, porque você está cumprindo uma medida porque você está devendo a sociedade pelo ato infracional que você cometeu. Então se você fosse adulto você estaria preso, mas como você é adolescente você tem todo um aparato legal, você tem a lei, como você conhece, o estatuto da criança e do adolescente que é conhecido pela maioria dos adolescentes de forma sumária, mas é, e você está aqui para cumprir uma responsabilidade de uma coisa que você cometeu”. Tive que falar assim porque tinha esses problemas dele ficar sentado, dormia a parte do dia, chegava aqui de 9h, queria pra sair mais cedo. Então todas as responsabilidades dele, ele não estava cumprindo, estava usando o telefone sem autorização, (Entrevista realizada dia 20/10/08)

Outro aspecto que merece destaque é a dificuldade de integração entre os socioeducadores e a instituição, pois estes alegam que as visitas são esporádicas, porque os socioeducadores apresentam os adolescentes e retornam ao término do cumprimento da medida para receber a avaliação. Assim, a relação e o apoio são superficiais e insatisfatórios, gerando indignação nos orientadores. A fala da orientadora Luzia confirma tal afirmação

O fato de haver uma distância entre o orientador e o sócio-educador prejudica, porque ele vem deixa o menino aqui e pronto. A gente não tem muito contato, mas é necessário porque a gente precisa trocar algumas informações. Ele vem no final só receber a avaliação”. Geralmente só tem mais contato quando surgem problemas, mas acho que o acompanhamento deveria ser contínuo. (Entrevista realizada em 20/10/08)

A Orientadora Lidiane justifica o contato esporádico com o sócio-educador, levando em consideração o contexto:

Sei que existe uma sobrecarga sobre esses socio-educadores. Quando na verdade cada um era pra acompanhar 12, ou era 20, se eu não me engano, tem orientador com 60. Não tem como ele dá conta realmente de visitar família, a gente sabe que tem a estrutura da SEMTAS, também, que não tem carro suficiente. Então, quer dizer, são problemas

que aparentemente não tem nada a ver. Na teoria não teriam nada não, mas na realidade influi na qualidade do serviço, porque é importante entender o contexto, o sistema em que a problemática está inserida. (Entrevista realizada em 17/09/08)

As entrevistadas destacam ainda como entrave a pouca participação da família no processo de execução da medida. A falta de integração entre os familiares e a instituição também foi apontada pelos socioeducadores, pois a participação da família é restrita no processo de cumprimento da medida e não existe um acompanhamento contínuo. A família participa do atendimento inicial no núcleo e em alguns casos, apenas quando há necessidade, ou seja, quando o adolescente apresenta resistência ao cumprimento, o socioeducador por meio de telefonemas entra em contato com os familiares.

Durante quase 6 meses eu só tive contato com a mãe 2 vezes. Agora por telefone, eu tive mais vezes, porque assim, com relação à falta, às transgressões dele fez com que a gente entrasse em contato mais vezes por telefone. Ligava pra saber a respeito dele, porque que ele tava cometendo esse tipo de coisa. A gente chegou ao ponto de simplesmente dizer que não dava pra ele cumprir medida aqui, porque ele tava dando trabalho demais. Ligava e dizia "olhe, avise a ele que não é assim, não é desse jeito. Eu vou enviar relatório de descumprimento, porque se o juiz tomar conhecimento do que ele vem fazendo ele vai parar no Ceduc, a gente não quer que isso aconteça, a gente prefere que a senhora converse com ele...". (RODRIGO, entrevista realizada em 24/09/08)

Mas, os depoimentos dos orientadores exemplificam que eles não concordam com essa distância e julgam pertinente um acompanhamento sistemático à família

Se ele está cumprindo uma medida socio-educativa, essa medida também tem que ver a questão convivência familiar, precisaria de um acompanhamento junto com a família, de conversar com os pais, de ter um maior contato. Num certo momento estava conversando com o socioeducador e foi colocado que não era papel... Só se o menino descumprir, se o menino chega tarde, por exemplo, se não tá vindo todo dia, se deixou de vir aí é que eles vão pra poder saber, ou ligar atrás da família. (LAISE, entrevista realizada em 16/09/08)

A Orientadora Luzia acrescenta:

Porque a medida propõe uma interação entre a família e a comunidade que ele está cumprindo a medida. Mas às vezes eu tenho observado

que fica uma coisa meio estática, a família só vai ao atendimento, no primeiro atendimento no núcleo e não sabe nem aonde tá cumprindo a medida direito, quem é, qual a pessoa que está acompanhando ele. Se acontecesse essa interação aí realmente o caráter pedagógico que está proposto lá no Eca estaria se cumprindo. (Entrevista realizada em 20/10/08)

A Coordenadora do Programa relatou a importância de desenvolver estratégias de aproximação da família do adolescente, inclusive a equipe tem interesse em formar grupos de apoio para atender os familiares, porém o número insuficiente de funcionários dificulta esse objetivo. A entrevistada revela:

o núcleo precisa de mais profissionais, porque tudo gira é em torno da demanda, como a demanda está alta, a gente não tem tempo, eles tem é que, por determinação judicial cumprirem a medida e ter acompanhamento, embora a gente saiba da necessidade da família, mas não há tempo hábil nem disponível pra a gente trabalhar também a família no núcleo de forma paralela. A inserção das famílias se restringem só ao atendimento psicológico, e as vezes alguns vem nos procurar, relatando "eu to muito perturbado preciso conversar com alguém", então é mais no sentido desse apoio mesmo, psicossocial. (Entrevista realizada em 03/04/08)

A avaliação é realizada ao término da medida através do preenchimento de um questionário pelo orientador (Anexo V), o qual avalia o comportamento do adolescente e também entrega ao socioeducador a ficha de acompanhamento de frequência (Anexo VI). A avaliação não é feita em conjunto com o adolescente, tendo em vista que a sua avaliação será realizada individualmente quando retorna ao Núcleo do PEMSEMA e preenche o questionário (Anexo VII). Em seguida, os socioeducadores encaminham o relatório ao juiz.

Os socioeducadores afirmam que avaliam o adolescente continuamente, à medida em que são realizadas visitas as instituições e se mantém contato com a família do adolescente via telefone. Contudo, percebemos nos relatos dos orientadores que estas visitas são esporádicas.

Na visão dos orientadores a medida é perfeita na teoria, mas a prática precisa ser aprimorada, pois deve ser melhor fiscalizada e acompanhada. Contudo, um traço em comum nas opiniões das orientadoras é a necessidade de pagar pelo erro cometido se confrontando com a sugestão de trabalhos educativos.

Neste sentido, a orientadora Lidiane explicita:

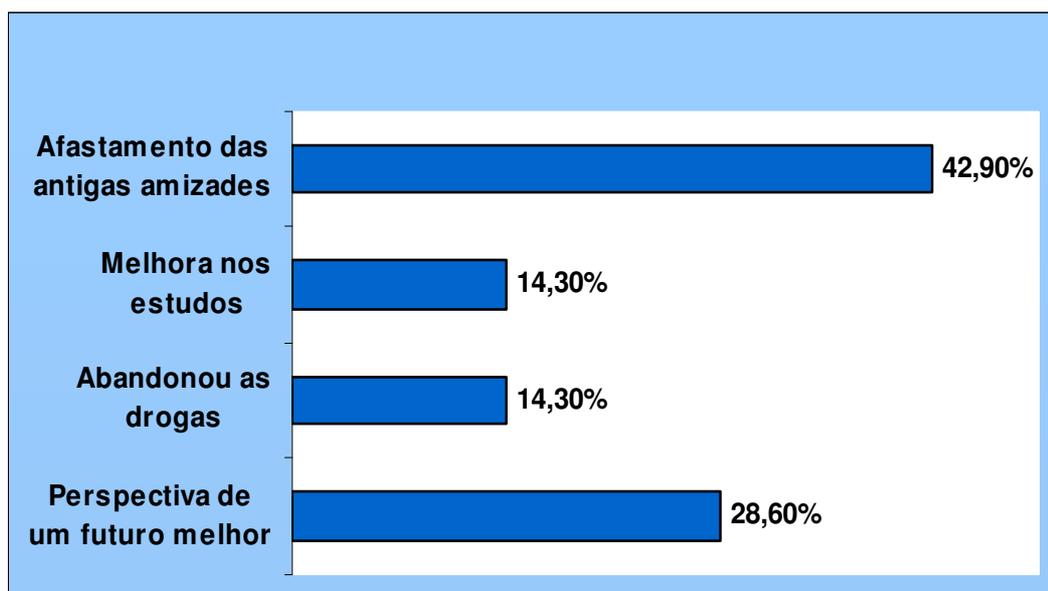
Acho que deveria ter grupos de discussão com vários adolescentes, seria tipo uma preparação para ele ir pra instituição sabendo do objetivo, porque eu acho que são outros caminhos, pra discutir, pra realmente pensar sobre aquele erro. Porque a prestação de serviço, não pesa sobre o erro. É uma atividade isolada que muitas vezes eles não entendem as implicações e o sentido da medida. (Entrevista realizada em 17/09/08)

Na mesma direção a orientadora Luzia acrescenta:

Falta nessa medida mais educação. Talvez porque tenha liberdade assistida, que é uma coisa mais educativa, tem oficina. Eu acho que talvez... Não sei, eu to falando assim de uma forma geral. Talvez um efeito maior. Porque o adolescente vem aqui nessa instituição, se ele não tiver uma pessoa preparada pra acompanhar, se não tiver ninguém pra conversar diretamente com ele, explicando, ensinando valores, não funciona como deveria. Porque na hora de reconhecer o erro, não reconhece. (Entrevista realizada em 20/10/08)

Dentre os 8 adolescentes entrevistados, 6 afirmaram que o cumprimento da medida de prestação de serviço a comunidade mudou sua maneira de pensar, incentivando a planejar o futuro e a respeitar as pessoas. O gráfico mostra as principais mudanças alcançadas por meio da medida.

GRÁFICO 4- Caracterização das mudanças na vida dos adolescentes



Fonte: Pesquisa de Campo realizada no período de Agosto à Outubro de 2008.

Segundo o gráfico acima 42,90% se afastou dos antigos amigos, fato este justificado porque a maioria dos adolescentes afirma que não cometeu o ato que lhe fora imputado, destacando que alguns casos se deixaram levar pelo momento e principalmente devido a influência de amigos.

A maioria dos adolescentes entrevistados não apontaram aspectos negativos, exceto dois adolescentes que relataram não gostar das atividades que desenvolviam e um terceiro que afirmou que não gostava da medida, mas o pior era está preso.

No gráfico abaixo destacamos a ordem de importância das categorias família, trabalho, estudo, lazer e religião como forma de apreender a percepção e o significado que cada uma possui na vida dos adolescentes.

QUADRO 12 – Ordem de importância da família, trabalho, estudo, lazer e religião na vida dos adolescentes

ORDEM DE IMPORTÂNCIA	CATEGORIAS				
	FAMÍLIA	TRABALHO	ESTUDO	LAZER	RELIGIÃO
1-Muito Importante	6	5	4	4	3
2-Importante	-	3	4	3	4
3-Pouco Importante	2	-	-	-	-
4-Não tem importância	-	-	-	-	-
5-Não sabe mensurar	-	-	-	1	1
TOTAL:	8	8	8	8	8

Fonte: Pesquisa de Campo realizada no período de Agosto à Outubro de 2008.

Podemos observar no quadro acima que a família se destaca com 6 menções no universo de 8 adolescentes entrevistados, sendo considerada muito importante. Eles demonstram ser apegados aos laços familiares, valorizando

principalmente o apoio recebido nos momentos difíceis. O adolescente Fábio, de 16 anos relata:

A família é muito importante na minha vida, porque sem eles eu estava sozinho no mundo, não tinha ninguém por mim. Porque quando eu preciso deles, tão ali, sempre do meu lado e na hora das dificuldades o meu pai me ajuda. Apesar de tudo, só posso contar com eles, porque nesse mundo ninguém tem amigo de verdade. (Entrevista realizada em 14/10/08)

Os relatos a seguir expressam o significado da família para os adolescentes e o anseio de constituir no futuro uma família: Todo mundo que é feliz tem uma família unida que dá apoio (Artur, 17 anos); Quero ter uma família para dar amor a alguém. (Carlos, 17 anos); Casar é importante e família também, porque morar na casa dos pais não é agradável, pois incomoda. (Evandro, 17 anos); Um dia tem que se aquietar. Ficar só curtindo não dá não. Até porque quando a pessoa vai ficando velha, aí já tem aquele negócio que a idade empata de fazer muitas coisas. (Daniel, 17 anos).

Com base nestes depoimentos podemos inferir que o modelo nuclear de família é perfeitamente aceito pelas pessoas e persiste no imaginário popular a idéia da família idealizada, composta de pai, mãe e filhos. Assim, o modelo pode ser resumidamente descrito

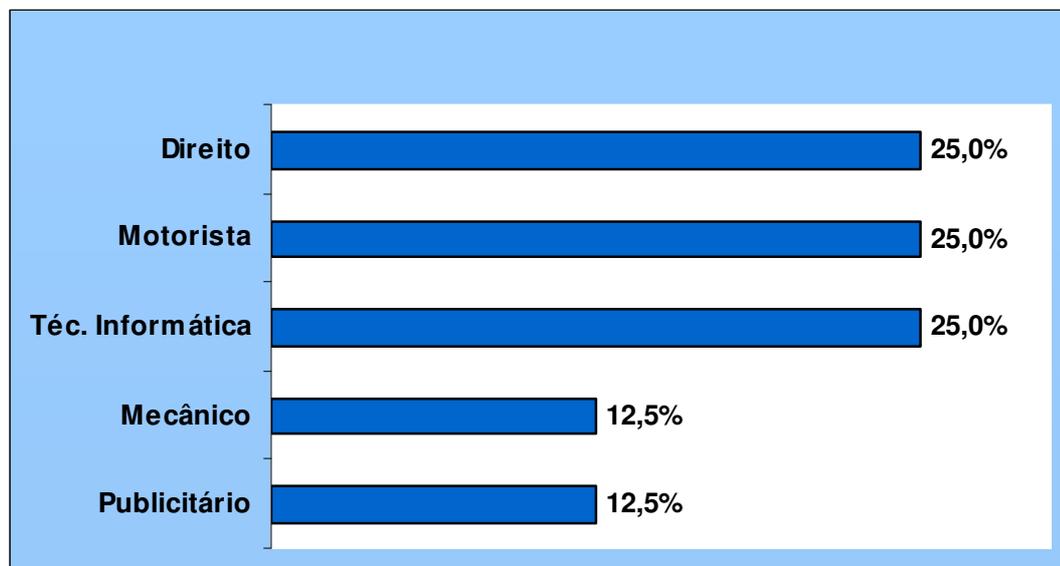
Um grupo de pessoas, vivendo numa estrutura hierarquizada, que convive com a proposta de uma ligação afetiva duradoura, incluindo uma relação de cuidado entre os adultos e deles para com as crianças e idosos que aparecem nesse contexto. (SZYMANSKI, apud GOMES, 1998, p. 26).

Todavia, no cotidiano percebemos que a família é impactada pelas múltiplas determinações sócio-econômicas e em virtude disso emerge novos arranjos familiares, tornando a família constitucionalmente credora da atenção do Estado.

No que se refere aos aspectos trabalho e estudo, estes também são significativos na concepção dos adolescentes, principalmente quanto a necessidade de ambos para construir um futuro melhor. Relataram que tem interesse em se profissionalizar realizando cursos Profissionalizantes e de nível

superior, segundo nos mostra o gráfico abaixo concernente as profissões que almejam para o futuro.

GRÁFICO 5– Profissão que os adolescentes pretendem seguir no futuro



Fonte: Pesquisa de Campo realizada no período de Agosto à Outubro de 2008.

O lazer é importante na vida dos adolescentes, sendo as principais atividades citadas freqüentar festas, a prática de esportes como futebol e corrida, assistir televisão e conversar com os amigos. Enfatizamos que o cinema e ler não foram citados nas entrevistas, denotando a ausência do hábito da leitura o que compromete o nível educacional e intelectual destes adolescentes e evidencia uma questão grave que não reflete somente o desinteresse dos jovens pela leitura, mas um problema mais amplo e histórico que está relacionado com o descaso que o Estado e a sociedade tratam a educação no país. O cinema não foi citado devido a ausência de condições financeiras para custear o ingresso em virtude das difíceis condições financeiras de suas famílias.

Podemos observar ainda que os adolescentes consideram importante a religião, pois entendem que esta ensina valores. Assim, 62,5% são católicos, 25% Protestantes e 12,5% espírita. Contudo, dentre os católicos a maioria afirmou que não é praticante e eventualmente freqüenta a missa aos domingos, o que

evidencia a forte cultura do nosso país em que o Catolicismo predomina como religião.

Em relação aos pais dos adolescentes entrevistados, estes afirmaram que possuem boas relações familiares e mantém um bom relacionamento com o filho que cometeu o ato infracional.

Sobre o ato infracional os familiares afirmam que tem conhecimento do ocorrido, demonstrando tristeza e decepção pela conduta do filho. Miriam, mãe do adolescente Bruno explicita o seu sentimento em relação ao ato infracional do filho:

Fiquei muito triste e surpresa quando soube do crime, fiquei nervosa demais, passei até mal. Sou contra o que ele fez, pois sempre ensinei e eduquei meus filhos para o caminho do bem. Não ensinei a tirar as coisas de ninguém, não sei o porquê ele fez isso. Briguei com ele, porque sei que ele errou e tem que pagar por isso, mas tenho que ficar do lado dele porque é meu filho. (Entrevista realizada em 30/08/08)

Observamos que alguns pais tentam amenizar a culpa dos filhos atribuindo a responsabilidade do ato infracional à terceiros, relegando a prática as más companhias e não concordando com a aplicação da medida, pois consideram os filhos inocentes.

O Sr. Marcos, pai do adolescente Daniel afirma:

Sempre dizia para ele não andar com aqueles meninos, mas ele não me ouvia. Até que no dia do jogo aconteceu o pior, se meteram numa briga e ele terminou se envolvendo porque tava perto. É normal jovem brigar mesmo, por isso apoiei ele porque toda a família ficou com raiva da injustiça. (Entrevista realizada em 30/09/08)

Dona Margarida, mãe de Artur, acrescenta:

Disse a ele que lá fora o pessoal não perdoa não, então o melhor é ficar na sua e não se meter em confusão, porque senão dá nisso. As vezes a gente paga pelas coisas sem ter culpa, paga pelos outros ou porque ta andando com quem não deve. Agora tem que toda semana ir pra lá fazer uns trabalhos, mas bem que podia ta fazendo outra coisa melhor. (Margarida, mãe do adolescente Artur, entrevista realizada em 26/09/08)

A defesa dos filhos é comum no discurso dos responsáveis e muitas vezes os pais de famílias com patamar socioeconômico mais elevado demonstram

despreocupação com a responsabilidade do filho, pois julga que a sua boa condição econômica resolve o problema e tenta “comprar” soluções, conforme o relato de Dona Maria, mãe do adolescente Carlos:

O mais difícil foi ver meu filho preso por 3 dias. Acho que uma briga na escola não era motivo para tanto, Acho que nem precisava de tudo isso, delegacia, prisão e agora cumprir essa medida, Eu tentei ver se doava umas cestas básicas para uma instituição e assim ficava tudo resolvido, mas falaram que não podia e também não sei porque meu filho fez questão de cumprir a medida. (Entrevista realizada em 27/10/08)

Sobre as repercussões do ato infracional praticado observamos que alguns pais reconhecem mudanças no comportamento dos filhos:

acho que aprendeu com o susto, ele tá mais calmo, se afastou dos antigos amigos, não sai mais tarde da noite e disse que quer estudar mais para trabalhar e ser gente. [...] Disse a ele que ele não precisa fazer essas coisas, porque a gente não tem tudo que a gente quer, porque as coisas são caras e a gente não tem dinheiro, mas é melhor não fazer besteira porque deu azar e foi pego, então é melhor tá solto do que tá preso. Mas, prometeu que não vai mais fazer. (Margarida, mãe do adolescente Artur, entrevista realizada em 26/09/08)

Dona Miriam, corrobora com a percepção de Dona Margarida assim, expressando-se:

Tipo assim, lhe orientou pra vida, mostrou que esse caminho não é bom, que só traz dor de cabeça. [...] Ele tá conversando mais comigo e me prometeu que não vai mais se meter em confusão, porque só trouxe problemas. Assim, o que aconteceu passou e o que agora tem que pensar pra frente, ele agora sabe que tem que se transformar, tem que se afastar dessas amizades, trabalhar e procurar ir pro caminho certo. (Entrevista realizada em 30/08/08)

Dos resultados aqui apresentados, situando a historicidade da problemática das crianças e dos adolescentes tidos como autores de atos infracionais, como uma das expressões mais cruéis da questão social, observamos que a medida sócio-educativa de Prestação de Serviço a Comunidade é limitada pela própria estrutura do sistema capitalista e pela conjuntura social, econômica, política e cultural em que está inserida a população das classes subalternas que se encontram longe de superar às barreiras que tem a enfrentar na sua cotidianidade, marcada por um cenário de profundas desigualdades sociais.

5 CONSIDERAÇÕES APROXIMATIVAS

A realização deste trabalho nos mostrou que a reestruturação do Estado tem como fundamento a concepção de que o único regulador societal legítimo e eficiente é o mercado, emergindo da reestruturação em curso um Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital.

O desenvolvimento capitalista e as transformações sociais, na perspectiva da globalização, têm gerado segmentos de trabalhadores que, sem conseguir acompanhar as mudanças do perfil de emprego e da sociedade, sofrem os efeitos de forte alijamento do mercado de trabalho, ou seja, o desemprego ou inserções precarizadas.

Os resultados tem sido o acirramento da questão social, no qual a classe trabalhadora é destituída dos seus direitos econômicos e sociais e a liquidação de instituições político-sociais cujo objetivo era a universalização, afetando diretamente na massa trabalhadora da classe operária por meio da concentração de renda e a crescente pauperização.

Neste complexo quadro social contemporâneo, adquire importância a problemática da violência, pois segundo Waiselfisz (1998) assistimos a uma pulverização da violência, à sua banalização nos meios de comunicação e sua inserção crescente na vida cotidiana. São cada vez mais freqüentes os assaltos, os homicídios, os sequestros principalmente nos grandes centros urbanos, aflorando na população uma sensação de impotência especialmente diante do sistema de segurança pública ineficiente.

Nesse meio, a violência torna, ao mesmo tempo, os jovens vítimas e algozes, mas são os atos infracionais praticados por adolescentes que ganham maior visibilidade, como parte integrante do processo econômico-social contraditório que envolve demandas sociais diante das novas determinações da crise do capitalismo.

A pesquisa realizada visou analisar os limites e o alcance da medida socioeducativa de Prestação de Serviço a Comunidade, investigando se as ações desenvolvidas possuem um cunho sócio-educativo e possibilitam a garantia do direito previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Neste intuito, contextualizar as condições objetivas e subjetivas de vida de parte deste segmento da população brasileira contribuiu significativamente para a apreensão da problemática estudada. Em síntese, as difíceis condições de vida de milhares de crianças e adolescentes têm como princípio a família desamparada pelo Estado ou assistida de forma insuficiente. Portanto, se abandono existe, não se trata de crianças e adolescentes abandonadas por seus pais, mas de famílias e populações abandonadas pelas políticas públicas e pela sociedade (VICENTE, 1998).

O Estado tem se ausentado de sua responsabilidade, na medida em que não cumpre o que a lei prevê e implementa políticas sociais focalistas que não alteram o curso da vida da população e não superam as desigualdades sociais.

Os dados apresentados nesta pesquisa expressam a luta pela sobrevivência das famílias dos adolescentes, a qual é notória nos trabalhos geralmente precários e instáveis dos provedores em virtude principalmente da baixa escolaridade e a falta de qualificação para o trabalho.

Neste contexto, estão inseridos milhares de crianças e adolescentes que não tem acesso as necessidades básicas de sobrevivência, pois convivem excessivamente com o ambiente da rua, o trabalho precoce, o abuso e exploração sexual, a violência doméstica, a privação material, o envolvimento com as drogas. Enfim, todos estes fatores repercutem diretamente no seu futuro, tendo em vista que estão sujeitos a situações que põem em risco sua integridade física e mental numa total violação de seus direitos

Volpi (1997) acrescenta que crianças e adolescentes representam a parcela mais exposta às violações de direitos pela família, pelo Estado e pela sociedade – contrariando o que está previsto na Constituição Federal e suas leis complementares. Por isso, apesar do aparato jurídico, parte da sociedade resiste em entender que os adolescentes autores de atos infracionais são sujeitos de direitos e estão em processo de desenvolvimento, necessitando, portanto de cuidados e não meramente de punição.

A grande questão que se impõe ao analisar o marco legal brasileiro na área dos Direitos da Criança e do Adolescente diz respeito ao fato de que a Constituição Federal e o ECA não são completamente aplicados nem compreendidos. Muitas vezes, o Estatuto é aplicado sob conceitos antigos, como

os estabelecidos no Código de Menores, que já foi revogado, em que predominava a visão de punir as crianças e aos adolescentes autores de ato infracional.

O desconhecimento do ECA e a resistência de alguns setores da sociedade brasileira à sua implementação, tem levado a uma visão distorcida dos avanços dessa lei no que concerne à proteção integral à crianças e aos adolescentes, pois entende que a legislação é muito branda na sua punição e por isso defendem a redução da maioridade penal para 16 anos. Essa proposta expressa o preconceito de classe que segrega o adolescente autor de ato infracional e representa aquilo que a sociedade quer ocultar: a precariedade estrutural da sociedade burguesa exposta de modo cruel. Porém, é necessário entender que não é confinando adolescentes num sistema penitenciário fracassado que o problema será resolvido.

O Estado aposta nas medidas repressivas para controlar a violência, mas Prates (2006) afirma que no enfrentamento do ato infracional é necessário encontrarmos alternativas eficientes, ou seja, executar efetivamente as medidas socioeducativas como Programa de atendimento, pois

Não será com a omissão e com o preconceito que superaremos as dificuldades que nos têm sido impostas, mas sim, com uma posição definida, com conhecimento de causa, que nos possibilite vislumbrar a preponderância do caráter pedagógico e humanitário de uma medida socioeducativa, em detrimento da reprodução da violência através da simples retribuição. (PRATES, 2006, p. 80)

O fato do adolescente ser inimputável penalmente não o exime de ser responsabilizado pelos seus atos. A lei prevê o cumprimento de medidas socioeducativas que não possuem caráter exclusivamente punitivo, mas visam primordialmente a reinserção social, mediante o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Particularmente, em relação a medida de Prestação de Serviço a Comunidade Volpi (1997, p. 24) entende que

a prestação de serviços à comunidade será cada vez mais efetiva na medida em que houver o adequado acompanhamento do adolescente pelo órgão executor, o apoio da entidade que o recebe e a utilidade real da dimensão social do trabalho realizado

O maior entrave para a execução da medida de Prestação de Serviço a Comunidade é o pouco incentivo estatal. Porém, mesmo aplicada de forma insuficiente como vem sendo realizada, com todas suas limitações, a medida cumpre uma função importante na vida do adolescente, o que justifica a sua aplicação e se configura como socioeducativa, indo além da obrigatoriedade, pois possibilita a reflexão por parte dos adolescentes e uma nova concepção de atitudes a serem tomadas. Propicia a ressocialização do adolescente e a reflexão dos funcionários das Instituições parceiras no que tange a possibilidade do cumprimento da medida e a responsabilidade conjunta da sociedade.

No sentido de contribuir com a análise da problemática do ato infracional e as medidas de enfrentamento, apontamos que para melhor eficácia da medida faz-se necessário a contratação de um número maior de profissionais para o PEMSEMA como forma de possibilitar melhor acompanhamento dos adolescentes em parceria com as Instituições, além da capacitação profissional dos orientadores sobre o significado da medida e o comprometimento em contribuir com o processo educativo do adolescente, entendendo que os serviços oferecidos no cumprimento da medida devem ser educativos e não apenas mão-de-obra gratuita. A medida deve instigar a reflexão sobre a prática do ato infracional e a necessidade de um novo modo de vida, possibilitando a efetivação prática do ECA .

Desta maneira, é fundamental a utilização de estratégias de esclarecimento sobre a proposta do Estatuto e a importância da medida, estendendo ao debate público a reflexão sobre os prejuízos da estigmatização em relação ao adolescente em fase de desenvolvimento e a necessidade da participação de todos no processo de atendimento do adolescente, pois a transição de um estado de dependência absoluta para uma condição de autonomia pessoal deve ser um processo assistido, no qual o adolescente receba todo o apoio necessário dos pais ou responsáveis e da própria comunidade onde vive.

A aplicação de medidas socioeducativas não pode se efetivar isolada do contexto social, político e econômico em que está inserido o adolescente. Pois, é responsabilidade do Estado, da sociedade e da família garantir o desenvolvimento integral da criança e do adolescente.

Nesta direção, é importante ressaltar, como nos indica Iamamoto (2001), que o enfrentamento de uma dada problemática

[...] requer a prevalência das necessidades da coletividade dos trabalhadores, o chamamento à responsabilidade do Estado e a afirmação de políticas sociais de caráter universal, voltadas aos interesses das grandes majorias, condensando um processo histórico de lutas pela democratização da economia, da política, da cultura na construção da esfera pública (IAMAMOTO, 2001, p. 10-11).

É importante destacar que não podemos culpabilizar apenas o Estado e as políticas públicas pela situação de vida de crianças e adolescentes, pois o Estado não tem condições de transformar desigualdades formais em igualdade substantiva, tendo em vista que a problemática da violência infanto-juvenil está inserida num contexto mais amplo produzido pelo modo de produção capitalista, no qual o seu objetivo máximo é a acumulação e que por conseguinte gera a questão social e suas múltiplas expressões.

Muito embora, ressaltamos a importância do Estado organizar Políticas Públicas que assegurem com prioridade absoluta os direitos infanto-juvenis, pois por meio dos direitos à convivência familiar e comunitária, à saúde, à educação, à cultura, esporte, lazer e demais direitos universalizados, será possível apenas diminuir e não eliminar totalmente a prática de atos infracionais cometidos por adolescentes, tendo em vista que a violência é a expressão da reprodução das condições sócio-econômicas geradores da iniquidade social.

Para a efetivação da proposta do ECA no enfrentamento do ato infracional é necessário desenvolver junto aos adolescentes autores de atos infracionais um sistema de atendimento que tenha como fundamento o respeito aos direitos humanos, a conquista da cidadania e a concepção de que as crianças e os adolescentes são pessoas em desenvolvimento, sujeitos de direitos e destinatários de proteção integral.

6 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina**: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

AMENDOLA, Gilberto. **Assassinatos sem a menor importância**: banalização da violência no Brasil. São Paulo: Editora Terceiro Nome, Mostarda editora, 2005.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. IN: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo**: As políticas sociais e o Estado Democrático. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

ÀRIES, Phillipe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, Koogan, 1981.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Infância e violência em família**. São Paulo; Iglu, 1998

BOCK, Ana Maria Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes. **Psicologia**: uma introdução ao estudo da psicologia. 13. ed. Barra funda (RJ): Saraiva, 1999.

BAIERL, Luzia Fátima; ALMEIDA, Carlos Alberto da Cunha. A dinâmica perversa do medo e da violência urbana. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 70, p. 59-73, Jul. 2002.

BAZÍLIO, Luiz Cavalieri; KRAMER, Sonia. Avaliando a implantação do estatuto da criança e do adolescente. **Infância, educação e direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2003, p.19-28.

BEHRING, Elaine Rosseti. As principais abordagens teóricas da política social e da cidadania. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília: CFESS, ABEPSS, CEAD, UNB, 2000, p. 19-40.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei nº 8069/90. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. Ministério do Trabalho e emprego, Secretaria de Inspeção do Trabalho. **Plano de prevenção e erradicação do trabalho infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente**, Brasília: 2004, 84 p.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; **Diretrizes nacionais para a política de atenção à criança e ao adolescente**, Brasília: 2000, 46 p.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Sistema nacional de atendimento socioeducativo/ SINASE**, Brasília: 2006, 122 p.

BRITO, Rosyan Campos de Caldas; LAMARÃO, Maria Luiza. **Criança, violência e cidadania**. Belém: UNAMA/FCBIA/ASIPAG, 1994.

CARVALHO, A. P. **A Luta por direitos e a afirmação das políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Ciclo de Debates dos Programas de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas. UFRN. Natal, 2006. (mimeografado)

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org.). A priorização da família na agenda da política social. **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC, 1995.

COCCO, Giuseppe. **Trabalho e cidadania**: produção e direitos na era da globalização. São Paulo: Cortez, 2000.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. **De menor a cidadão**. Brasília: Ed. Fundação CBIA, 1990.

FALEIROS, Eva T. Silveira. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Brasília: Thesaurus, 2000.

_____. V. P. Impunidade e inimizabilidade. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 77, p.78-95, mar. 2004.

FRAGA, Paulo D. Violência: forma de dilaceramento do ser social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 70, p. 44-58, Jul. 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Anuário Estatístico do RN**. Natal, 2006. 348 p. v.1.

GOMES, Jerusa Vieira. Família: cotidiano e luta pela sobrevivência. **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil**. Brasília. 2003

_____. **Contagem da População**, Rio de Janeiro: IBGE, 2007, 316 p.

KALOUSTIAN, Silvio Manoug (Org). A importância da família. **Família brasileira, a base de tudo**. 3 ed., São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNICEF, 1998, p. 11-15.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEVISKY, David Leo (Org). **Adolescência e violência: conseqüências da realidade brasileira**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

LOWY, Michael. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1985.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINELLI, Maria Lúcia (Org). **Pesquisa Qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora, 1999. (Série Núcleo de Pesquisa; 1)

MARTINS, José de Souza. **Massacre dos Inocentes**. 2. ed. São Paulo, Hucitec, 1993.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Maria Helena B. Alves. 2. Ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia alemã**. 5. ed. Lisboa: Editora Presença, 1986.

MENDEZ, Emílio Garcia. Cidadania da criança: a revolução Francesa com 200 anos de atraso. **Revista Inscrita**. ano 1, n. 1, p. 27-32, nov. 1997.

MIOTO. Regina Celia Tamaso. Família e serviço social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 55, p. 115-130, Nov. 1997.

MONTAÑO, Carlos. Das lógicas do Estado às lógicas da sociedade civil: Estado e terceiro setor em questão. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 20, n. 59, mar. 1999.

NEDER, Gizlene. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: KALOUSTIAN, Silvio Manoug (Org). **Família brasileira, a base de tudo**. 3. ed., São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNICEF, 1998, p. 26-47.

NETTO, José Paulo. Notas sobre a reestruturação do Estado e a emergência de novas formas de participação da sociedade civil. In BOSCHETTI, Ivanete (Org). **Política social**: alternativa ao neoliberalismo, Brasília: Editora da Universidade Nacional de Brasília, 1999.

_____. FHC e apolítica social: um desastre para as massas trabalhadoras. In: O **Desmonte da nação**. Balanço do Governo FHC. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

NETO, Paulo Mesquita. Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle. In: PANDOLFI, Dulce Chaves...[et.al.] (Orgs). **Cidadania, justiça e violência**, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1999.

NOGUEIRA NETO, Wanderlino. Por um sistema de promoção e proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 26, n 83, p.5-29, mar. 2005.

NOTO, Ana Regina. Os índices de consumo de psicotrópicos ente adolescentes no Brasil. In: PINSKY, Ilana; BESSA, AMrco Antônio (Org). **Adolescência e drogas**, São Paulo: Contexto, 2004.

NUNES, Cléa Nadja Roseno de Castro. **Adolescente em Conflito com a Lei: uma questão de punição ou proteção?** 2006. 133f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal (RN), 2006.

OLIVEIRA, Íris Maria. Política social, assistência social e cidadania: algumas aproximações acerca do seu significado na realidade brasileira. **Revista Desafios Sociais**, Natal, v. 2, p. 85-114, jan./jul. 2002.

PALANGANA, Isilda Campaner. **Individualidade: afirmação e negação na sociedade capitalista**. São Paulo: Plexus Editora, 1998.

PEREIRA, Ilzamar Silva Pereira. **Famílias privadas de liberdade: a saga da violência vivenciada por adolescentes que trilham os áridos caminhos da criminalidade**. 2004, 182f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal (RN), 2004.

PEREIRA-PEREIRA, Potyara Amazoneida. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, Mione Apolinário. MATOS, Maurílio Castro de. LEAL, Maria Cristina, (Org). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos** - São Paulo: Cortez, 2004, p 25-42.

PILLETI, Nelson; ARRUDA, José Jobson de A. **Toda a História**. 6 ed., São Paulo: Ed. Ática, 1997.

PINHEIRO, Renata Rocha Leal de Miranda Pereira. **Violência sexual infanto-juvenil em Natal**: uma avaliação do Programa Sentinela. 2007, 116f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal (RN), 2007.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob o fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999.

PRATES, Flávio Cruz. **Adolescente infrator**. 2. ed., Curitiba: Juruá, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – Natal (RN): Departamento de Informação, Pesquisa e Estatística, **Anuário Natal**, 2008, 342 p.

QUEIROZ, José J. **O mundo do menor infrator**. São Paulo: Ed. Cortez; Atores Associados, 1987.

RIZZINI, Irma. **Assistência à infância no Brasil**: uma análise de sua construção. Rio de Janeiro: Editora Universidade Santa Úrsula, 1993.

ROLNIK, Raquel. É possível uma política urbana contra a exclusão. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 23, n. 73, p. 53-61, dez. 2002.

ROSA, Elizabete Terezinha Silva. Adolescente com prática de ato infracional: a questão da inimizabilidade penal. **Serviço Social e Sociedade**: Temas sócio-jurídicos. São Paulo, ano 22, n. 67, p. 183-205, set. 2001.

SADER, Emir. Direitos e esfera pública. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 77, mar. 2004.

SAES, Décio Azevedo Marques de. **Cidadania e Capitalismo**: uma crítica a concepção liberal de cidadania. *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 16, p. 9-38, 2003.

SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (Org). **Política social, família e juventude**: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Há necessidade dos direitos humanos para a formação de uma cultura política emancipatória? *Temporalis* 5, **Revista da Associação Brasileira de ensino e pesquisa em Serviço Social** - ABEPSS, ano 3, n. 5, jan -jun, 2002.

SILVA, Maria Liduina de Oliveira e. O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código de Menores: descontinuidades e continuidades. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 26, n. 83, p. 30-48, mar. 2005.

SILVA, Suerda Barbosa da. **A Privação de Liberdade e o Processo de Inclusão Social do Adolescente**. 2003. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal (RN), 2003.

SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO –SINASE/ CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Brasília, junho de 2006.

TEIXEIRA. Maria de Lurdes Trassi. O futuro do Brasil não merece cadeia. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n 77, p. 98-107, mar. 2004.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Editora Unijuí, 2005.

TONET, Ivo. **Para além dos direitos humanos**. Maceió: UFAL, 2000 (mimeografado).

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Departamento de Serviço Social. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. **A Condição de pobreza e exclusão social da população de Natal: relatório de pesquisa**. Natal, RN, 2005.

VASCONCELLOS, Amélia Thereza de Moura. Violência e educação. In: LEVISKY, David Leo (Org). **Adolescência e violência: conseqüências da realidade brasileira..** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997, p. 111-118.

VICENTE, Cenise Monte. O direito a convivência familiar e comunitária: uma política de manutenção do vínculo. In: KALOUSTIAN, Silvio Manoug (Org). **Família brasileira, a base de tudo**. 3 ed., São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 1998, p. 47-60 .

VIEIRA, Evaldo A. Políticas sociais e os direitos sociais no Brasil. Avanços e retrocessos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 28, n 53, p. 67-73, mar. 1997.

VOLPI, Mario. (Org.). **Adolescentes privados de liberdade: A normativa nacional e internacional e reflexões sobre a responsabilidade penal dos adolescentes**. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. ECA, delitos e adolescência. In Sales, M. (Org.). **Adolescência, ato infracional e cidadania**. Brasília: Fórum DCA; São Paulo: ABONG, 1999, p.53-59.

_____. **Sem liberdade, sem direitos: a experiência de privação de liberdade na percepção dos adolescentes em conflito com a lei**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **O adolescente e o ato infracional**. São Paulo: Cortez, 1997.

WAISELFISZ, J. J. **Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília**. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

_____. **Mapa da Violência IV: os jovens do Brasil**. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita. A política social brasileira nos anos 90: a refilantropização da questão social. Cadernos ABONG/CNAS, São Paulo, . Outubro de 1995.

_____. Globalização, precarização das relações de trabalho e seguridade social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 19, n. 56, p. 50-59, mar.1998.

_____. **Classes subalternas e assistência social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. In: Temporalis 3. **Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social** – ABEPSS, ano 2, n. 3, jan./jun, 2001.

ZALUAR, Alba. **Cidadãos não vão ao paraíso**. São Paulo: Editora Escuta; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994.

[www.yahoo.com.br/noticias/manchetes-violência-policial-problema- Brasil.html](http://www.yahoo.com.br/noticias/manchetes-violencia-policial-problema-Brasil.html) - Acessado em 14/01/09.

[www.estadao.com.br/noticias/geral,cabo-envolvido-no-caso-joao-roberto-e-expulso-da pm,306150,0.htm](http://www.estadao.com.br/noticias/geral,cabo-envolvido-no-caso-joao-roberto-e-expulso-da-pm,306150,0.htm) – Acessado em 12/01/09.

www.wikipedia.org/wiki/Consenso_de_Washington - Acessado em 23/05/08.

www.diariodenatal.com.br - Acessado em 09/09/08

www.diariodenatal.com.br - Acessado em 12/03/09

[www./pessoas.hsw.uol.com.br/trafico-de-drogas.htm](http://www.pessoas.hsw.uol.com.br/trafico-de-drogas.htm) - Acessado em 27/01/09.

www.fantastico.globo.com - Acessado em 04/01/09

www.dieese.org.br - Acessado em 28/01/09.

APÊNDICES

APÊNDICE I

ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AO ADOLESCENTE AUTOR DE ATO INFRACIONAL

Data da entrevista: ____/____/____ Instituição: _____

I) Identificação

1) Nome:

2) Bairro que reside:

3) Idade _____

4) Sexo: (1) Masculino (2) Feminino

5) Cor: (1) Negro (2) Branco (3) Pardo

6) Escolaridade:

(1) Alfabetizado (2) Não alfabetizado (3) Ensino
Fundamental Completo

(4) Ensino Fund. Incompleto (5) Ensino Médio Completo (6) Ensino
Médio Incompleto

7) Estado Civil: (1) Solteiro (2) Casado (3) União estável

8) Procedência (onde você

nasceu): _____

II) Relações interpessoais

9) Qual o grau de importância da família em sua vida?

(1) Muito importante (2) Importante (3) Pouco importante

(4) Não sabe mensurar

10) Como é o seu relacionamento com:

10.1) Seus pais. (1) Ótimo (2) Bom (3) Regular (4) Ruim

10.1.1) Se Regular ou Ruim. Qual o motivo?

10.2) Seus irmãos: (1) Ótimo (2) Bom (3) Regular (4) Ruim

10.2.1) Se Regular ou Ruim. Qual o motivo?

11) Como se sente no ambiente familiar?

(1) Muito bem (2) Bem (3) Regular (4) Ruim (5) Péssimo

11.1) Se Regular, Ruim ou Péssimo. Qual o motivo?

12) A quem você recorre nas horas de dificuldade? E por quê?

(1) Ao seu pai (2) A sua mãe (3) Aos seus avós

(4) A um irmão (ã) (5) A um amigo (6) A outros familiares

(7) Outro. Quem? _____

13) Você possui muitos amigos? (1) Sim (2) Não.

14) Participa de algum grupo? (1) Sim (2) Não

14.1) Se sim. Qual? _____

15) Qual a sua religião?

(1) Católica (2) Protestante

(3) Espírita (4) Outra.

Qual? _____

15.1) Praticante? (1) Sim (2) Não

16) O que gosta de fazer para se divertir?

(1) Ir à praia (2) Ir a festas (3) Ir ao cinema (4) Ler
(5) Assistir TV

(6) Joga vídeo game (7) Conversar com amigos (8) Outro. Qual?

17) Você pratica exercícios físicos? (1) Sim (2) Não

17.1) Se Sim. Qual? _____

III) Condições de vida

18) Você trabalha? (1) Sim (2) Não?

18.1) Se Sim. Em que?

18.2) A atividade é remunerada? (1) Sim (2) Não?

18.3) Se Não. Já trabalhou? (1) Sim (2) Não?

18.4) Se Sim. Em que?

19) Você estuda? (1) Sim (2) Não?

19.1) Se Sim. Qual série que está cursando?

19.2) Se Não. Qual o motivo? _____

20) Com quem você mora?

- (1) Com os pais
mãe
(2) Com avós
companheiro
(3) Com amigos
governamental
(4) Instituição não governamental
Onde? _____
- (5) Somente com o pai
(6) Com outros familiares
(7) Sozinho
(8) Na rua
(9) Somente com a
(10) Com
(11) Instituição
(12) Outro.

21) Possui filhos? (1) Sim (2) Não.

21.1) Se sim. Quantos? _____

22) Você faz uso de algum tipo de substância entorpecente?

(1) Sim (2) Não

22.1) Se Sim. Qual (is)?

- (1) Maconha (2) Loló (3) Cocaína (4) Crack (5) Alcool (6) Outra.
Qual _____

23) O que leva você a usar drogas?

(1) Curiosidade (2) Influência de amigos (3) Influência do namorado (4)
Influência da família (5)

Outros _____

24) Se não usa drogas atualmente, já utilizou? (1) Sim (2) Não

24.1) Se Sim. Qual (is)?

- (1) Maconha (2) Loló (3) Cocaína (4) Crack (5) Alcool (6) Outra
Qual _____

25.) Caso você beba, isso ocorre com que freqüência?

- (1) Uma vez por semana (2) Todo final de semana (3) Todos os
dias
(4) Não tem uma freqüência certo

IV) Opinião em relação ao ato infracional

26) Em que circunstâncias cometeu ato infracional?

- (1) Não havia utilizado drogas ilícitas e nem bebidas alcoólicas
(2) Tinha ingerido bebidas alcoólicas
(3) Estava sob efeito de drogas ilícitas
(4) Outra. Qual?

27) Houve influências de amigos na prática do ato infracional? (1) Sim
(2) Não

28) Quando cometeu o ato infracional quais eram suas atividades diárias?
(1) Somente estudava (2) Somente trabalhava (3) Estudava e trabalhava
(4) Não estava estudando nem trabalhando (5) Outra. Qual?

29) Já cumpriu medida sócio-educativa antes? (1) Sim (2) Não

29.1) Se Sim. Qual o motivo?

(1) Homicídio, latrocínio (2) Assalto (3) Estupro
(4) Furto (5) Depreciação do Patrimônio Público
(6) Porte de drogas (7) Agressão física (8) Outro. Qual?

29.2) Que tipo de medida você cumpriu?

(1) Obrigação de reparar o dano (2) Prestação de serviços à comunidade
(3) Liberdade assistida (4) Semi-liberdade
(5) Internação (6) Outra. Qual?

30) Qual foi o ato infracional cometido?

(1) Homicídio, latrocínio (2) Assalto (3) Estupro
(4) Furto (5) Depreciação do Patrimônio Público
(6) Porte de drogas (7) Agressão física (8) Outro. Qual?

31) Como a reação da sua família diante do ato infracional?

V) Opinião em relação a medida sócio-educativa

32) Qual o tempo de cumprimento de sua medida sócio-educativa?

33) Há quanto tempo está cumprindo a medida?

34) Cite 3 aspectos positivos da medida?

(1) Conscientiza acerca do erro cometido
(2) Ensina a planejar o futuro
(3) Mostra a importância de respeitar as pessoas
(4) Contribui para uma maior proximidade com a comunidade

(5) Outro. Qual?

35) Quais os aspectos negativos em relação à medida?

36) Depois do início da medida sócio-educativa houve mudança em sua vida? (1)

Sim (2) Não

36.1) Se Sim. Que tipo de mudança?

- | | |
|---|--------------------------|
| (1) O relacionamento com a família melhorou nos estudos | (2) Houve melhora |
| (3) Se afastou dos antigos amigos drogar | (4) Deixou de beber e se |
| (5) Tem perspectiva de um futuro melhor | (6) Outra. Qual? |
-

37) Qual atividade você exerce na instituição? _____

38) O que acha da atividade exercida por você na instituição? Por quê?

- (1) Ótima (2) Boa (3) Regular (4) Ruim (6) Péssima
-

39) Você foi consultado sobre a escolha da atividade desenvolvida?

- (1) Sim (2) Não

40) Qual foi a orientação recebida da instituição sobre a medida da Prestação de Serviços a Comunidade?

41) Você se sentiu acolhido na instituição? (1) Sim (2) Não

41.1) Se Não. Por quê?

42) Você acha que sua atividade é reconhecida pelos profissionais da instituição?

- (1) Sim (2) Não.

42.1) Se Não. Por quê?

43) Como é o seu relacionamento com os profissionais da instituição?

- (1) Ótimo (2) Bom (3) Regular (4) Ruim (6) Péssimo

43.1) Se Regular, Ruim, ou Péssimo. Qual o motivo?

44) Você se sente útil em relação à atividade aplicada pela medida?

- (1) Sim (2) Não

44.1) Se Não. Qual o motivo?

45) Você gostaria de exercer outro tipo de atividade? (1) Sim (2) Não

45.1) Se Sim.

Qual?

46) Como você se imagina daqui a 5 anos?

47) Você pretende seguir uma profissão? (1) Sim (2) Não

47.1) Se Sim, qual?

47.2) Se não, por quê?

48) Pretende constituir família? Por quê? (1) Sim (2) Não

48.1) Se Não, por quê?

APÊNDICE II

ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AO REPRESENTANTE DA FAMÍLIA DO ADOLESCENTE AUTOR DE ATO INFRACIONAL

Data da entrevista: ____ / ____ / ____ Local: _____

I) Dados pessoais:

1) Nome: _____

2) Grau de parentesco?

(1) Mãe (2) Pai (3) Avó (4) Avô (5) Tio (a) (6) Irmão (ã)

(7) Outro. Qual? _____

3) Idade _____

4) Sexo: (1) Masculino (2) Feminino

5) Religião: (1) Católica (2) Protestante (3) Espírita (4)

Outra _____

6) Escolaridade:

(1) Ensino Fundamental Completo (4) Ensino Médio Incompleto

(2) Ensino Fund. Incompleto (5) Superior Completo

(3) Ensino Médio Completo (6) Superior Incompleto

7) Estado civil: (1) Solteiro (2) Casado (3) União estável

8) Profissão/Ocupação

(1) Funcionário público (2) Comerciante (3) Profissional liberal

(4) Autônomo (5) Aposentado (6) Desempregado

(7) Outra. Qual? _____

II. Característica familiar

9) Renda Familiar:

(1) Não informada (2) Até 1 SM (3) Entre 1 e 2 SM

(4) Entre 2 e 3 SM (5) Entre 3 e 5 SM (6) Acima de 5 SM

10) Número de pessoas que compõe a família:

11) Quantos contribuem com a renda familiar:

12) Quantidade de filhos:

13) Sua família está inserida em algum programa do governo?

(1) Sim (2) Não

14.1) Se Sim. Qual?

(1) Bolsa Família (2) PETI (3) Programa do Leite

(4) Outro. Qual? _____

14.2) Qual e valor do benefício (se mais de um benefício citar o valor separadamente)?

15) Qual o grau de importância da família em sua vida?

(1) Muito importante (2) Importante (3) Pouco importante

(4) Não sabe mensurar

III. Condições de habitação:

16) Situação de moradia

(1) Posse (2) Alugada (3) Própria (4) Cedida (5) Financiada

16.1) Se alugada. Qual o valor do aluguel?

16.2) Se financiada. Qual o valor da prestação?

17) Tipo de moradia

(1) Alvenaria (2) Taipa (3) Mista

18) Numero de cômodos existentes?

19) Possui banheiro? (1) Sim (2) Não

20) Possui água encanada? (1) Sim (2) Não

21) Possui energia elétrica? (1) Sim (2) Não

IV) Opiniões em relação ao ato infracional

22) Você tem conhecimento da infração cometida pelo adolescente?

(1) Sim (2) Não

23) Qual sua opinião sobre o fato ocorrido?

24) Você conhece as razões que levaram a prática do ato infracional?

(1) Sim (2) Não

25) Quais foram as conseqüências do ato infracional na sua família?

26) Como é o seu relacionamento com o seu (sua) companheiro (a)?

(1) Ótimo (2) Bom (3) Regular (4) Ruim (5) Péssimo

26.1) Se Regular, Ruim ou Péssimo. Qual o motivo?

(1) Não existe diálogo (2) Brigam muito
(3) Existe agressão física e verbal (4) Uso de álcool (5) Outro.

Qual? _____

27) Como é o seu relacionamento com o seu (ua) filho (a) que cometeu a infração?

(1) Ótimo (2) Bom (3) Regular (4) Ruim (5) Péssimo

27.1) Se Regular, Ruim ou Péssimo. Qual o motivo?

(1) Não existe diálogo (2) Brigam muito
(3) Existe agressão física e verbal (4) Outro.

Qual? _____

V) Opinião em relação a medida:

28) Você conhece a medida cumprida pelo adolescente? (1) Sim (2) Não

29) Qual a sua opinião sobre a medida de prestação de serviço a comunidade?

(1) Muito boa (2) Boa (3) Regular (4) Ruim (5) Muito ruim

29.1) Se Regular, Ruim ou Péssima. Qual o motivo?

30) Qual sua opinião acerca da participação da família na execução da medida?

31) Você observou mudanças no comportamento do adolescente após o início do cumprimento da medida sócio-educativa? (1) Sim (2) Não

31.1) Se Sim. Qual (is)?

(1) O relacionamento com a família melhorou (2) Houve melhora na escola
(3) Não convive com os antigos amigos (4) Deixou de beber e se drogar

Qual? _____

APÊNDICE III
ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AOS ORIENTADORES
DAS INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

Data dentrevista: ____/____/____ Instituição: _____

1) Nome: _____

2) Grau de Instrução:

- | | |
|---------------------------------|-----------------------------|
| (1) Ensino Fundamental Completo | (4) Ensino Médio Incompleto |
| (2) Ensino Fund. Incompleto | (5) Superior Completo |
| (3) Ensino Médio Completo | (6) Superior Incompleto |

3) Caso possua nível superior, qual a área de formação:

4) Idade: _____

5) Na chegada do adolescente na instituição quem o recebe e o orienta acerca da atividade?

- | | | | |
|-----------------------|---------------|---------------|--------------|
| (1) Assistente Social | (2) Psicólogo | (3) Professor | (4) Pedagogo |
| (5) Outro. Quem? | | | |

6) Existe a participação do adolescente na escolha da atividade?

- (1) Sim (2) Não

7) As aptidões dos adolescentes são levadas em consideração?

- (1) Sim (2) Não

8) O que você acha do caráter pedagógico da medida de prestação de serviço à comunidade?

- (1) Muito boa (2) Boa (3) Regular (4) Ruim (5) Muito ruim

9) Identifique 3 aspectos que o caráter pedagógico se torna realidade?

- (1) Quando se verifica a responsabilidade no cumprimento da medida pelo adolescente
- (2) Quando o adolescente reconhece o erro cometido
- (3) Quando o adolescente interage com a família e a comunidade
- (4) Quando o adolescente apresenta interesse por um novo modo de vida (estudar/trabalhar)
- (5) Outro (s). Qual (is)?

10) Identifique 3 maiores dificuldades enfrentadas na execução da medida?

- (1) O desinteresse do adolescente em participar das tarefas designadas a ele.
 - (2) Tornar compatível o perfil do adolescente com a atividade a ser desenvolvida
 - (3) Sensibilizar o adolescente acerca da importância do cumprimento da medida
 - (4) Pouca participação da família do adolescente
 - (5) A baixa escolaridade do adolescente
 - (6) Outra (s). Qual(is)?
-
-

11) Identifique 3 aspectos positivos da medida?

- (1) Conscientização do adolescente acerca do erro cometido
 - (2) Interação do adolescente com a família
 - (3) Transmite princípios contribuindo para a construção de um projeto de vida
 - (4) Sensibilizar a comunidade sobre a importância de colaborar com a execução da medida
 - (5) Outro. Qual?
-
-

12) Como é realizada a avaliação da efetividade da medida? Existe a participação do adolescente na avaliação?

13) Em relação a eficiência você considera a medida:

- (1) ótima (2) Boa (3) Regular (4) ruim (5) Muito Ruim

14) A participação do adolescente nas atividades pode ser considerada:

- (1) ótima (2) Boa (3) Regular (4) ruim (5) Muito Ruim

15) Quais os resultados da medida da vida do adolescente?

APÊNDICE IV
ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AOS SOCIOEDUCADORES
DO PEMSEMA

Data da entrevista: ____/____/____ Instituição: _____

1) Nome:

2) Grau de Instrução:

- | | |
|---------------------------------|-----------------------------|
| (1) Ensino Fundamental Completo | (4) Ensino Médio Incompleto |
| (2) Ensino Fund. Incompleto | (5) Superior Completo |
| (3) Ensino Médio Completo | (6) Superior Incompleto |

3) Caso possua nível superior, qual a área de formação:

4) Idade: _____

5) O que você acha da medida de prestação de serviço a comunidade?

- (1) ótima (2) Boa (3) Regular (4) Ruim (5) Muito Ruim

6) Qual sua opinião acerca do caráter pedagógico?

- (1) ótima (2) Boa (3) Regular (4) Ruim (5) Muito Ruim

7) Identifique 3 aspectos que o caráter pedagógico se torna realidade?

- (1) Quando se verifica a responsabilidade no cumprimento da medida pelo adolescente
 (2) Quando se firma parcerias com instituições da comunidade
 (3) Quando o adolescente interage com a família e a comunidade
 (4) Quando o adolescente apresenta interesse por um novo modo de vida (estudar/trabalhar)
 (5) Outro (s). Qual (is)?
-
-

8) Identifique 3 maiores dificuldades enfrentadas na execução da medida?

- (1) O desinteresse do adolescente em participar das tarefas designadas a ele.
 (2) Tornar compatível o perfil do adolescente com a atividade a ser desenvolvida
 (3) Sensibilizar o adolescente acerca da importância do cumprimento da medida
 (4) Realizar parcerias com as instituições da comunidade
 (5) Pouca participação da família do adolescente
 (6) A baixa escolaridade do adolescente
 (7) Outras. Quais?
-

9) Identifique 3 aspectos positivos da medida?

- (1) Conscientização do adolescente acerca do erro cometido
- (2) Interação do adolescente com a família
- (3) Transmite princípios contribuindo para a construção de um projeto de vida
- (4) Sensibilizar a comunidade sobre a importância de colaborar com a execução da medida
- (5) Outros. Quais?

10) De que forma a família e a comunidade contribuem para a efetividade da medida?

11) Como é realizada a avaliação da efetividade da medida? Existe a participação do adolescente na avaliação?

12) Em relação a eficiência você considera a medida:

(1) ótima (2) Boa (3) Regular (4) Ruim (5) Muito Ruim

13) A participação do adolescente nas atividades pode ser considerada:

(1) ótima (2) Boa (3) Regular (4) Ruim (5) Muito Ruim

14) Quais os resultados da medida na vida dos adolescentes?

ANEXOS

**PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL**

Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – SEMTAS
Departamento de Proteção Social Especial – DPSE
Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS
Programa de Execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto –
Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade:
Possibilitando Novos Caminhos (PEMSEMA)

PLANO INDIVIDUAL DE ACOMPANHAMENTO – PIA**I – Identificação:**

1. Nome do Socioeducando (a): _____

2. Apelido: _____ 3. Idade: _____ 4. Gênero: () M () F

II – Dados Gerais: Medida Socioeducativa

1. Processo Nº _____ 2. Vara/Comarca: _____
3. Medida: _____ 4. Prazo para a Medida: _____
5. Motivo: _____

Primário () Reincidente () Progressão () Regressão ()

6. Data do Início do Cumprimento da Medida: ____/____/____

III – Acompanhamentos:

1. Atendimento ao (à) Adolescente:

INDIVIDUAL () Semanal () Quinzenal () Mensal
GRUPO () Semanal () Quinzenal () Mensal

2. Atendimento à Família:

INDIVIDUAL () Semanal () Quinzenal () Mensal
GRUPO () Semanal () Quinzenal () Mensal

3. Relatórios Técnicos:

Data do Relatório Inicial: ____/____/____

Periodicidade de Elaboração: () Mensal () Bimestral () Trimestral

PLANO DE METAS**1. Saúde – (Física e Mental)**

- Saúde Bucal: _____

Meta: _____

- Saúde Física: _____

Meta: _____

- Saúde Emocional: _____

Meta: _____

- Drogadição: _____

Meta: _____

• Outros: _____

Meta: _____

2. Social – (Relações Sociais e Familiares)

• Convivência Familiar: _____

Meta: _____

• Convivência Social: _____

Meta: _____

• Trabalho: _____

Meta: _____

• Protagonismo Social: _____

Meta: _____

• Outros: _____

Meta: _____

3. Educação – (Física e Mental)

• Escolarização: _____

Meta: _____

• Profissionalização: _____

Meta: _____

• Cultura e Lazer: _____

Meta: _____

• Esporte: _____

Meta: _____

• Outros: _____

Meta: _____

Natal / RN ____/____/____

SOCIOEDUCANDO (A)

RESPONSÁVEL

TÉCNICO (A) – Serviço Social

TÉCNICO (A) – Pedagogia

TÉCNICO (A) – Psicologia

SOCIOEDUCADOR (A)

COORDENADOR (A) DO PEMSEMA



PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL

Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – SEMTAS

Departamento de Proteção Social Especial – DPSE

Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS

Programa de Execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto –

Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade:

Possibilitando Novos Caminhos (PEMSEMA)

CADASTRO INDIVIDUAL DO SOCIOEDUCANDO

IDENTIFICAÇÃO PESSOAL			
Nome:			
Apelido:			
Filiação> Mãe:			
Pai:			
Naturalidade:		UF:	
Data de nascimento / /			
Endereço de Residência:			n°:
Complemento:			
Bairro:	CEP:	Região Administrativa:	
Ponto de Referência:			
Contatos Telefônicos:			
Possui Documentação: () Sim () Não			
Registro de Nascimento n°:		Fls:	Livro:
RG n°:	Data de Expedição: / /	Órgão Expedidor:	UF:
CPF n°:	Título de Eleitor n°:	Zona:	Seção:
CTPS n°:	Série:	NIS:	
Reservista n°:			
Gênero: () Masculino () Feminino			
Cor da Pele: () Branca () Parda () Preta () Amarela () Vermelha			
Grupo de Idade: () 12 a 14 anos () 15 a 17 anos () 18 a 21 anos			
Pessoa com Deficiência: () Sim () Não			
Tipo: () Auditiva () Visual () Física () Mental () Múltipla () Outra			
Estado Civil: () Solteiro () Casado () União Estável			
Tem Filhos: () Sim () Não Quantos?			

HABITAÇÃO	
Situação de Moradia (imóvel): () Próprio () Alugado () Cedido () Invadido	
Tipo: () Alvenaria () Madeira () Taipa () Improvisada Nº de Cômodos:	
Oferta de Serviços Públicos> Saneamento/ Fossa/ Esgoto: () Sim () Não	
Energia Elétrica: () Sim () Não Abastecimento de Água: () Sim () Não	
Recolhimento de Lixo: () Sim () Não Pavimentação: () Sim () Não	
Transporte: () Sim () Não	
A Família Possui Terreno Próprio: () Sim () Não	
Em que situação: () Quitado () Posse Legal () Posse Ilegal	
SAÚDE	
Dependente Químico: () Sim () Não	
Se sim: Em uso () Em Abstinência ()	
Possui Alguma Doença de Tratamento Especial: () Sim () Não	
Histórico de Doenças Familiares: (hipertensão, doenças cardíacas, diabetes, neoplasias, doenças mentais)	
EDUCAÇÃO	
Nível de Escolaridade:	
() Não Alfabetizado(a) () Ensino Médio Incompleto	
() Ensino Fundamental I (até o 5º ano) () Ensino Médio Completo	
() Ensino Fundamental II (até o 8º ano) () Ensino Superior Incompleto	
() Ensino Fundamental Completo	
Situação Escolar: Estuda Atualmente () Não Estuda Atualmente ()	
Tempo Que Está Afastado da Escola:	
Escola:	Série:
Endereço:	
Complemento:	Tumo:
Ponto de Referência:	
Tem Interesse em Retomar os Estudos: () Sim () Não	
Participa de Alguma Atividade Recreativa / Cultural: () Sim () Não	
Qual:	
Tem Interesse em Participar de Alguma: () Sim () Não	
Qual:	
Participa de Alguma Atividade Esportiva: () Sim () Não	
Qual:	
Tem Interesse em Participar de Alguma: () Sim () Não	
Qual:	

TRABALHO E PROFISSIONALIZAÇÃO	
Situação Atual: () Nunca Trabalhou () Não Trabalha Atualmente	
() Exerce Atividade não Remunerada () Trabalha Formalmente	
() Trabalha Informalmente	
Caso Trabalhe > Que Atividade Desenvolve:	Quanto Tempo:
Caso Desempregado > Qual a Última Atividade Desenvolvida:	
Renda Média: Até 1 Sal. Mínimo () De 1 a 2 Sal. Mínimos ()	
De 3 a 5 Sal. Mínimos () Acima de 5 Sal. Mínimos ()	
Cursos Realizados:	
Cursos que Pretende Realizar:	
PROTAGONISMO SOCIAL (inclusive dos membros da família)	
() Não Participa	
() Associação de Moradores	
() Conselho Municipal	Qual?
() Associação de Pais e Mestres	Escola?
() Outro	Qual?
DADOS PROCESSUAIS	
Nº do Processo:	
Ato Infracional Cometido:	
Tipo de Medida Socioeducativa:	
Tempo de Cumprimento:	
Data do Encaminhamento:	
Data do Início do Acompanhamento:	
Cumpriu Medida Socioeducativa Anteriormente: () Sim () Não	
Histórico Anterior: (especificar causas, tipo de medida, período e lugar onde foi cumprida)	
Visão do Socioeducando Acerca de Sua Situação:	
Cometeu o Ato Infracional: () Influenciado por Terceiros () Não Foi Influenciado	
() Não Sabe Precisamente () Nega Ter Cometido	
Opinião Acerca da Medida a Qual Foi Sentenciado:	
() Adequada () Branda () Pesada () Não Tem Opinião Sobre o Assunto	
Perspectiva de Futuro (planos pessoais, desejos e metas)	

QUADRO DE COMPOSIÇÃO FAMILIAR									
Nome	Gênero	Vínculo	Idade	Est. civil	Profis./ Ocup.	Escolar.	Defic. Sim/Não	Renda	Origem renda

Legendas para quadro de composição familiar:

Gênero: Mmasculino (M)
Feminino (F)

Estado Civil: Casado (C)
Solteiro (S)
União estável (UEs)

Escolaridade: Não alfabetizado(a) – (1)
Ensino fundamental I completo (até 5º ano) – (2)
Ensino fundamental I incompleto – (3)
Ensino fundamental II completo (até 9º ano) – (4)
Ensino fundamental II incompleto – (5)
Ensino médio completo – (6)
Ensino médio incompleto – (7)
Superior completo – (8)

Origem da Renda: Trabalho Informal (TI) / Trabalho Formal (TF)

SITUAÇÃO DE RENDA DA FAMÍLIA	
Renda Mensal Familiar:	() Até 1 Sal. Mínimo () De 1 a 2 Sal. Mínimos () De 3 a 5 Sal. Mínimos () Acima de 5 Sal. Mínimos
Origem da Renda:	() Aposentadoria () Benefício Assistencial () Pensão Alimentícia () Atividade formal () Atividades Informais
Inserção em Programas Sociais:	() Sim () Não
Qual (is):	



PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL

Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – SEMTAS

Departamento de Proteção Social Especial – DPSE

Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS

Programa de Execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto –

Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade:

Possibilitando Novos Caminhos (PEMSEMA)

TERMO DE COMPROMISSO

NOME DO (A) ADOLESCENTE: _____

PROCESSO Nº _____ MEDIDA: _____

INÍCIO DA MEDIDA: ____/____/____ PREVISÃO DE TÉRMINO: ____/____/____

Compareceu perante a equipe deste programa o (a) adolescente supracitado para o cumprimento da medida acima descrita pelo motivo de _____

O (a) adolescente foi orientado (a) que o descumprimento reiterado e injustificado da medida será comunicado a autoridade judiciária, a qual poderá determinar a regressão da medida, inclusive para internação em Unidade da FUNDAC, conforme a Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

A partir da assinatura do presente termo, o (a) adolescente se compromete a:

- Comparecer a unidade de atendimento do PEMSEMA nos dias e horários combinados e sempre que for convocado (a);
- Ser pontual;
- Informar a equipe do PEMSEMA quando houver mudanças de endereço, telefone ou qualquer outro dado relevante ao atendimento;
- Participar da construção do seu Plano Individual de Atendimento (PIA) e colaborar para que suas metas sejam alcançadas;
- Frequentar e participar das atividades do PEMSEMA;
- Respeitar os membros da equipe do PEMSEMA e profissionais das instituições para as quais for encaminhado (a), seja para cumprimento de medida (no caso de PSC), seja para inclusão em outras atividades ligadas ao processo socioeducativo.

Natal/RN, ____/____/____.

ADOLESCENTE

RESPONSÁVEL

TÉCNICO (A)

SOCIOEDUCADOR (A)

COORDENADOR (A) DO PEMSEMA



PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL

Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – SEMTAS

Departamento de Proteção Social Especial – DPSE

Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS

Programa de Execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto –

Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade:

Possibilitando Novos Caminhos (PEMSEMA)

FICHA DE ENCAMINHAMENTO DO ADOLESCENTE PARA PSC

Nº _____

Entidade Conveniada: _____

Nome do (a) Adolescente: _____

Processo Nº _____ Medida: _____

Início da Medida: ____ / ____ / ____ Previsão de Término: ____ / ____ / ____

Escolaridade: _____

Escola: _____ Turno: _____

Endereço Residencial: _____

Ponto de Referência: _____

Fone: _____

Dias Disponíveis para a PSC: _____

Horários Disponíveis: _____

Habilidades: _____

Observações: _____

Data: ____ / ____ / ____

TÉCNICO RESPONSÁVEL



PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL

Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – SEMTAS
Departamento de Proteção Social Especial – DPSE
Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS
Programa de Execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto –
Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade:
Possibilitando Novos Caminhos (PEMSEMA)

AVALIAÇÃO DO ADOLESCENTE PELA INSTITUIÇÃO PARCEIRA

Nome do (a) Adolescente: _____

Processo Nº _____

Início da Medida: ____ / ____ / ____ Previsão de Término: ____ / ____ / ____

Dados de Identificação da Instituição:

Nome: _____

Endereço: _____

Orientador (a) Responsável: _____

Atividades Previstas para o Adolescente: _____

Dias da (s) Atividade (s): _____ Horário: _____

ATRIBUA CONCEITOS AOS ITENS ABAIXO:

1. Quanto à assiduidade:
Ótimo () Bom () Regular () Insuficiente ()
2. Quanto à pontualidade:
Ótimo () Bom () Regular () Insuficiente ()
3. Quanto ao interesse pelas atividades:
Ótimo () Bom () Regular () Insuficiente ()
4. Quanto à participação:
Ótimo () Bom () Regular () Insuficiente ()
5. Quanto à sociabilidade:
Ótimo () Bom () Regular () Insuficiente ()
6. Quanto a cooperatividade:
Ótimo () Bom () Regular () Insuficiente ()

7. Quanto ao desembaraço:

Ótimo () Bom () Regular () Insuficiente ()

8. Quanto à iniciativa:

Ótimo () Bom () Regular () Insuficiente ()

9. Quanto à independência:

Ótimo () Bom () Regular () Insuficiente ()

10. Quanto à responsabilidade:

Ótimo () Bom () Regular () Insuficiente ()

11. Quanto ao relacionamento com dirigentes, técnicos e funcionários:

Ótimo () Bom () Regular () Insuficiente ()

12. Resultados observados na execução da medida:

Favoráveis> _____

Desfavoráveis> _____

Obsevações> _____

13. Sugestões: _____

Natal / RN ____ / ____ / ____.

ORIENTADOR (A)

REPRESENTANTE DA ENTIDADE
CONVENIADA



PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL

Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – SEMTAS

Departamento de Proteção Social Especial – DPSE

Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS

Programa de Execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto –

Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade:

Possibilitando Novos Caminhos (PEMSEMA)

ACOMPANHAMENTO DE FREQUÊNCIA - PSC

Nome do (a) Adolescente: _____

Processo Nº _____

Início da Medida: ____ / ____ / ____ Previsão de Término: ____ / ____ / ____

Dados de Identificação da Instituição:

Nome: _____

Endereço: _____

Orientador (a) Responsável: _____

Dias da (s) Atividade (s): _____ Horário: _____

REGISTROS

DATA	ATIVIDADE	HORÁRIO		ASSINATURAS

COMPENSAÇÕES

DATA	ATIVIDADE	HORÁRIO		ASSINATURAS

Natal / RN, ____ / ____ / ____.

ORIENTADOR (A) RESPONSÁVEL



PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL

Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – SEMTAS

Departamento de Proteção Social Especial – DPSE

Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS

Programa de Execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto –

Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade:

Possibilitando Novos Caminhos (PEMSEMA)

AVALIAÇÃO DA MEDIDA PSC PELO ADOLESCENTE

Entidade Conveniada: _____

Nome do (a) Adolescente: _____

Processo Nº _____

Início da Medida: ____ / ____ / ____ Previsão de Término: ____ / ____ / ____

ATRIBUA CONCEITOS AOS ITENS ABAIXO:

1. Você acha que a acolhida e motivação proporcionadas pela Equipe do PEMSEMA foi: Ótimo () Bom () Regular () Insuficiente ()
2. Você acha que a acolhida e motivação proporcionadas pela Entidade foi:
Ótimo () Bom () Regular () Insuficiente ()
3. A orientação que você recebeu da Entidade sobre a tarefa da PSC foi:
Ótimo () Bom () Regular () Insuficiente ()
4. Como você classifica o reconhecimento do seu desempenho pela Entidade na PSC:
Ótimo () Bom () Regular () Insuficiente ()
5. Como você classifica seu relacionamento com o (a) orientador (a) da Entidade:
Ótimo () Bom () Regular () Insuficiente ()
6. Sua integração com os demais colaboradores da Entidade foi:
Ótimo () Bom () Regular () Insuficiente ()

7. Opinião acerca da medida:

Adequada () Pesada () Branda () Não tem opinião sobre o assunto ()

8. Como você classifica seu relacionamento com o (a) socioeducador (a) do PEMSEMA: Ótimo () Bom () Regular () Insuficiente ()

9. Sua integração com os demais membros da Equipe do PEMSEMA foi:

Ótimo () Bom () Regular () Insuficiente ()

10. Comentários e Sugestões:

Natal / RN ____ / ____ / ____.

ASSINATURA DO (A) ADOLESCENTE: _____

SOCIOEDUCADOR (A): _____

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)